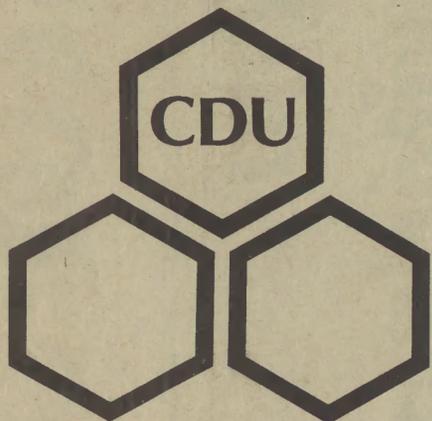


Semanário

Director:
António Dias Lourenço

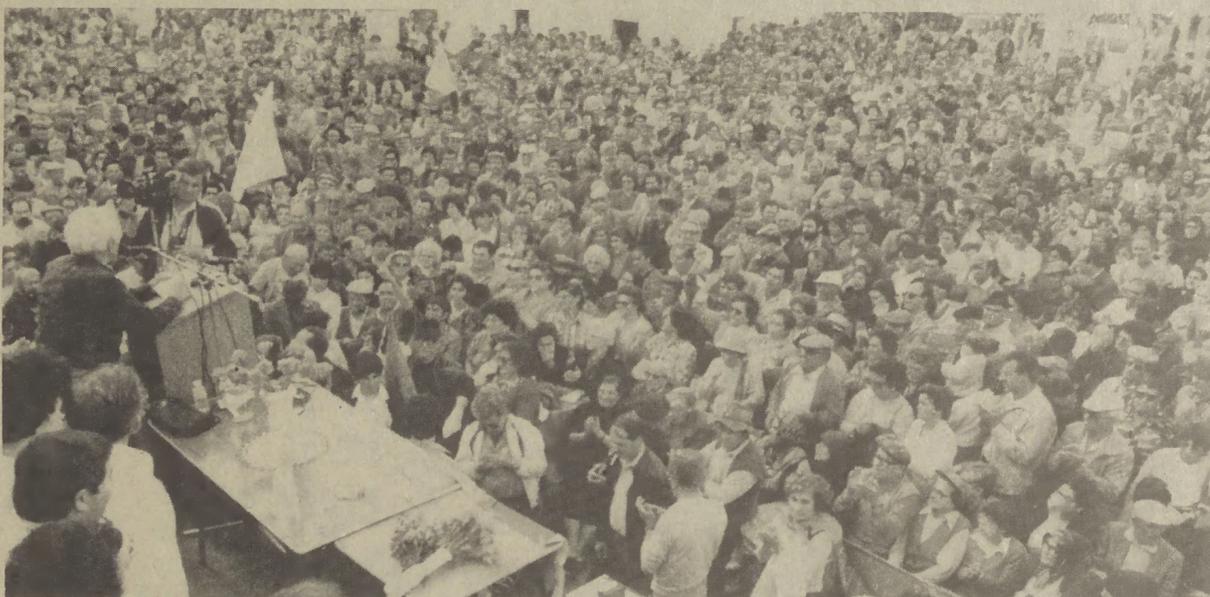
Ano 57 - Série VII - N.º 699
21 de Maio de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



LISTAS CDU ESTÃO PRONTAS E SÃO DIVULGADAS HOJE

Um amplo leque unitário caracteriza as listas CDU concorrentes às eleições de 19 de Julho para a Assembleia da República e o Parlamento Europeu. Em conferência de imprensa que se realiza hoje, em Lisboa, serão divulgadas integralmente as listas de candidatos que o «Avante!» publicará no próximo número.



Comício em Baleizão

Álvaro Cunhal em Beja

ENTUSIASMO E CONFIANÇA

Págs. 1 e 2/Semana

DEPUTADOS COMUNISTAS FAZEM BALANÇO

Págs. centrais/Em Foco

Novo Centro de Trabalho do PCP em Rio Maior!

Pág. 8/Em Foco



JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO DA CDU EM TODO O PAÍS, NO PRÓXIMO FIM-DE-SEMANA

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 699

21 de Maio de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Com a CDU para a vitória nas eleições

A criação e as primeiras iniciativas e manifestações públicas da Coligação Democrática Unitária (CDU) foram incontestavelmente um acontecimento político marcante nesta pré-campanha de Maio para as legislativas antecipadas de 19 de Julho que vão realizar-se em simultâneo com as eleições para o Parlamento Europeu.

Pode-se desde já afirmar que a CDU, pelo seu largo conteúdo democrático, aberto a uma participação popular de vastos contornos políticos, corporiza um projecto de intervenção dinâmica na vida nacional susceptível de rasgar horizontes novos à democracia portuguesa e de mobilizar para as exigentes soluções que a crise política coloca na ordem do dia novas e insuspeitadas energias.

Numa fase ainda caracterizada por cruciantes negociações de bastidores e por acesas lutas de facções e rivalidades pessoais na elaboração das listas de candidatos dos restantes partidos concorrentes, a CDU oferece, em contraste, um panorama de unidade e dinamismo, sofre as primeiras provas de massas e delas sai reforçada e vigorosa. Passa os primeiros testes populares no plano nacional, desde os principais centros urbanos às zonas rurais, desde as grandes concentrações industriais e laboriosas do País às manchas sociais mais vastas e o confronto com as outras forças políticas é elucidativo.

A CDU, que recolhe e enriquece o legado do património unitário de trabalho, honestidade e competência da APU, corporiza na presente conjuntura nacional as esperanças de um vasto leque social e político do povo português numa alternativa democrática e afirma-se como a força política mais activa e conseqüente para a defesa dos interesses nacionais no parlamento da CEE.

No quadro da pré-campanha eleitoral, é já possível detectar e recolher indicações úteis para uma elementar avaliação de forças no plano eleitoral, é já possível conhecer as propostas e os objectivos ocultos ou confessados dos diversos partidos concorrentes que vão disputar as eleições de 19 de Julho.

O povo português tem desde já ao seu alcance matéria de reflexão para uma nova batalha eleitoral que pode ser decisiva para os destinos imediatos da democracia portuguesa e de Portugal de Abril.

À frente e na gestão do País foi deixado com uma insensatez ainda por esclarecer nos seus fundamentos o Governo demitido de Cavaco Silva e do PSD que actua como se nenhuma alteração de substância se tivesse produzido

no seu estatuto legal e cujo chefe e cujos ministros, usando e abusando dos recursos e do aparelho do Estado, manipulando a comunicação social estatizada de que fizeram monopólio, se lançam activa e descaradamente na campanha eleitoral a favor do seu partido e accionam mecanismos que põem em perigo e representam uma ameaça para a democraticidade das eleições.

O Presidente da República, que está na origem da incorrecta solução da crise, no momento em que é essencial a sua acção fiscalizadora dos actos do Governo, foi por dez dias numa viagem aos Estados Unidos. Lá se mostra aberto a um maior envolvimento militar de Portugal nos planos agressivos da NATO. Lá multiplica contactos oficiais e com os meios de negócios e da alta finança para uma maior penetração americana em Portugal.

O povo português tem não só matéria de reflexão mas válidos motivos de escolha para uma decisiva derrota da direita.

O objectivo central de derrotar a direita nas eleições de 19 de Julho, que norteia e mobiliza o conjunto das forças coligadas da CDU, não é entendido com a mesma precedência e agudeza pelos restantes partidos do campo democrático.

Em torno das ideias de um «pacto de regime» para uma revisão antidemocrática da Constituição da República desenvolvem-se contactos e movimentam-se forças que, conluídas, poderiam fazer deslocar perigosamente para áreas prejudiciais aos interesses da democracia o centro do contencioso político principal do momento presente.

Condições excepcionais se deparam para uma nova derrota do cavaquismo e dos seus aliados mais extremos. Torna-se cada vez mais evidente que é no combate essencial à direita restauracionista que os partidos do campo democrático se podem fortalecer e alargar a sua base eleitoral e política e áreas sociais onde se multiplicam de uma maneira crescente os motivos de descontentamento e desafeccção pela política de direita.

Muitos portugueses de uma vasta gama social onde a direita tem semeado ilusões com a sua demagogia e onde até agora tem podido captar uma parte importante da sua base eleitoral, estão hoje desiludidos e a braços com situações de extrema gravidade produzidas pela política de direita de reconstituição acelerada dos monopólios e de servil submissão aos interesses monopolistas dos potentados da CEE. Aprofundar este divórcio é uma necessidade e uma tarefa essencial das forças democráticas.

As notórias dificuldades e rivalidades pessoais e as lutas de interesses no seio da direita restauracionista reflectem as contradições insuperáveis de uma política visceralmente orientada contra os interesses fundamentais do povo e do País.

A direita e o seu Governo derrotado e demitido perderam posições e estão mais fracos.

Torna-se cada vez mais evidente a impossibilidade prática da conquista da maioria absoluta por qualquer partido da área democrática nas eleições de 19 de Julho ao mesmo tempo que não só é possível como é inteiramente previsível uma maioria substancial dos partidos democráticos na futura AR.

Do mito da maioria absoluta se alimentam as nefastas concepções «bipolarizantes». Continuar a alimentá-las é trilhar um caminho de derrota, uma via de graves perigos para o regime democrático e para os próprios partidos que, como o PS, nela jogam.

É inegável e não pode ser substimado que entre os partidos da área democrática há diferenças e divergências de vulto quanto ao caminho a seguir. São, porém, dificuldades superáveis num processo de luta que, necessariamente, vai intensificar-se e clarificar-se até às eleições.

É na continuação e alargamento da base eleitoral e parlamentar do conjunto dos partidos democráticos que fizeram triunfar na AR a «moção de censura» e na afirmação qualitativa da convergência democrática para uma alternativa, que reside a garantia de uma necessária mudança na política nacional e de uma saída democrática para a crise.

Pensar e agir no sentido contrário é objectiva e subjectivamente fazer o jogo da direita. Seria correr um sério risco de derrota numa conjuntura favorável à vitória das forças democráticas.

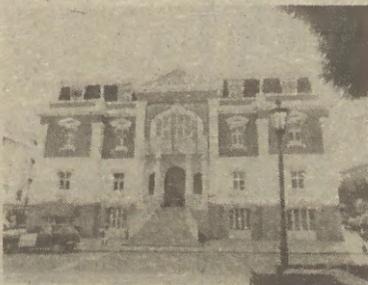
Os mitos do cavaquismo vão desabando uns atrás dos outros. O mito da estabilidade e do bem-estar económico começa a cair com o mais rigoroso exame das conseqüências de política de direita, com as alterações desfavoráveis da conjuntura internacional e com a falta de visão de uma política verdadeiramente nacional do Governo Cavaco/PSD.

O mito da «ilegitimidade» política da crise motivada pela moção de censura no momento em que Portugal está na CEE e onde a «demissão» no entender de Cavaco ia causar «mau efeito» aos olhos dos parceiros da CEE, cai por terra no momento que os principais países da Comunidade Europeia, dirigidos por governos de direita (como a RFA, a Itália e Grã-Bretanha) estão a braços com crises governativas e igualmente com eleições antecipadas à porta.

Resumo

13 Quarta-feira

Os trabalhadores da Quimigal promovem uma jornada nacional de luta contra o desmantelamento da empresa ■ O INE revela que o défice efectivo das trocas comerciais de Portugal com a CEE se agravou 31,3% no primeiro trimestre de 1987 em comparação com igual período de 1986 ■ A venda de 43% das acções da SORES à Tate and Lyle em 1984 pode ter lesado o Estado português em centenas de milhares de contos, segundo a Lusa ■ A Mompur ainda não pagou os salários de Abril e ameaça despedir 180 trabalhadores ■ O PCP propõe, em conferência de



imprensa, a divisão em três do concelho de Loures ■ Nas ilhas Fidji um golpe de Estado militar derruba o governo do trabalhista Timoci Bavadra ■ A Angop revela que as FAPLA neutralizaram ontem uma acção terrorista contra o presidente José Eduardo dos Santos em Maquela do Zombo (Uíge) ■ O primeiro-ministro sudanês anuncia que pediu ao Conselho Supremo do país que demita o seu governo de coligação.

14 Quinta-feira

Por iniciativa da CGTP-IN reúnem em Lisboa representantes dos trabalhadores de empresas do sector público ■ Os trabalhadores do hospital Maria Pia iniciam uma paralisação de dois dias contra a demissão do concelho de gerência e a colocação daquela unidade em regime de instalação ■ No hotel Palácio (Estoril) tem lugar uma greve de 24 horas por aumentos salariais e pelo cumprimento de normas gerais de trabalho desrespeitadas pela entidade patronal ■ No debate «Universidade, Indústria e Inovação» o contrato de aquisição de 3 fragatas para a armada portuguesa é apresentado como um mau exemplo dos incentivos estatais à indústria e à investigação nacionais ■ A comissão permanente da AR condena por unanimidade o projecto de instalação de um depósito de resíduos nucleares em Aldeadavila ■ O Grupo Parlamentar do PCP faz em conferência de imprensa o balanço da actividade da AR e dos deputados comunistas ■ O general Almeida Bruno assume as funções de comandante da Região Militar Sul ■ A CGTP-IN formaliza a escritura que cria o Instituto de Investigação para o Desenvolvimento, Cooperação e



Formação 1.º de Maio ■ Portugueses, espanhóis e gregos são os menos viajados de toda a CEE, revela um estudo comunitário ■ As propostas de orçamento suplementar apresentadas pela Comissão Europeia em Estrasburgo prevêm contribuições adicionais dos Estados membros da CEE no valor de 10 mil milhões de dólares ■ Os ministros da Defesa da NATO discutem na Noruega a estratégia nuclear da aliança face às propostas soviéticas de redução dos arsenais nucleares ■ O presidente francês Jacques Chirac inicia uma visita de 3 dias à URSS ■ Começa a campanha para as eleições gerais antecipadas em Itália ■ Representantes de 62 centrais sindicais africanas propõem que 1988 seja declarado ano internacional de luta contra o apartheid.

15 Sexta-feira

O «DR» publica os valores incluídos no OE para 1987, das indemnizações compensatórias, dos subsídios reembolsáveis e dos aumentos de capital das empresas públicas ■ Inicia-se em Beja o 2.º Congresso sobre o Alentejo ■ Termina no Porto a 3.ª conferência ministerial do Conselho da Europa sobre o futuro dos trabalhadores migrantes ■ Morre com 68 anos a actriz Rita Hayworth.

16 Sábado

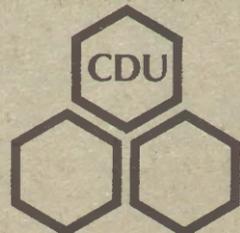
Realiza-se em Lisboa o 1.º encontro nacional de comissões de trabalhadores ■ Mário Soares inicia uma visita particular de dez dias aos EUA ■ Termina o 12.º Congresso do PC da Grécia ■ Uma greve do pessoal subalterno da polícia faz aumentar a tensão política no Perú ■ A inflação no Brasil atingiu em Abril 20,96%, o que equivale a uma média anual de 881% — revela o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

17 Domingo

Em Viana do Castelo 30 militantes do MDP/CDE decidem abandonar este partido, considerando um «suicídio político» a decisão da direcção de concorrer às eleições sozinho ■ 68 membros da Juventude Centrista, entre os quais o presidente e todos os membros da mesa do conselho nacional, anunciam a sua demissão da JC ■ O PCP promove um debate sobre «Contratos a prazo e trabalho precário no concelho de Matosinhos» ■ Com a participação de mil professores, inicia-se em Lisboa o Congresso sobre a investigação e ensino do Português ■ 50 mil pessoas manifestam-se em Salamanca contra a tentativa de instalação de uma lixeira nuclear no curso internacional do Douro ■ A Frente Democrática Nacional das Filipinas acusa o governo de Corazón Aquino de ter garantido a sua vitória nas eleições de dia 11 através da «compra massiva de votos» ■ A fragata norte-americana «Stark» é atingida por um míssil iraquiano; morrem 28 marinheiros ■ Os polícias peruanos em greve por reivindicações salariais dispersam

após o governo de Alan Garcia ameaçar com a intervenção do exército ■ O governador-geral das ilhas Fidji empossa Sitiveni Rabuka no cargo de primeiro-ministro, embora afirme que mantém a sua posição de que a tomada do poder pelos militares é ilegal.

18 Segunda-feira



A CDU discute o futuro Plano Director do porto de Lisboa ■ Os trabalhadores da fábrica da Siderurgia Nacional na Maia (Porto) iniciam uma série de paralisações pela reintegração de 3 camaradas despedidos sem justa causa ■ Segundo os dados do recenseamento, os votos necessários, teoricamente, para a eleição de um deputado variam entre 30 179 (Lisboa) e 39 087 (Portalegre) ■ Inicia-se em Luanda uma reunião do Conselho da ONU para a Namíbia ■ O CC do PC Francês decide propor o presidente do grupo parlamentar comunista e membro do bureau político André Lajoinie como candidato às presidenciais de 1988 ■ A União Cristã Democrata (CDU) perde votos nas eleições estaduais na RFA ■ Começa a campanha eleitoral para as eleições de 11 de Junho na Grã-Bretanha ■ Milhares de pessoas assinalam na Coreia do Sul o 7.º aniversário da chacina de Kwangju; mais uma vez o governo responde com a repressão.

19 Terça-Feira

O Plenário Nacional de sindicatos da CGTP-In decide intervir activamente na campanha para as eleições de 19 de Julho com o objectivo de manter a direita em minoria ■ Sete organizações de mulheres divulgam um manifesto eleitoral com o lema «Mulher, um voto que te dê voz» ■ A Guarda Fiscal anuncia a apreensão recorde de 3843 quilos de haxixe ■ Nuno Abecasis afirma que recusou integrar as listas do CDS para a AR ■ Os ferroviários decidem suspender a partir das zeros horas de amanhã as greves sectoriais iniciadas há 50 dias ■ A Confederação Geral de Trabalhadores do Peru promove uma greve geral de 24 horas contra a política económica e laboral do governo de Alan Garcia ■ O Supremo Tribunal das Filipinas intima a Comissão de Eleições a responder às acusações de fraude eleitoral ■ Os EUA colocam «em estado de alerta reforçado» os seus navios de guerra no Golfo ■ É convocada uma greve geral no Líbano para dia 21, por altura dos funerais do escritor e dirigente comunista Hassan Handane, assassinado ontem por terroristas ■ É libertado o primeiro-ministro deposto das Fidji e anunciada a decisão do governador-geral dissolver o parlamento e realizar eleições.

O mito da unidade das forças da direita não resiste ao quadro das dissensões e rivalidades que são visíveis no seio da direita e inerentes às suas posições de classe.

É neste contexto que a CDU se afirma como projecto renovado e inovador aos olhos e à opção do povo português.

O símbolo da coligação (os três favos de mel) começa a ganhar espaço e frescura pelas mãos da juventude e pela crescente adesão de forças e sectores que têm uma indisputável representatividade no panorama social do País.

A posição definida anteontem pelo plenário da CGTP-IN aponta para objectivos que constituem um reforço da unidade dos trabalhadores e dos democratas nela representados em defesa de uma alternativa democrática a sair das eleições de 19 de Julho, aponta para uma confluência de esforços essencial à derrota da direita e à vitória das forças democráticas em que se empenha com todas as suas energias a jovem CDU, herdeira das melhores tradições democráticas do povo português.

Identicamente, o Manifesto Eleitoral de um forte conjunto de organizações de Mulheres, também anteontem trazido a público pelas suas organizadoras, representa uma contribuição de enorme valor de um sector social maioritário da população portuguesa que reivindica e quer afirmar direitos de incontestável legitimidade.

A Mulher tem uma palavra decisiva a dizer na sua «entrada significativa nos centros de decisão» e nas «soluções criativas em todas as esferas da vida», como se diz no Manifesto.

A CDU, que se apresenta no plano nacional com o maior número de mulheres candidatas à Assembleia da República, não pode deixar de saudar com calor esta tomada de posição.

E, naturalmente, os jovens estão dando à CDU uma dinâmica insubstituível. A alegria dos jovens, rapazes e raparigas, nas realizações de massas da CDU são um poderoso factor de confiança nas possibilidades de solucionar com urgência os agudos problemas da nossa juventude.

Os dias que vão seguir-se até ao acto eleitoral de 15 de Julho exigem de todos os democratas mais consequentes o maior dinamismo e o melhor das suas energias para um vitorioso resultado da CDU.

Um vitorioso resultado da CDU é a condição necessária para a derrota da direita e para o triunfo de uma alternativa que resolva a crise na linha dos interesses populares e nacionais.

Na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, a CDU será uma força insuperável ao serviço do povo português e de Portugal.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Semana

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 699

21 de Maio de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Álvaro Cunhal em Beja

Castro Verde

O sucesso da CDU!

Milhares de pessoas do distrito de Beja viram e ouviram Álvaro Cunhal no passado domingo, durante a digressão de campanha pré-eleitoral que o secretário-geral do PCP fez na região. Se a quantidade e a qualidade são referenciais de apreciação política para uma iniciativa deste tipo, então esta foi um sucesso:

enchendo praças e ruas, acenando de janelas e portas, «interceptando» o trajecto da comitiva em locais onde não estava prevista qualquer paragem, as gentes do distrito de Beja acorreram em multidões sucessivas para receber o visitante, escutando-lhe e aplaudindo-lhe o discurso com um entusiasmo indicador da maturidade política do auditório e consciência cívica do que está em jogo nas próximas eleições gerais.

nacionalmente, não era só o borrego, mas também a batata, o tomate, a laranja, a maçã, etc. E perguntou: «O que é que os desfavorecidos do concelho receberam do Governo de Cavaco?» Um «nada!» bem gritado, foi a resposta da multidão.

Após esclarecer que a APU acabou e a CDU a substituiu «no que de melhor a Aliança Povo Unido significou em trabalho, honestidade e competência», o orador recordou o objectivo central

destas eleições: manter a direita em minoria, infligindo-lhe nova derrota. Sublinhou igualmente a importância de se votar em massa na CDU, já que os votos no PS, pelo que indiciam as declarações de Vítor Constâncio, só contribuirão para novas alianças à direita, enquanto os votos no PRD são inúteis no distrito, dado este partido não ter qualquer hipótese de eleger



Baleizão

E a explicação do que está em jogo nas próximas eleições gerais foi uma constante do discurso de Álvaro Cunhal, a par de um profundo conhecimento das realidades locais dos pontos visitados, evidente nas referências surgidas em todas as intervenções.

Alvito foi a primeira povoação visitada. Uma multidão aguardava o secretário-geral do PCP na Praça da República. Foi no meio dela, microfone em punho e em tom coloquial — como se repetiria ao longo da jornada — que o orador falou aos presentes, recordando que não se estava perante uma eleição autárquica mas sim para a Assembleia da República. Referiu os pequenos agricultores da região, as graves consequências que sobre eles se estão abatendo em consequência das imposições da CEE e do servilismo do Governo perante os ditames da Comunidade. Alguém referiu as dificuldades de escoamento do borrego que ali se está a sentir e Álvaro Cunhal sublinhou que



Obras escolhidas de Lénine em 6 tomos

À venda o 5.º Tomo — 500\$00 — Neste Tomo reúnem-se os principais textos de Lénine dos primeiros anos da construção do socialismo pelo povo soviético

Álvaro Cunhal em Beja

Novidade, a CDU?

Ainda mal começou e já se queixam. Ainda as listas não foram apresentadas e já um grande enervamento parece percorrer o País. Não ao nível dos eleitores — falamos das eleições próximas, claro —, mas ao dos estados maiores das facções diversas da burguesia, dos que, com sentimentos democráticos ou sem o menor resquício deles, se preparam para as grandes manobras. Diga-se de passagem que, na generalidade dos casos, a actividade eleitoral, a guerra contra os «outros» que ela proporciona, e a guerrilha intestina a que dá origem em cada uma das formações partidárias da burguesia, é a principal actividade a que dirigentes e militantes dessas formações se dedicam. Finda a batalha, os que conseguiram lugar sentam-se refasteladamente, os que o não conseguiram continuam mornamente a sua intriga, os governantes escolhidos prosseguem com afã a destruição e, todos, procuram que o País adormeça, venerador e obrigado.

Para que o adormecido pós-eleitoral vença, há muito soporífero, distribuído generosamente pelos órgãos a mando da direita e de certa «esquerda». Para que todos acordem esbugalhando os olhos para a «escolha», os mesmos órgãos fazem também o alarido. E ainda afirmam, com algum cinismo, que... «custa tão pouco por dia»...

Por agora, a excitação aí está. Conselhos, recados, invectivas, rasteiras, empurrões, invasões de terreno. Alguns partidos chegam mesmo a perder os seus contornos, esvaziam-se de militantes, abrem alas a «inimigos» de ontem. Desfazem-se amizades e pulverizam-se grupos que ontem pretendiam de si dar a ideia de serem feitos de betão.

Notícias? Muitas.

Abecasis bate a porta na cara de Adriano.

Um liberal nega ter já chegado ao PSD, um par deles crava a bandeira na meta «social-democrata», enquanto o grupo original recomenda o voto no PS. Esvoaçante, Pintasilgo encabeça uma lista de tipo «europeu» pelo Partido Socialista, depois de ter feito guerra a Salgado Zenha e de ter recusado apoio a Soares.

Jovens centristas amuam com o CDS, jovens socialistas queixam-se de serem deixados «à porta do parlamento».

E a CDU?

A CDU, dizem no semanário onde repescamos algumas destas «notícias», apresenta «poucas novidades».

Novidades são as cabeças que rolam, as rasteiras que se passam, os empurrões, as invasões de terreno. E o leitor eleitor perguntar-se-á qual a novidade disso tudo. Se não se estava mesmo a ver, por exemplo, que certa «esquerda» há muito é de direita, que os jovens costumam não ter lugar quando chega o momento das contas, que esvoaçantes personalidades traçam o seu destino voando alto e negociando com pouca altura.

Mas a CDU?

Com a CDU não há novidade.

O símbolo mudou. Pois, mas o mel dos favos, obtido à custa de trabalho colectivo, vinha mesmo a calhar. Até para nos distinguir dos que preferem fazer cera. Aumentou a percentagem de independentes nas listas da coligação; e a de candidatos pelo Partido «Os Verdes»; e a de mulheres; e a de jovens. Pois, mas essa abertura, essa participação progressiva de mais e de prestigiada gente ao lado dos comunistas tem sido uma constante.

Propomo-nos bater a direita, mantê-la em minoria após a sua derrota que os trabalhadores exigiam e que foi consumada na Assembleia, trabalhar para uma alternativa democrática que concretize na prática governativa a convergência verificada em tantas ocasiões pela maioria que derrubou Cavaco Silva. Pois, mas isto é ser fiel aos princípios por que nos batemos sempre, é corresponder, como sempre, aos interesses dos trabalhadores, da maioria dos portugueses, do País.

Nova como é, rejuvenescida como se apresenta, viva e forte como demonstraram já estes primeiros dias de pré-campanha, a CDU não é novidade nenhuma...

alguém pelo círculo de Beja.

A saída do Alvito fez-se entre braços e mãos acenando às portas das janelas, o que não estava destinado a ser a maior surpresa da digressão. Quilómetros à frente, quando se seguia em direcção à paragem seguinte (Vidigueira), algo aconteceu de mais extraordinário.

As «esperas»

Vila Ruiva, como tantas localidades alentejanas, está à beira do caminho apenas com uma breve sugestão de casario: o grosso da população e das habitações dispersam-se à volta, longe do leito da estrada. «Isso», explicava-nos em vigorosa excitação um jovem tractorista («31 anos, põe aí que talvez valha a pena!») «é que não permitiu que a gente estivesse aqui em força! Só soube-mos da passagem do camarada em cima da hora! O anúncio veio no «Avante»? Mas o «Avante!» é que não vem aqui como deve ser!» (tomai nota, ó camaradas distribuidores).

O caso é que, «em cima da hora», os camaradas e os amigos souberam da passagem do secretário-geral do PCP por Vila Ruiva, a caminho da Vidigueira, o que lhes inspirou uma autêntica «espera» («espera, pois, é isso mesmo, fizemos uma espera apesar de não se poder avisar o pessoal todo!»). E a caravana parou, Álvaro Cunhal saiu de imediato, foi envolvido pelas pessoas que o aguardavam num dos topos da estrada, com elas desceu até à outra extremidade que definia o fim do povoado (onde o aguardava nova concentração — «não fosse falhar a primeira, ó camarada!») e o breve convívio impôs-se, com prejuízo de horários e vantagem da digressão. Com «dose reforçada» quilómetros à frente, num cruzamento onde — aí sem qualquer casa à vista — nova aglomeração aguardava o secretário-geral do PCP «quanto mais não seja para o cumprimentar». A chegada à Vidigueira concretizou-se na hora prevista, mas que a coisa esteve sob a eminência do atraso, lá isso esteve...

«E a minha cara?»

Na Vidigueira havia um carro de som junto ao mercado municipal cuja «incompetência» deu aso a um comunicado bem-humorado de Álvaro Cunhal, perante a notável multidão que o aguardava. O som não estava a sair bem e por várias vezes dificultou a audição do orador, que, às tantas, afirmou: «se este microfone fosse um direitinho, diria — não te deixo falar! — mas teria como resposta que estás muito enganado, porque vou ter a paciência de esperar até te tratar da saúde!»

E tratou-se, de facto, da saúde do microfone, mas não só. Face ao auditório particularmente numeroso, o secretário-geral do PCP falou dos problemas locais (desemprego, dificuldades dos



Entradas

pequenos agricultores da região, carências no campo da saúde, etc.), das respostas que a autarquia ia dando, com sucesso e na medida das suas possibilidades, às questões do concelho, criticou a decisão da dissolução da Assembleia da República e a manutenção do Governo de Cavaco Silva no período eleitoral, sublinhou que «vamos para eleições para derrotar definitivamente este Governo demitido e a direita» e recordou: «No PSD não votam só capitalistas. Aqui não se produz apenas o magnífico vinho de Reguengos, há, por exemplo, produtores de laranja. Pois experimentem votar no PSD e verão o que lhes acontece!»

Seguiu-se S. Matias, povoação que aguardava em peso o visitante. Muitos jovens — tantos que merecem referência — uma tribuna com todos os esses e esses (bandeiras da CDU ao cimo, mantas alentejanas em baixo), ofertas originais: uma miniatura de um arado, uma cadeirinha alentejana, um pão com chouriço «cozido hoje mesmo especialmente por mim, camarada!». De novo a referência do orador à coincidência de interesses dos pequenos agricultores, quer sejam comunistas ou votem no PSD. «Nós não perguntamos «onde é que votas» para defendermos os interesses de quem trabalha». Nós, CDU, que mais uma vez foi apresentada com a sua feliz analogia do símbolo dos favos de mel, «produto duns animais simpáticos, as abelhas, que são trabalhadoras, solidárias, que

encontram a sua força no colectivo». E a desmontagem do sofisma de que o PCP se esconde por trás de símbolos: «E a minha cara, presente aqui e em toda a campanha? Alguém duvida que sou comunista?»

A despedida foi com flores e muitos acenos ao longo das ruas.

«A gente depois ouve»

Baleizão foi a grande apoteose da jornada. Milhares de pessoas confluíram ali para, juntamente com o secretário-geral do PCP, homenagearem Catarina Eufémia e de novo afirmarem estar presentes na batalha que agora se trava. A multidão esteve em todo o lado: na romagem ao cemitério, no desfile para o largo, no comício. Apresentaram-se os candidatos ao distrito, o entusiasmo foi em crescendo e o orador apontou as questões centrais destas eleições: derrotar a direita mantendo-a em minoria, votar em força na CDU como garante de que, após a derrota eleitoral da direita, se criem condições, entre os partidos democráticos, para a formação de um Governo de alternativa. Nenhum partido democrático estará em condições de, sozinho, obter a maioria. A convergência democrática é indispensável, e para ela será decisiva uma forte votação na CDU.

Estava previsto outro comício em Castro Verde (que se realizou, evidentemente,

culminando a jornada com nova grandiosa manifestação de massas), mas de Baleizão até lá duas outras originalidades ocorreram.

Uma, com a sua graça. Num cruzamento que apontava, em placa visível, a derivação para a povoação de Rosário, um grupo aguardava a comitiva de gravador em punho. «Não somos dos jornais, mas como o camarada não tem possibilidades de ir à nossa terra, fale para aqui que a gente depois ouve lá todos». A surpresa tinha o seu quê de divertido, toda a gente se riu, e Álvaro Cunhal concretizou os desejos dos seus interlocutores. Lá ficou a gravação para a população do Rosário.

A outra (em paragem prevista na digressão) ocorreu em Entradas, povoação também afastada da estrada. A caravana entrou e rolou até ao largo principal, mas o secretário-geral do PCP foi detido logo ao princípio, fazendo o percurso a pé, rodeado pela multidão, até ao local onde estava instalada a tribuna. E aí pôde informar que, embora com atraso, estava a cumprir o prometido anteriormente — uma visita a Entradas. Os aplausos veementes demonstraram claramente que Entradas não se tinha esquecido.

Aliás de Alvito a Castro Verde (onde, no segundo e grandioso comício que encerrou a digressão) ninguém se esqueceu de nada.

Sobretudo ninguém se esqueceu de estar presente... nem de levar, com entusiasmo evidência, as bandeiras da CDU.

Comício em Queluz

Álvaro Cunhal foi o principal orador do comício que a CDU realizou no passado sábado no pavilhão dos Bombeiros Voluntários de Queluz, que estava à cunha.

Num ambiente caloroso e pleno de entusiasmo, onde as bandeiras e símbolos da CDU marcaram presença em força, o secretário-geral do PCP falou da nova coligação, continuadora das melhores tradições da APU, bem expressas na sigla de trabalho, honestidade e competência. Após informar que integram as listas da CDU pessoas que «tiveram importantes responsabilidades no Partido Socialista», o orador referiu-se ao símbolo da nova coligação — os três favos de mel — dizendo: «A abelha

é a nossa mascote porque ela é trabalhadora, solidária, partidária do trabalho colectivo, produz um magnífico produto e se for necessário não trata muito bem os seus inimigos», frisando, entretanto, que «não é a abelha que estará nos boletins eleitorais, mas sim os favos de mel».

Foi igualmente sublinhada pelo secretário-geral do PCP a indispensabilidade de uma forte votação na CDU nas próximas eleições, como garante de uma necessária convergência dos partidos democráticos para se desalojar definitivamente o Governo de Cavaco e da direita, que, previsivelmente, sairão de novo derrotados.

Nacional

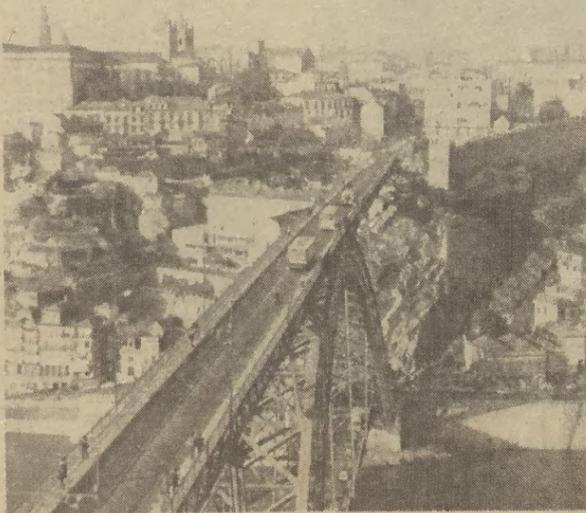
... E o Porto aqui tão perto Expectativa em todo o distrito pela festa do dia 30

A presença da Coligação Democrática Unitária no distrito do Porto tornou-se ainda mais viva no último fim-de-semana. Centenas de activistas colaram milhares de cartazes e afixaram numerosos panos de rua em todos os concelhos, anunciando assim a grande iniciativa de apresentação de candidatos pelo círculo do Porto já no próximo dia 30, numa jornada festiva a realizar no Palácio de Cristal.

O contacto com as populações, dando-lhes a conhecer os objectivos e propostas da CDU, foi possível com a distribuição de documentos na cidade do Porto, em iniciativas «porta-a-porta» e em

várias freguesias e concelhos aproveitou-se a realização de feiras (Valongo, Vilar do Paraíso, Canidelo, Gaia, Pedrinha, Bela Vista, etc.), o movimento das visitas aos hospitais e a saída das missas.

Na Feira do Livro que está a decorrer no centro da cidade, na Areosa e Maia, na Póvoa do Varzim, em Vila do Conde, Gaia, Felgueiras, Amarante e Baião decorreram diferentes iniciativas da CDU, desde a recolha de assinaturas à realização de reuniões, passando pelas acções de convívio e propaganda (pintura de murais), e bancas.



Carlos Brito na Amadora

No pequeno ecrã a grande discriminação

Os dirigentes do PCP têm participado em numerosas iniciativas promovidas pela Coligação Democrática Unitária. No último fim-de-semana, intervindo num comício realizado na Amadora, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política, chamou a atenção para as manobras do Governo demitido de Cavaco Silva, que prossegue a política eleitoralista do PSD, não respeitando as competências de um executivo de gestão.

«A Televisão, acrescentaria Carlos Brito, continua a ser descaradamente discrimi-

natória e vergonhosamente parcial neste período eleitoral». A título de exemplo recordou que a TV não se dignou a comparecer ao acto de registo da CDU no Tribunal Constitucional nem na conferência de imprensa em que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou o balanço da sua actividade na AR.

Representantes do partido «Os Verdes» e da associação «Intervenção Democrática», para além do presidente da autarquia, também intervieram neste comício da CDU.

Santarém O contacto directo

Reunida há já dias na capital do Ribatejo, a Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP analisou a actual situação política tendo em conta as eleições de 19 de Julho e a batalha eleitoral em que os comunistas se empenham em todos os concelhos.

«A pré-campanha», lê-se num comunicado divulgado pela SIP/DORSA, «privilegiará a rua, o contacto directo com as populações» sem esquecer naturalmente «outro tipo de iniciativas».



Boas notícias do Alto Minho

Uma proclamação dirigida aos trabalhadores e aos democratas do distrito foi aprovada em Darque, Viana do Castelo, no primeiro encontro da CDU no Alto Minho. A iniciativa registou um alto nível de participação e definiu as principais linhas da campanha e os objectivos políticos a alcançar pela CDU no distrito de Viana. Ao mesmo tempo que prometem uma campanha viva e dinâmica, alegre e inovadora, com múltiplos espaços abertos de diálogo, os activistas da CDU apontam como objectivo a atingir a eleição de um deputado pelo círculo de Viana.

Para tanto, basta que se registre a convergência de votos na CDU dos que nas últimas eleições autárquicas manifestaram nas urnas a sua confiança no PCP e nos democratas que juntamente com o Partido são com ele

coligados, como foi acentuado no encontro de Darque.

De Viana surgem outras notícias da actividade desenvolvida pela CDU. Assim, decorreu há dias um café-concerto que contou com o

apoio de dezenas de democratas, muitos dos quais com posicionamento fora do quadro partidário da CDU. Estiveram presentes nesta iniciativa, realizada no Café-Bar de Viana, Raul de Castro,

da associação «Intervenção Democrática», e Herculano Pombo, da comissão executiva do partido «Os Verdes». Na altura foi lançada uma declaração distrital de apoio à candidatura da CDU.



Junta de Esmoriz e vereação da CM de Ovar (1985)

Ilegalidades não podem ficar impunes

«As ilegalidades cometidas não podem ficar impunes». O alerta é lançado pela CDU de Ovar, que manifesta em comunicado «a sua profunda estranheza por ainda não terem sido tornados públicos os resultados dos inquéritos à Junta de Freguesia de Esmoriz, concluído em 1982, e à anterior vereação da Câmara Municipal de Ovar, instaurado em 1985».

E acrescenta a CDU/Ovar: «Nestes processos, é con-

veniente recordá-lo, estão envolvidas forças partidárias — o PSD e o CDS — que são, de há muitos anos a esta parte, as forças dominantes da vida autárquica do concelho e, igualmente, conhecidas personalidades da área desses partidos.

«Estas sindicâncias são o resultado visível de uma política, a do PSD e do CDS, de favores, de compadrio, de corrupção, que agora se encontra em julgamento.»

Ao mesmo tempo que exige o completo esclarecimento e divulgação dos factos ocorridos com o consequente apuramento das responsabilidades, a CDU sublinha:

«Só este procedimento é conforme com os interesses do desenvolvimento democrático do concelho e da dignificação de que se deve revestir o exercício de funções públicas.

«O conhecimento público dos referidos processos per-

mitirá uma mais devida responsabilização criminal dos culpados e permitirá o julgamento político dos partidos e personalidades que se encontram envolvidos, o que é tanto mais necessário com a proximidade das eleições para a Assembleia da República e porque alguns dos incriminados, procedendo como nada se tivesse passado, promovem jantares de homenagem, num esforço desesperado para se manterem na vida pública.»

Nacional



Encontro em Lisboa aberto a todos os democratas

No próximo sábado a Coligação Democrática Unitária (CDU) vai realizar em Lisboa um encontro distrital aberto a todos os democratas. «O aparecimento da CDU foi acolhido com grande interesse e entusiasmo por largos sectores de democratas empenhados em dar continuidade a uma intervenção unitária em defesa de Abril, da liberdade, do Portugal democrático. É na perspectiva de dar corpo a estes objectivos que se realiza o encontro», salienta uma nota do gabinete de Imprensa da CDU/Lisboa.

A iniciativa decorrerá nas instalações da Casa do Alentejo, em Lisboa.

400 participantes Entusiástica iniciativa em Braga

Um encontro vivo, de activa participação. É assim que a Comissão Eleitoral da CDU de Braga caracteriza o primeiro encontro distrital da Coligação, realizado no último fim-de-semana, naquela cidade minhota, com 400 presenças.

Na Mesa da presidência estavam Ferreira Alves e Marinho Dias, da associação «Intervenção Democrática»; Fidalgo Martins, de «Os Verdes»; Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP; António Lopes, suplente da Comissão Política do PCP; Henrique Sousa, do Comité Central do PCP; José Antunes; José Manuel Mendes, deputado na AR pelo PCP; Júlia Vale, da direcção nacional da JCP; Ester Feio e Francisco Fonseca, independentes; Óscar Jordão Pires e ainda Armando Teixeira da

Silva, da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Das muitas intervenções registadas, realça-se as do dr. Ferreira Alves, do dr. Fidalgo Martins, de António Lopes e ainda de Carlos Costa, que afirmou: «Apenas 9 dias após o seu anúncio público, a CDU é já uma realidade activa, dinâmica e interveniente no panorama político e eleitoral.»

Carlos Costa afirmaria no decorrer da sua intervenção que é preciso definir desde já e sem ambiguidades o que é ganhar e perder as

eleições de 19 de Julho, afirmando: «O PSD, Cavaco Silva e a direita serão inapelavelmente derrotados se, após as eleições legislativas, continuarem em minoria na Assembleia da República.» Em seguida disse que «é com confiança e com nova esperança, que dia-a-dia se faz certeza, de darmos à direita o empurrão que a afaste definitivamente do governo, que travaremos a batalha eleitoral de 19 de Julho». Para alcançar este objectivo, é condição necessária a existência — e se possível o reforço — da maioria democrática de deputados do PCP, do PRD, do PS, de «Os Verdes» e de democratas independentes, maioria existente na anterior composição da AR.

Mas não basta qualquer maioria democrática. É necessário que nessa maioria democrática a vontade de convergir para viabilizar um governo e uma política alternativas à direita, ao PSD e a Cavaco Silva seja mais forte que as tendências negativas, que se manifestam designadamente no PS, para a tentativa de hegemonização do campo democrático ao serviço de «consensos» ou «pactos de regime» com a direita (particularmente com o PSD), seja para a acção governativa, seja para a revisão da Constituição.

Durante o encontro foi ainda divulgada a lista de candidatos da CDU, pelo círculo eleitoral de Braga, à AR e Parlamento Europeu.

SETÚBAL

Sede distrital no final do mês

A Direcção Regional de Setúbal do PCP anuncia em comunicado a abertura da sede distrital da CDU para o fim do mês, uma sede «à altura do que vai ser a campanha CDU no distrito: uma campanha diferente».

Nesse comunicado, a DORS faz o balanço da jornada de esclarecimento levada a cabo neste fim-de-semana e em que participaram muitos democratas e apoiantes da CDU, jornada que, para além de outras actividades, centrou as suas atenções na divulgação do símbolo e da declaração da CDU.

Assim, «para além de um número incontável de picha-

gens, pintaram-se 60 murais, alguns dos quais de grandes dimensões (por exemplo em Alcácer do Sal, com mais de 200 metros de comprimento) e foram distribuídas 60 mil declarações da CDU».

Para a DORS, a boa disposição e a forma empenhada, alegre e confiante como decorreu esta jornada, confirma a apreciação feita no final da última reunião do organismo de direcção de Setúbal um óptimo acolhimento e um grande apoio à Coligação Democrática Unitária — CDU — na continuação e alargamento das nobres tradições da APU».

1.º plenário em Leiria

Realizou-se, no passado sábado, dia 16, na Marinha Grande, o primeiro plenário distrital de Leiria da CDU. No final deste encontro, em que participaram cerca de 200 pessoas, foi aprovada uma declaração onde se afirma nomeadamente que «a CDU — Coligação Democrática Unitária, na sua primeira iniciativa de apresentação pública, declara que continuará a luta, o trabalho, a unidade democrática, as experiências e as tradições da APU no distrito de Leiria».

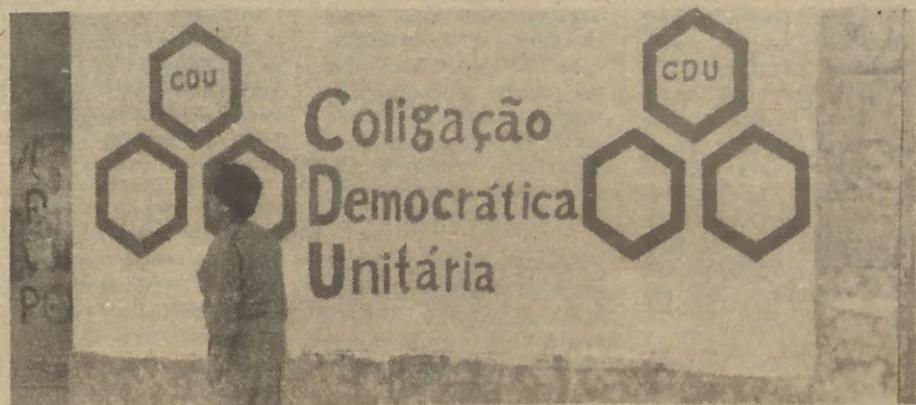
Salientando que a CDU é um «espaço aberto a novas participações e adesões», para além dos dois partidos, o PCP e os «Verdes», que lhe dão suporte jurídico e a Associação Intervenção Democrática, além de muitos democratas independentes, a declaração aprovada no plenário dis-

trital de Leiria faz uma curta análise da situação no distrito, salientando os malefícios da política de direita. Só no distrito nos últimos meses, foram cerca de meia centena as empresas que encerraram e mais de 15 mil os trabalhadores desempregados. Releva, por outro lado a declaração,

que «foram chumbados as propostas e os planos de desenvolvimento das pescas em Peniche, ao passo que são premiados aqueles que contribuem para reduzir a nossa capacidade de captura».

Neste primeiro plenário distrital, a CDU em Leiria afirma

o seu empenhamento na «luta pela retomada dos caminhos de Abril, declara que lutará pela consolidação do Regime Democrático, por uma política de desenvolvimento e pela solução dos problemas regionais, pela melhoria das condições de vida do povo da região».

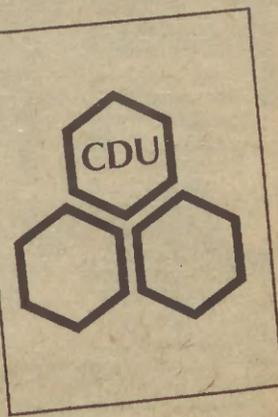


Encontros distritais em Vila Real e Bragança

Os candidatos da CDU à Assembleia da República e Parlamento Europeu pelos círculos de Vila Real e Bragança serão apresentados nos encontros distritais a realizar no próximo dia 31, revelou à Comunicação Social a DORT do PCP.

Reunida há dias em sessão plenária, a Direcção Regional do PCP de Trás-os-Montes analisou a situação política e o processo eleitoral que se avizinha, salientando na breve nota divulgada aos jornalistas após a reunião que «também os transmontanos desejam uma viragem democrática na vida nacional, condição essencial para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento regional».

Na nossa próxima edição daremos mais pormenores sobre a realização daqueles dois encontros distritais da Coligação Democrática Unitária.



PCP

Assembleias das organizações

• Concelhia de Loures

Cerca de 450 delegados e 3 mil convidados participarão nos trabalhos da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures do PCP, a realizar no próximo domingo, dia 24, no pavilhão do Sacavenense. No período de encerramento haverá uma intervenção do camarada **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP.

A discussão e votação do relatório da Comissão Concelhia figuram na ordem de trabalhos da Assembleia, subordinada ao lema «em Loures com o PCP, por uma vida melhor». A votação de uma Proclamação ao povo do concelho e a eleição da nova Co-

missão Concelhia do Partido Comunista Português serão outros momentos salientes da Assembleia, para a qual foram preparadas 25 intervenções.

Na sessão da tarde, os delegados — representando todas as organizações do partido no concelho — irão concentrar e analisar as questões da batalha eleitoral neste concelho do distrito de Lisboa. Os objectivos da campanha, as linhas de intervenção, as formas de apoio e trabalho serão temas de destaque.

Foram dirigidos mais de 600 convites especiais nomeadamente a partidos políticos, organizações sindicais e

operárias, comissões de trabalhadores, associações e comissões de moradores, colectividades, bombeiros, autarquias, delegados de saúde, conselhos directivos das escolas preparatórias e secundárias, etc.

Os trabalhos iniciam-se às 10 horas. O comício de encerramento começa cerca das 17.

Recentemente tiveram lugar no concelho de Loures as Assembleias da organização de **Moscavide** da célula da **Câmara e Serviços**. Nesta última participaram mais de 200 pessoas, incluindo muitos democratas sem filiação partidária.



• Concelhia de Palmela (dia 30)

Prossegue a actividade preparatória da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Palmela, do PCP, marcada para o próximo dia 30, sob o lema «alargar a unidade, no caminho de Abril, reforçar o Partido». As eleições de 19 de Julho e a acção a desenvolver em torno da CDU vão merecer as atenções dos delegados. Entretanto, estão

marcadas para os próximos dias, com especial incidência para o fim-de-semana, várias iniciativas das organizações do concelho, com a participação de camaradas da direcção do Partido (ver agenda).

A 3.ª Assembleia decorrerá nas instalações da Sociedade Filarmónica União Agrícola (SFUA), em Pinhal Novo, a

partir das 9 e 30 horas. Em contacto com o «Avante!», a Concelhia de Palmela sublinha os objectivos da Assembleia: discutir e aprofundar as questões respeitantes à organização do Partido e os problemas mais sentidos pelas populações e pelos sectores socio-económicos do concelho. Recorda a actual Comissão Concelhia do PCP que a

forte influência do Partido e outros democratas tem tido um papel fundamental na resolução dos problemas do concelho através da sua acção no Poder Local democrático e noutras áreas.

Os objectivos eleitorais dos comunistas do concelho, integrados na CDU, vão ser definidos nesta Assembleia.

• Freguesia de São Sebastião (Setúbal)

Ao mesmo tempo que «exorta toda a organização e outros democratas a participar activamente na campanha eleitoral em torno da CDU a fim de confirmar a derrota das forças de direita e viabilizar um Governo democrático para o País», o executivo da Comissão de Freguesia de São Sebastião (Setúbal) do PCP anunciou para o próximo domingo, dia 24, a 2.ª Assembleia da organização, consti-

tuida actualmente por 722 militantes.

Criada no século XVI, a freguesia de São Sebastião alberga cerca de 45 mil residentes, pouco menos de metade da população do concelho de Setúbal. Recorde-se que em 1985, por proposta do Grupo Parlamentar do PCP e correspondendo aos anseios das populações, foram criadas pela AR as novas freguesias do Sado e da Gâmbia-Pontes

e Alto da Guerra, a partir da freguesia de São Sebastião.

Na nota que fez chegar à nossa Redacção, o executivo local do PCP sublinha que a realização da 2.ª Assembleia corresponde aos anseios profundos da organização e contará com a participação entusiasta de centenas de militantes e simpatizantes do partido, tal como o demonstra a participação activa nas reuniões preparatórias», a qual

tem proporcionado «o enriquecimento dos documentos-base que serão discutidos no próximo domingo e de onde sairão as grandes linhas orientadoras para o reforço da organização».

O debate dos problemas da freguesia, a batalha eleitoral, o reforço do PCP e a eleição da nova Comissão de Freguesia serão certamente pontos em destaque no decorrer da Assembleia.

FESTA TERRA DE ABRIL na Cidade de Évora

PISCINAS MUNICIPAIS

ÉVORA 23 de Maio/87.



Um sábado diferente em Évora

• Comício com Álvaro Cunhal

«Um espaço de diálogo e cultura» para ser vivido no próximo sábado, dia 23, nas piscinas em Évora — o convite é da Comissão Concelhia do PCP, que promete uma festa diferente, que mostre «um pouco do que somos, do que queremos ser», uma «festa fraterna, polémica, de qualidade».

«Comprometida, com os homens, com um presente de futuro de progresso e de paz». Uma festa que terá como ponto alto o comício com o camarada **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, às 17 horas.

Mas vejamos desde já o programa completo da «Terra de Abril», segundo os elementos divulgados pela Concelhia do PCP aos órgãos de Comunicação Social:

Dois palcos — música, canto, poesia, bailado

No **Palco da Mata**, das 12 às 14.30 horas, o Grupo Coral União Alentejana; o Bandolinista; o Grupo Coral de Aguiar; o agrupamento Nova Aurora; os poetas populares; a poesia contemporânea.

No **Palco Central**, das 15 às 23 horas, o Agrupamento Seara Nova; o Grupo Coral e Etnográfico Cantares do Alentejo; o Agrupamento Trova Nova; o Grupo Coral União Alentejana; o Bandolinista; o Agrupamento Nova Aurora.

● Bailado Moderno com **Ana Macara** e a encerrar — **Sérgio Godinho** e a sua banda.

Artes plásticas e artesanato

As obras de alguns dos maiores artistas plásticos portugueses, comunistas e de outras ideologias, estarão expostas na Festa «Terra de Abril».

Obras de Rogério Ribeiro; Hogan; Armando Alves; Virgílio Domingues; Manuel Dias; Rodrigo Cabral; Guima; Isabel Cabral; José Bizarro; Aníbal Falcato; António Fernando; Augusto Canedo e outros. **Outras exposições**, sobre a **Reforma Agrária** e sob o lema **Évora — Património Mundial**, poderão igualmente ser apreciadas pelos visitantes.

A imaginação da gente alentejana, em trabalhos dos artesãos do Redondo, de S. Pedro do Corval, de Évora, de Moura.

**

Depois a viagem sempre aliciante pelo mundo do livro e do disco, com obras seleccionadas, entre outras da Editorial «Avante!» e da Editorial Caminho. E as crianças terão todo o espaço e o seu espaço para modelagem, pintura e outras aventuras. As **UCP's/Cooperativas**, fruto de Abril, património de uma sociedade nova, terão lá produtos seus, para quem os quiser comprar.

E quem aprecia uma boa febra, com um branco ou um tinto, poderá saboreá-la nos bares e restaurantes, à sombra das árvores frondosas das piscinas.

O diálogo, o político, as ideias, lá estarão também, neste mundo de homens, em dois colóquios e no comício.

Às 11.30 horas, no Auditório Mundo Novo, colóquio — **Évora, Património Mundial**, com a participação de **Abílio Fernandes**, **António Valente** e **Túlio Espanca**.

Às 15 horas, na Conversa Colectiva com o escritor **Manuel da Fonseca**.

E às 17 horas, comício com intervenções de **António Murteira**, membro da Comissão Distrital e da DORA do PCP, e de **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP.

Depois uma despedida de som e luz, na noite alentejana, nesta Festa «Terra de Abril», com o fogo de artifício.

VISEU

A subida da votação na APU nas eleições de 6 de Outubro de 1985 provou ser possível a eleição de uma voz verdadeiramente democrática neste distrito para a Assembleia da República — sublinha a Comissão Distrital de Viseu do PCP no comunicado que divulgou à Comunicação Social com as conclusões da sua recente reunião.

A Distrital do PCP analisou os traços fundamentais da actual situação política e as tarefas que se colocam às organizações e aos membros do partido com vista às eleições antecipadas de 19 de Julho. Aspectos relacionados com linhas de acção e objectivos da batalha eleitoral e presença de candidatos comunistas nas listas CDU pelo círculo de Viseu foram também objecto de debate nessa reunião.

Um deputado CDU por Viseu é possível. Os comunistas tudo vão fazer para que a possibilidade se torne realidade.

CEE E OS TRABALHADORES

EUROPA DOS DESEMPREGADOS DIREITOS DOS TRABALHADORES MECANISMOS DE INTERVENÇÃO

23 MAIO 87 SALÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA



COMISSÃO DO PCP PARA AS QUESTÕES DA CEE GRUPO COMUNISTA E AFINS DO PARLAMENTO EUROPEU

A comissão do PCP para os assuntos da CEE realiza depois de amanhã, dia 23, no salão da Junta de Freguesia de Alcântara, um debate sobre «Os direitos e a luta dos trabalhadores na CEE».

Integrado na campanha de informação «Portugal e a CEE», patrocinada pelo Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, o debate tem como objectivo dar a conhecer a análise teórica, o estudo técnico, a experiência parlamentar em Portugal e na CEE, a intervenção no movimento sindical internacional e a nível da CEE e a luta dos trabalhadores nas empresas, nomeadamente nas transnacionais.

Para já, estão previstas intervenções de **José Barros Moura**, deputado do PCP ao Parlamento Europeu, **Sérgio Ribeiro**, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia, **Jerónimo de Sousa**, deputado do PCP à AR, e **José Luís Judas**, membro da comissão executiva da CGTP-IN.

Trabalhadores

A RTP não viu 500 do SEE no encontro de Lisboa

Com um forte apelo ao empenho na campanha eleitoral que se aproxima, terminou na passada quinta-feira um encontro organizado pela CGTP sobre o sector empresarial do Estado (SEE). A ausência de cobertura do encontro por parte da RTP levou os representantes dos trabalhadores das empresas do SEE a deslocarem-se à sede daquela empresa pública da comunicação social em Lisboa. Segundo uma nota à Imprensa, com data de 14 do corrente, o encontro que decorreu no Cinema Alvalade, em Lisboa, reuniu 500 representantes dos trabalhadores do SEE de todo o País. A Quimigal e o sector químico farmacêutico, na generalidade, mereceram especial atenção dos participantes, pois, além de outras características importantes deste sector, o volume de emprego atinge aí os 50 mil postos de trabalho.

Vinte e cinco mil desses empregos cabem a quatro das mais importantes empresas nacionais, que pertencem ao sector empresarial do Estado.

Além da Quimigal, que produz 70 por cento dos adubos consumidos em Portugal, as outras três empresas geradoras de grande volume de emprego são, neste sector da química e farmacêutica, a Petrogal, a CNP (Companhia Nacional de Petroquímica) e a PGP (Petroquímica e Gás de Portugal), que garante o abastecimento de gás à cidade de Lisboa.

Contribuição decisiva

O encontro de 500 representantes dos trabalhadores do SEE, que a CGTP, as suas federações e uniões locais preferiram designar por reunião, «permitiu concluir que o sector nacionalizado poderá ter um papel fundamental como agente do progresso social e de promoção do emprego».

Segundo a nota de quinta-feira passada, a reunião do SEE, que acabava de terminar nesse dia, analisou em pormenor a ofensiva que se desenvolve contra o sector

público, sob o comando do grande patronato e do Governo demérito.

O objectivo principal dessas forças é «a reconstituição e concentração do poder económico», assim como «a subordinação a este do poder político», o que sucedia antes do 25 de Abril.

Contrariamente ao projecto dessas forças, os 500 representantes do SEE, incluindo os gestores eleitos pelos trabalhadores nas empresas públicas e nacionalizadas, fizeram com que o aspecto dominante da sua reunião de quinta-feira passada em Lisboa incidisse na «contribuição decisiva que pode ter o sector empresarial do Estado numa política de desenvolvimento económico e social, no bem-estar da população e na necessária e urgente modernização da economia portuguesa».

Segundo a reunião da passada quinta-feira em Lisboa, a ofensiva do grande patronato e do seu governo está «subordinada — frisa a nota da CGTP — aos interesses de poderosos grupos económicos estrangeiros».

Esses grupos procuram «desnacionalizar os sectores que dão lucros». Esta pretensão já atingida

em alguns sectores ou partes significativas de empresas, se vier a atingir o volume pretendido por governos do tipo do que actualmente se encontra em gestão, provocará uma redução ainda maior dos postos de trabalho nos «sectores que dão lucros».

Além disso, aumentariam «as necessidades financeiras do Estado».

Os poderes públicos deixariam de poder contar com os lucros desses sectores. A população na sua imensa maioria seria prejudicada com mais e maiores impostos, como se comprovou na reunião do SEE.

Empresas fulcrais

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica afirmava, entretanto, que, tanto em quantidade como em qualidade, «as cerca de trinta empresas do sector químico que têm participação de capitais do Estado são, na sua maior parte, empresas fulcrais para o desenvolvimento da economia portuguesa».

Tal sucede porque essas trinta empresas fornecem produtos intermédios aos sectores mais importantes da nossa economia.



Patrocinado pela CGTP, o Encontro do SEE recorda oportunamente a necessidade de desenvolver o sector mais poderoso da economia democrática

Recorde-se, por exemplo, que «o ácido sulfúrico comercializado pela Quimigal condiciona a produção de inúmeras empresas do sector químico e mesmo de outros ramos de actividade».

O etileno e o propileno da CNP são transformados pela EPSI nos polímeros (plásticos) utilizados por mais de 500 empresas para produzir embalagens, tubos e materiais para a construção civil, agricultura e todos os artigos de plástico, recorda ainda a Federação sindical do sector (FSTIQF).

No entanto, o Governo demérito e agora em gestão tem-se esforçado por tornar inviáveis e mesmo destruir, como se passou com a CNP, empresas inteiras ou sectores decisivos dessas principais unidades da química e

farmacêutica, onde se destacam, como já se disse, a Petrogal, Quimigal, CNP e PGP.

Trata-se de unidades fulcrais, mas os investimentos escasseiam. A FSTIQF fala mesmo de «ausência de novos investimentos», como sendo dos ataques «mais insidiosos» conduzidos pelo Governo e grande patronato contra as empresas do sector.

Assim pretenderia o Governo — e em certa medida consegue-o — criar «uma imagem negativa das nacionalizações». E isso apesar de o sector químico do SEE ser aquele que apresenta maior potencial para «substituir importações» — sublinha a Federação — e onde o investimento maior efeito multiplicador pode ter globalmente sobre o

emprego e sobre a produção.

Maria do Carmo Tavares, da comissão executiva da CGTP, ao intervir no encerramento da reunião de quinta-feira sobre o SEE, como «motor do desenvolvimento e do emprego», exortou, oportunamente, ao fortalecimento da luta em defesa do sector empresarial do Estado.

Depois de apelar ao empenho na batalha eleitoral para «derrotar a direita», afirma a nota da CGTP, aquela dirigente da Central concluiu «reclamando de todas as forças democráticas» que sejam garantidas, no respeito pelos ideais da democracia e do progresso, da «salvaguarda das nacionalizações, condição indispensável para o desenvolvimento económico e social do nosso país».

Debate em Matosinhos

Precaridade do trabalho

• Proposto movimento de opinião

Trabalho alugado nas piores condições de exploração, a insegurança resultante de «não ir trabalhar no dia seguinte», humilhações que se suportam para sobreviver, salários de miséria, proibição de qualquer tipo de actividade sindical foram alguns dos temas desenvolvidos nos mais de trinta depoimentos e intervenções de trabalhadores que participaram no Encontro/Debate sobre «Contratos a prazo e trabalho precário em Matosinhos», promovido pela Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP, no passado domingo de tarde, no Salão do Padroense Futebol Club.

O agravamento da situação social e a destruição do aparelho produtivo no concelho de Matosinhos estiveram em análise: — nos últimos anos encerraram mais de cinquenta empresas de diversos sectores, que lançaram no desemprego cerca de oito mil trabalhadores; mais de três mil postos de trabalho foram liquidados, ainda, através de despedimentos individuais e colectivos e rescisões de contratos, sem que fossem criados outros em seu lugar ou rejuvenescida a mão-de-obra. Bem pelo contrário, assiste-se ao desenvolvimento

crecente do recurso ao contrato a prazo para substituir postos de trabalho efectivos — existem no concelho cerca de 15 mil trabalhadores nestas condições. Empresas há, como os Supermercados Continente/Sonae, em que 90% dos trabalhadores são contratados a prazo ou alugados. Outras, que criam lucros fabulosos e rápidos à custa do trabalho à hora, à peça, ao domicílio, sem quaisquer regalias sociais para os trabalhadores.

A denúncia, neste quadro, da existência, em Matosinhos, de várias empresas ou simples agências de «aluguer de mão-de-obra» como a Chelting, que além de alugar para empresas nacionais, faz contratos de trabalho para o estrangeiro de 60 (sessenta) horas semanais, foi mais um dado lançado no decorrer do Encontro, para o conhecimento da situação preocupante existente no mercado de trabalho, incentivada pelo grande patronato, como forma de diminuir os seus custos, fugindo aos pagamentos à Segurança Social, Imposto Profissional, bem como forma de impedir, com o espectro constante do desemprego, a luta reivindicativa e a actividade sindical, de obter maiores lu-

ros à custa da mão-de-obra escravizada.

Retomando o caso do Continente, onde esta situação assume foros de escândalo, cerca de 500 trabalhadores trabalham ali doze horas por dia e ganham menos que o consignado no CCT. O Grupo Sonae apresenta-o como um «oásis» da nova era, um oásis onde, por exemplo, trabalhadores da limpeza «contratados» pela Limpa Bem trabalham 12 horas por dia e folgam de quinze em quinze dias. Responsabilizando os sucessivos governos de direita que, com a política de recuperação capitalista, conduziram a esta situação, o Encontro acabaria por aprovar um conjunto de conclusões que apontam, entre outros aspectos, para a necessidade de continuar a luta contra os despedimentos e as tentativas de encerramento das empresas, de desenvolver um movimento de opinião que reivindique junto da nova Assembleia da República a revisão da actual Lei dos Contratos a Prazo.

A encerrar o Encontro/Debate interveio o camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC e da DORP.

Por seu turno, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa afirmava, num comunicado no dia 15, que o actual MEC piorou significativamente a situação dos professores provisórios, diminuindo-lhes as possibilidades de emprego estável, ao mesmo tempo que prometia o contrário». Acrescenta o SPGL que «dos cerca de 26 000 professores provisórios, que trabalham hoje nos ensinos preparatório e secundário, já só 5064 se encontram em condições de vir a concorrer à situação de efectivo de nomeação provisória e, nessa situação, a entrar num sistema de formação profissional em serviço».

Inquérito nos Correios — O Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações-CCT (SINTEL) procede a um inquérito junto dos seus associados sobre o funcionamento dos SSO (Serviços de Saúde Ocupacional). Destina-se esta iniciativa, depois de recebidas as propostas, a compilar «todos os dados e face aos mesmos» discutir a situação com a CA (Administração). O SINTEL, que distribuiu à Imprensa um exemplar do inquérito (formulário), ao realçar a importância dos SSO, sublinha que «o seu objectivo devia, em primeiro lugar, ser garantido por quem tem a responsabilidade de gerir a empresa». Mas, segundo o Sindicato, a gestão «pouco ou nada» se tem preocupado com o assunto, resultando daí prejuízos para os trabalhadores dos CCT. O formulário do inquérito deve ser preenchido e enviado ao SINTEL com a possível brevidade.

Hospital do Restelo — Está marcada para hoje, 21, às 10 horas, uma conferência de Imprensa sobre «a situação escandalosa que envolve o Hospital do Restelo (S. Francisco Xavier)». O assunto será tratado esta manhã pela direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, que convocou a conferência de Imprensa para analisar também, publicamente, as últimas medidas do Ministério da Saúde. Sobre o Hospital de S. Francisco Xavier, o Sindicato tratará de «inúmeros aspectos já conhecidos» e que levantam «as mais sérias apreensões acerca da forma como tem sido conduzido todo o processo» da responsabilidade principal da ministra Leonor Beleza.

Vagas no Ensino — Numa intervenção pública muito documentada sobre esta questão, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) afirmava, na passada sexta-feira que «a existência dos cerca de 12 000 professores profissionalizados não efectivos do ensino primário é uma situação insólita», à qual o Ministério da Educação e Cultura (MEC) deve dar solução urgente, designadamente porque «grande número desses docentes, já com mais de cinco anos de serviço efectivo, vêem vedado o seu acesso às fases e ao consequente aumento de letra». A FENPROF continua a exigir do MEC que «todos os professores com mais de dois anos de serviço obtenham o vínculo definitivo à administração (Função Pública) já no próximo ano lectivo de 1987-88, tornando-se professores efectivos provisórios, como aliás já é permitido em legislação aplicável aos ensinos preparatório e secundário».

Por seu turno, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa afirmava, num comunicado no dia 15, que o actual MEC piorou significativamente a situação dos professores provisórios, diminuindo-lhes as possibilidades de emprego estável, ao mesmo tempo que prometia o contrário». Acrescenta o SPGL que «dos cerca de 26 000 professores provisórios, que trabalham hoje nos ensinos preparatório e secundário, já só 5064 se encontram em condições de vir a concorrer à situação de efectivo de nomeação provisória e, nessa situação, a entrar num sistema de formação profissional em serviço».

Um ministério em debate — O Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação vai estar em debate no próximo dia 30, por iniciativa da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

O debate começa às 10 horas no INIP, junto à estação da CP, em Algés. Segundo a Federação, foram convidados quadros e técnicos com actividades nos vários sectores, entidades oficiais, associações representativas dos sectores produtivos das diversas áreas e outras organizações representativas de trabalhadores.

Por 18,5% na UNICERVI — Na proposta de revisão do acordo de empresa (AE/87) aprovada em reunião promovida nas instalações da empresa (Palmeira) pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul, os trabalhadores da UNICERVI (a maior concessionária da Centralcar, EP para o País) reclamam aumentos salariais de 18,5 por cento para 12 meses, com entrada em vigor no próximo dia 1. A UNICERVI emprega cerca de 300 trabalhadores. Segundo aquele Sindicato, as negociações de salários e outras matérias de contrato já provocaram «conflitos laborais por inflexibilidade negociada da parte da empresa, como foi exemplo do ano de 85, cujo impasse só se ultrapassou depois de três dias de greve seguidos e de outros tantos anunciados». Por lei, a administração da UNICERVI tem o prazo de um mês para apresentar uma contraproposta de revisão do AE.

Contra manobras eleiçoeiras

Ferroviários suspendem greves sectoriais

O plenário de dirigentes e delegados sindicais da CP decidiu na segunda-feira propor aos trabalhadores ferroviários a suspensão das greves sectoriais de duas horas e meia diárias. Na carta que foi entregue na residência oficial do primeiro-ministro afirma-se que «os ferroviários não podiam aceitar passivamente participar na campanha eleitoral» a favor de Cavaco Silva. Os trabalhadores promoverão uma concentração.



«Não poderá contar conosco para a sua campanha eleitoral» foi o recado que os ferroviários deixaram ao primeiro-ministro que não os quis receber e que tem apostado no arrastamento do conflito na CP

As paralisações sectoriais iniciaram-se a 30 de Março para obrigar o Conselho de Gerência da empresa e o Governo a aplicarem o protocolo de acordo do regulamento de carreiras assinado em Abril de 1986. Os trabalhadores lutam também pela negociação do acordo de empresa, com a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais e aumentos salariais justos.

Esgotadas todas as possibilidades de serem ouvidos nos ministérios do Trabalho e dos Transportes, dirigentes e outros activistas sindicais ferroviários estiveram durante a semana passada à porta da residência oficial do primeiro-ministro demérito. Os representantes dos trabalhadores exigem de Cavaco Silva que «ponha em movimento os instrumentos de diálogo que o Governo diz possuir, mas que na prática não se vêem».

«O que está em causa — frisava uma nota do conselho nacional da FSTFP sobre a si-

tuação na Companhia dos Caminhos de Ferro — é a tentativa do Governo subverter o direito à negociação das condições de trabalho, que a lei confere aos sindicatos».

No plenário realizado segunda-feira à tarde em Lisboa foi decidido propor aos trabalhadores ferroviários a suspensão das greves sectoriais a partir de 20 de Maio. Foi entregue na residência oficial do primeiro-ministro demérito uma carta «expondo as razões da luta justa do pessoal da CP e os motivos da suspensão das paralisações».

Recordando que o Governo foi demérito «como consequência lógica da política que vinha seguindo», os representantes dos ferroviários denunciaram o facto de que «perante o quadro de novas eleições, surge um conjunto de manobras levadas a cabo pelo Conselho de Gerência sob os ordens do Governo presidido por V. Ex.» e utilizam-se a direcção do Sindicato dos Maquinistas».

O executivo pretendia com tais manobras «virar a população contra os ferroviários, para que depois o Governo pudesse aparecer como «salvador»».

Os ferroviários recusam-se a participar na estratégia eleitoralista do Governo e do Conselho de Gerência da CP. «Vamos empenhar-nos, sim, para que a direita sala derrotada no próximo dia 19 de Julho e para que da vitória da democracia resulte um Governo democrático que, respeitando os interesses do País e dos portugueses, respeite os direitos dos ferroviários» — afirmam na carta a Cavaco Silva.

No entanto, os trabalhadores da CP não estão dispostos a ficar parados até ao resultado das eleições. Entre outras acções a definir, o conselho nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários vai convocar uma concentração junto à residência oficial do primeiro-ministro.

Criado Instituto Primeiro de Maio

A CGTP-IN acaba de criar, mediante escritura pública, o Instituto de Investigação para o Desenvolvimento, Cooperação e Formação Primeiro de Maio.

Numa breve nota à Imprensa, datada do dia 15, sexta-feira passada, a CGTP dá conta da criação daquele Instituto através da escritura formalizada no dia anterior e outorgada pela «totalidade dos elementos que constituem a comissão executiva e o secretariado desta central sindical».

Na sua curta nota, a CGTP inclui entre os objectivos daquele Instituto os seguintes: realização e divulgação de estudos sobre o desenvolvimento económico e social; promoção da cooperação com organizações congéneres de outros países e organizações internacionais; realização de acções de formação profissional e sindical; e fomento do intercâmbio de ideias, experiências e acções com organizações congéneres.

De acordo com a nota da passada sexta-feira, os trabalhadores portugueses passam assim a dispor de «um novo organismo que irá contribuir, com grande espírito unitário, para reforçar as suas aspirações de justiça social».

Conclui ainda a nota da CGTP que a criação do Instituto 1.º de Maio é, «naturalmente, factor positivo, que contribuirá para o aprofundamento e dinamização do desenvolvimento e modernização do nosso país».

Quimigal

Discutir a reestruturação

• Encontro hoje no Barreiro

Um debate público sobre a situação na Quimigal, EP, inicia-se hoje às 21 horas na Biblioteca Municipal do Barreiro. Promovida pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Química e Farmacêutica, a iniciativa proporcionar-á, segundo a FSTIQF, «uma ampla e aberta discussão, envolvendo técnicos, sindicalistas, autarcas, organizações sociais e a população do concelho do Barreiro», sobre o processo de reestruturação da Quimigal.

Esta «reestruturação», desencadeada pelo conselho de gerência daquela empresa pública, produzirá «graves consequências» para a empresa e para os seus trabalhadores, bem como para «a vida da população do concelho do Barreiro».

A discussão será ampla e aberta, segundo afirma a Federação que, para esta iniciativa, conta com o apoio da Câmara Municipal do Barreiro e de diversas organizações sociais do concelho.

O debate que, sublinhe-se, é público, isto é, aberto a toda a população, «integra-

-se na acção de esclarecimento dos trabalhadores da Quimigal, EP e das razões da sua luta pela defesa da empresa do sector empresarial do Estado, dos postos de trabalho e dos direitos e garantias conquistados pelos trabalhadores».

O conselho nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Química e Farmacêutica acrescenta que a iniciativa desperta «vivo interesse na população do Barreiro e é aberta à presença dos órgãos de comunicação social».

«O debate que, sublinhe-se, é público, isto é, aberto a toda a população, «integra-

ESA de Coimbra em greve

Os trabalhadores não-docentes da Escola Superior Agrária de Coimbra (antiga escola de regentes) decidiram fazer greve nos dias 25 e 28 de Maio e 22 e 23 de Junho. O regime de instalação em que esta escola se mantém desde 1980 não tem permitido, de acordo com uma nota do Sindicato da Função Pública da Zona Centro, «uma correcta inserção nas carreiras», man-

tendo uma situação «desagradável e insustentável, com total ausência de estímulos profissionais».

Os trabalhadores, cansados de esperar que o secretário de Estado do Ensino Superior e o governo tomem as necessárias medidas para a resolução do problema e após terem feito várias diligências, decidiram, em plenário realizado na passada quinta-feira,

paralisar o trabalho nos dias 25 de Maio (das 13 às 24 horas), 28 de Maio (das zero às 24 horas) e das zero horas do dia 22 de Junho às 24 horas do dia 23.

Foi ainda aprovada uma saudação em que os trabalhadores manifestam o seu apoio à greve que os estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra marcaram para hoje.

Nacional

Alentejo – II Congresso

Um debate animado, interessante, por vezes polémico, caracterizou os trabalhos do II Congresso sobre o Alentejo, iniciativa que reuniu no passado fim-de-semana em Beja, cerca de 500 participantes. Uma abordagem circunstanciada sobre o seu desenvolvimento, a sua cultura e história, tal era o objectivo dos que se deslocaram à capital do Baixo Alentejo, propósito largamente ultrapassado quer pela importância das matérias agendadas quer pela vivacidade de tratamento evidenciada, onde foi possível reflectir os diferentes pontos de vista sobre questões essenciais para o futuro da região.

A regionalização, por exemplo, acabou por ser um dos temas propostos que mais acaloradas opiniões suscitou entre os congressistas, diversidade de posições que no entanto tinham como ponto de partida uma ideia comum: a de que urge avançar com o processo de regionalização e, consequentemente, com a definição das regiões administrativas.

Carreira Marques, presidente da Câmara de Beja, a quem coube proferir o discurso de encerramento dos trabalhos, sublinharia a propósito a «vontade unânime» expressa pelos presentes a

este respeito, lembrando que a regionalização corresponde a uma profunda aspiração das populações e constitui um imperativo político, económico, social e cultural indispensável ao reforço da democracia e ao desenvolvimento regional.

Antes, porém, logo na intervenção de abertura dos trabalhos, já esta questão merecera um lugar de destaque nas palavras de Fernando Cruz, presidente da Câmara de Montemor-o-Novo. «Cabe-nos aqui formular um voto — disse o orador — que será a melhor forma de combater os paladinos do imobilismo. E esse voto é que no próximo Congresso sobre o Alentejo estejam criadas as regiões administrativas».

Fundamentando a sua afirmação, Fernando Cruz explicou que a «criação das regiões é uma condição indispensável até pela experiência do que resultou do I Congresso, para que possam ter lugar e se concretizem as preocupações de todos nós. Para além de serem um imperativo constitucional que já tarda onze anos a concretizar, as regiões administrativas são uma necessidade histórica e objectiva de preencher o vazio cada vez

mais sentido entre a administração central e a administração local».

A questão da regionalização ocuparia ainda um espaço de relevo nas conclusões finais do II Congresso, texto onde se salienta que ela assegura um eixo decisivo para «ultrapassar o atraso e a marginalização a que tem sido votado o Alentejo», constituindo simultaneamente um instrumento fundamental para impedir a desertificação e alcançar o desenvolvimento homogéneo com o devido aproveitamento dos seus inúmeros recursos e potencialidades, melhorar as condições de vida das populações alentejanas e aumentar o seu nível de participação nas decisões que lhe respeitam».

No decorrer dos trabalhos os participantes manifestaram ainda um largo consenso relativamente à exigência de uma nova dinâmica para a agricultura, a qual deverá assentar na estabilidade dos vários sistemas de exploração contemplados na Constituição da República.

A separação das responsabilidades da administração central das competências da iniciativa regional, foi, por sua vez, a tese defendida pela generalidade dos pre-

sentes no tema «Actividades Secundárias, Terciárias e Grandes Projectos», enquanto que no sector dos transportes foi denunciada a actual política de encerramento de grande parte dos ramos secundários ferroviários, considerados indispensáveis ao desenvolvimento económico da região.

As potencialidades turísticas do Alentejo foram também reconhecidas pelos presentes, tendo sido defendida a criação de uma região e de um plano regional de turismo, merecendo ainda a sua aprovação na área do ambiente, a criação de medidas legislativas adequadas, incentivos à educação ambiental dos agentes económicos, bem como a criação da zona de paisagem protegida do sudoeste alentejano.

Considerada como um polo chave para o desenvolvimento do Alentejo, o sector industrial foi também largamente abordado pelos congressistas, confluindo as opiniões expressas no decorrer do debate para a urgência de levar por diante projectos como o do Alqueva, a metalurgia do cobre, a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o Complexo de Sines e a construção de um porto comercial.



Praça da Liberdade

Iniciativa privada do Norte

— ai tão estatal, tão pública, tão municipal

1.º acto
(Leça da Palmeira, Matosinhos)

Dia 10 de Maio. Com a presença do Presidente da República, é inaugurada a EXPONOR. «Sonho de há mais de trinta anos dos empresários nortenhos», são mais de 22 ha de terreno, 25 mil metros quadrados de área útil de exposição, 15 mil metros quadrados de área coberta. Propriedade e exploração da EXPONOR, sociedade privada para o efeito constituída entre a Associação Industrial Portuense (AIP) e o Gabinete PORTEX (das Feiras Têxteis).

Entre-acto
(uma deambulação contabilística)

Investimento total, 1320 contos. Financiamentos do Estado e Públicos: 1120 contos do Ministério da Indústria, do Ministério do Trabalho, do Instituto do Comércio Externo (ICEP), do FEDER, do Fundo EFTA e do Banco de Fomento Nacional. Participação municipal: A Câmara Municipal de Matosinhos cede à Associação Industrial Portuense um terreno com cerca de 22 ha do qual parte é adquirida a título oneroso pela quantia de 12 500 contos. Financiamento privado: 200 mil contos da Associação Industrial Portuense e Gabinete PORTEX.

2.º acto
(Leça da Palmeira, Matosinhos, no próprio local da EXPONOR, recém-inaugurada)

«Propomos que o Estado limite a sua intervenção a garantir a solidariedade social mínima deixando o resto para a iniciativa e responsabilidade individuais.»
(Ferraz da Costa, Presidente da CIP)

«A AIP sempre teve um terreno na Avenida da Boavista para fazer o Parque de Exposições, mas nunca teve dinheiro para arrancar com a obra. Fez-se em tempos um empréstimo obrigacionista dos associados que já caiu no esquecimento.»
(Henry Tillo, vice-presidente da EXPONOR)

«Os meios económicos do Norte caracterizaram-se sempre pelo espírito de iniciativa, pelo seu dinamismo e capacidade de realização. Mesmo quando muitos desceram, os empresários do Norte apostaram em Portugal e nunca cruzaram os braços.»
(Mário Soares, Presidente da República)

«A inauguração da EXPONOR é um grande motivo de orgulho para os matosinhenses e para mim, como homem defensor e construtor do Poder Local democrático, é uma enorme satisfação (...). Quer dizer que, pelo menos, em Matosinhos (...) já passámos a fase de resolver exclusivamente o problema das infra-estruturas básicas, como sejam os esgotos ou o abastecimento de água (...).»
(Narciso Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos)

3.º acto
(Leça da Palmeira, Travessa da Fonte Muda)

«Quase um mês passado sobre o inquérito que destruiu seis barracas na Travessa da Fonte Muda, em Leça da Palmeira, Matosinhos, deixando desalojadas 29 pessoas, entre as quais 19 crianças, a situação de miséria em que as famílias vivem, mantém-se em todos os aspectos (...). Uma mãe e uma filha vivem no interior da carcaça de um automóvel, enquanto os restantes desalojados (...) se vêem forçados, nalguns casos, a furtar madeira para reconstruir barracas.»
(«Comércio do Porto», dia 19/5)

Final

O pano desce afilto com uma iniciativa privada tão pública, tão estatal, tão municipal. E envergonhado com tanta miséria à solta.

■ J.N.L.

Juventude

JCP prepara encontro nacional

Vai realizar-se no próximo dia 31 de Maio, na Faculdade de Letras de Lisboa, um Encontro Nacional da JCP com o objectivo de aprovar o programa eleitoral dos jovens comunistas e um manifesto à juventude portuguesa. Esta iniciativa, que constituirá o pontapé de saída público da JCP no trabalho eleitoral no quadro da CDU, contará com a presença de 800 participantes, sendo especialmente convidados importantes personalidades da cultura e da ciência.

No final, a partir das 16.30, terá lugar com um comício de apresentação das

conclusões e dos candidatos jovens integrados nas listas da CDU, onde usará da palavra o camarada Álvaro Cunhal.

Sem prejuízo de mais informações em próxima edição sobre o conteúdo desta iniciativa, aqui fica desde já a informação do horário de funcionamento do Encontro ao qual poderão assistir todos os jovens apoiantes da CDU. Assim, o encontro Nacional da JCP inicia-se às 11 horas e às 12.30 h haverá um piquenique nos jardins circundantes da Faculdade, recomeçando os trabalhos de novo às 14.30 h até às

16.30 h, altura em que, como já referimos, se realizará o comício.

Juventude da Madeira

Entretanto, na Madeira, a Organização da JCP daquela região autónoma levou a efeito recentemente um conjunto de actividades destinadas a promover o convívio e o debate entre os jovens madeirenses. Participou nestas iniciativas o deputado do PCP Rogério Moreira, membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Depois de uma análise da situação dos jovens madeirenses que a JCP-Madeira reputa de «grave» — pelo «uso e abuso de contratos a prazo» e pelo clima que se vive na maior parte das escolas, «onde os estudantes são impedidos de livremente manifestar as suas opiniões sobre os assuntos relacionados com a vida escolar», o que passa nomeadamente pela ilegal proibição pela Secretaria Regional de Educação da constituição livre e autónoma de Associações de Estudantes — estes conjuntos de iniciativas que decorreram no fim-de-semana de 9 e 10 de Maio aprovou um conjunto de «propostas necessárias e urgentes para uma vida melhor e para uma participação juvenil reforçada no futuro da região».

Dentre estas propostas destacam-se a luta pelo emprego e contra os despedimentos e, em particular, pela

criação de novos postos de trabalho na indústria hoteleira para os jovens que concluem o estágio dos cursos da Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira, a aplicação imediata pelo Governo Regional da nova lei aprovada na AR que institui um subsídio de desemprego para os jovens à procura do primeiro emprego, a atribuição de salário mínimo e de subsídios de refeição e transporte aos jovens que participam nas «Experiências de Trabalho Jovem», a criação de Associações de Estudantes autónomas do poder político de acordo com a lei aprovada na AR e a criação de condições para que os jovens possam passar condignamente as suas férias através nomeadamente da diminuição dos preços no Complexo Balnear do Lido (aumentados este ano em cerca de 60 por cento) e da criação de um desconto especial de 50 por cento no preço das viagens entre o Funchal e Porto Santo para os jovens em gozo de férias.

Ao mesmo tempo que apela aos jovens madeirenses para se organizarem e lutarem pelos seus direitos, a JCP-Madeira reafirma que «os jovens comunistas da Região, em conjunto com outros jovens democratas e independentes, transmitirão a sua dinâmica e alegria juvenis à campanha da nova Coligação Democrática Unitária — CDU — para derrotar a direita e abrir novos horizontes de vida à juventude».

Terra

Agricultores contra aumento de combustíveis

Sobre o recente aumento do preço dos combustíveis, decretado pelo governo já depois de demitido, o Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte (MARN-Beiras) divulgou um comunicado onde considera que, com tal medida, «os agricultores vão ver agravada a sua já precária situação financeira».

Lembrando que em Abril de 86 este governo tinha sido obrigado pela AR a diminuir o preço dos combustíveis, pergunta o MARN-Beiras: «será desta forma que os agricultores se sentirão encorajados a

fazer investimentos na agricultura e a contribuir para o aumento da produção agrícola nacional?»

O MARN-Beiras alerta ainda para o facto de este aumento dos combustíveis terem como consequência que «a utilização de maquinaria agrícola sofrerá um retrocesso e o investimento agrícola continuará na estagnação que conhecemos». De facto, foram os combustíveis que normalmente são mais utilizados pelos agricultores que sofreram os maiores aumentos percentuais.

Internacional

Colômbia

Pelo direito à vida

José Miguel Rojas, presidente do município do povoado de São José Del Guaviare, no leste da Colômbia, foi assassinado este mês por dois indivíduos não identificados. Não se tratou de um caso isolado. Nos dois últimos anos, pelo menos 350 elementos da Aliança Patriótica — coligação das forças de esquerda dirigida pelo Partido Comunista Colombiano — foram assassinados por organizações paramilitares colombianas que através do terror procuram fazer gorar o processo de unificação da esquerda e intimidar os progressistas que defendem uma democracia mais ampla para a Colômbia.

A luta pela democracia é hoje a luta pelo direito à vida. Uma palavra de ordem que mobilizou milhares e milhares de colombianos nas comemorações do 1.º de Maio deste ano, num afirmação inequívoca da firme disposição existente no país de combater o militarismo, a submissão ao imperialismo e defender a paz, a justiça e a democracia na Colômbia.

A proposta de transformar o 1.º de Maio numa jornada nacional pelo direito à vida, contra a «guerra suja», foi apresentada no V Forum pelos Direitos Humanos, importante iniciativa que no mês passado mobilizou as forças progressistas de todo o país. Verdadeiro tribunal popular contra a «guerra suja» que impera na Colômbia, o V Forum denunciou os agentes do militarismo, do narcotráfico, e dos grupos paramilitares que impunemente continuam a actuar no país, sabotando por todas as formas os acordos de tréguas estabelecidas entre o governo e as forças guerrilheiras e a actividade democrática dos responsáveis sindicais, autárquicos e parlamentares livremente eleitos.

Se os comunistas são os alvos principais dessa actividade terrorista, não são no entanto os únicos, como vem demonstrando o ataque cerrado, as intimidações e perseguições aos mais destacados dirigentes democráticos que integram a Aliança Patriótica e a vasta campanha de calúnias contra a central sindical unitária (CUT), expoente da unidade duramente conseguida entre as classes trabalhadoras colombianas. Por isso nada mais natural que ao evocar este ano o significado da luta dos mártires de Chicago, os trabalhadores colombianos tenham arvorado como novas bandeiras de luta os nomes dos seus mártires sacrificados na «guerra suja» conduzida pelas forças reacçãoárias militaristas contra os que defendem a soberania da pátria contra a doutrina imperialista da «segurança nacional», contra os que lutam sem tréguas pela paz e que não renunciam, apesar do terrorismo institucionalizado, ao objectivo de construir uma democracia com justiça social.

A conquista destas reivindicações, como assinalava recentemente o órgão central do PCC, «Voz», está intimamente relacionada com o

para novos movimentos de opinião, poderá naufragar num charco de sangue».

Como naquela iniciativa foi sublinhado, se não se põe cobro a esta hemorragia a Colômbia mergulhará rapidamente num terror generalizado. Não basta por isso que as autoridades aprovem leis contra semelhante situação, mas que sobretudo as façam cumprir. É o caso do decreto 750 de 25 de Abril último, que anuncia medidas para combater os graves delitos contra a vida e a integridade nacional e cria um tribunal especial de instrução criminal; uma iniciativa que as forças democráticas saudam,



Mortes, torturas, desaparecimentos, ameaças de toda a espécie tornaram-se uma constante na Colômbia onde até à data, apesar de todas as denúncias feitas sobre os responsáveis do terror fascista, as autoridades não tomaram medidas eficazes para lhe pôr cobro

plicados com os actos terroristas; a continuação de uma política de submissão aos ditames do imperialismo, nomeadamente no campo eco-

nómico, são factores que não podem deixar de mobilizar as forças de opinião pública internacional numa campanha de solidariedade

para com a luta pela democracia na Colômbia. Uma luta que começa pela defesa dos direitos humanos, pela defesa do direito à vida.



Em Bogotá, capital da Colômbia, realizou-se de 24 a 26 de Abril o V Forum pelos Direitos Humanos

processo de unidade da classe operária, que felizmente registou um avanço decisivo com a formação e reconhecimento legal da CUT. Assim se começou a superar a divisão e dispersão do movimento sindical, impostas desde o início da «guerra fria» e da correspondente «política de sangue e fogo», mediante a repressão e a irracional e sistemática campanha anti-comunista, financiada em dólares, que se propunha, entre outros objectivos, impor métodos de super-exploração capitalista e impedir a realização das legítimas aspirações dos trabalhadores.

A solidariedade necessária

Os sucessivos assassinatos cometidos na Colômbia não deixam lugar a dúvidas: todas as conquistas democráticas estão na mira das organizações paramilitares. Reconheceu-o o V Forum pelos Direitos Humanos, ao lembrar que «com a prática constante do estado de sítio se generalizou na Colômbia o poder militar, a justiça militar, o governo local exercido pelas forças armadas à margem da Constituição»; ao reconhecer que a «experiência da eleição popular para as autarquias, tida como um começo de abertura política

mas que exigem seja eficaz, ou seja que ponha cobro às iniciativas terroristas e acabe com a incógnita de quantos são os que as praticam, quem são e onde estão.

Uma resposta que passa evidentemente pelo empenhamento das autoridades civis no combate e desmantelamento desse verdadeiro estado dentro do estado que as organizações paramilitares (e militares reacçãoárias) constituem; o que por sua vez implica o reforço permanente das forças democráticas colombianas e, sobretudo, a sua unidade de acção, única forma de constituir a alternativa necessária às forças que actualmente apostam no retorno da Colômbia à distadura militar ou, o que não será muito diferente, às encapotadas formas de poderio militar e de pseudo-democracia onde os democratas são de tal forma alvo da repressão que embora legalmente possam desenvolver a sua actividade estejam na prática impedidos de o fazer.

Os sucessivos alertas do Partido Comunista Colombiano, da União Patriótica, da CUT e de outras organizações progressistas, alvos preferenciais da repressão fascista; o número crescente de vítimas dos grupos paramilitares; as tibiezas dum regime que não soube ou não quis depurar as forças armadas dos elementos mais im-

Testemunhos do terror

Três minutos foi o tempo concedido a cada vítima ou familiar dos assassinados e desaparecidos para denunciar através dos seus testemunhos as violações contra o direito à vida. No Tribunal de Acusação instituído pelo V Foro pelos Direitos Humanos, na Colômbia, o objectivo de reunir o maior número de testemunhos sobre a «guerra suja» foi alcançado. Três minutos podem ser uma eternidade quando encerram todo o dramatismo entre a morte e a vida. Aqui ficam alguns deles.

Jacqueline Muñoz Medina, uma jovem de 23 anos, estudante de Engenharia da Universidade Inca de Bogotá e militante da Juventude Comunista, ostentando ainda as marcas das torturas sofridas, denunciou o seu sequestro por um grupo paramilitar na própria semana em que foi instalado o V Foro (segunda quinzena de Abril). Com lágrimas nos olhos, narrou o suplício das torturas e violações sofridas em três minutos que pareciam nunca mais acabar.

Jairo Rodríguez, 30 anos, pescador de profissão, de Arauca, sem o braço direito, contou com firmeza como em 9 de Junho de 1985 uma patrulha da Armada disparou contra ele e o irmão quando andavam à pesca, acusando-os de pertencerem ao movimento guerrilheiro M-19. O irmão foi assassinado.

Outra testemunha descreveu o martírio de um jovem indígena de 14 anos, que por não ter documentos foi acusado pelo Exército de pertencer às forças guerrilheiras: «Puseram-lhe uma granada nos testículos e depois atingiram-no com três tiros».

Hugo Varela Mondragón, jornalista da rádio Todelar de Palmira, de 28 anos, revelou o atentado de que foi alvo em 13 de Fevereiro de 1987, à uma da manhã: «dispararam três tiros à porta da minha casa, aterrorizando a minha mulher e os meus dois filhos pequenos; desde então, chegaram-me diversas ameaças. Em 23 de Abril o polícia que vigiava a minha casa por decisão das autoridades foi assassinado com oito tiros». Hugo Varela garante que nos últimos dois anos, em Palmira, foram mortas de forma violenta 1500 pessoas! Segundo este jornalista, o responsável por estes crimes é o grupo paramilitar conhecido pelo nome de «Los magníficos».

Gustavo Rodríguez, de 32 anos, da localidade de Finlândia, Quindío, revelou que a sua casa foi assaltada em 22 de Dezembro de 1985, às 5 horas da manhã, por efectivos do Batalhão Cisneros. Não tendo encontrado nada, o cabo Mario Tobón «plantou» alguns explosivos e armas que afirmou terem sido «utilizados» num ataque ao Batalhão. Preso, Gustavo Rodríguez foi torturado; em 29 de Dezembro foi proibido de regressar a Finlândia.

Em 6 de Janeiro, quando viajava num autocarro, foi alvejado com quatro tiros. Os polícias que o levaram ao hospital entregaram-no dizendo «aquí trazemos este guerrilheiro filho da p... para que o ditem». Agora, este activista da União Patriótica recebe constantemente chamadas anónimas com ameaças.

A vez dos padres

A sanha dos grupos fascistas não poupa sequer os membros da Igreja. O testemunho do padre Pedro Elías Joya, de Garcia Rovira, no norte de Santander, é apenas um exemplo do que se tornou numa prática quotidiana.

Aquele sacerdote denunciou o massacre de Pedra Azul, em que 30 soldados vestidos de guerrilheiros mataram oito camponeses indefesos, em 4 de Fevereiro último. O padre Joya declarou que o exército o tem perseguido, tendo mesmo em 8 de Maio de 1986 chegado a ser preso e prestes a ser levado num helicóptero militar. Graças à população de Málaga — disse — que se mobilizou de imediato, salvei-me do que poderia ter sido uma viagem sem retorno.

Ofélia Uribe, viúva de Júlio César Uribe, o presidente do Sindicato de Cimentos Nare assassinado em 8 de Dezembro de 1986, subiu à tribuna para relatar o crime contra o marido: «ia num autocarro cheio de passageiros; quando o carro parou em Puerto Boyacá um esbirro atingiu-o com um tiro no ouvido. Devido às minhas constantes pressões sobre as autoridades tenho recebido toda a espécie de ameaças, mas estou agora mais decidida do que nunca a manter-me ao lado do povo».

Eduardo Mendoza, advogado, denunciou a forma como morreu o comandante do Exército Popular de Libertação, Ernesto Rojas: «Jairo de Jesús Calvo e o seu acompanhante foram capturados e torturados selvaticamente. Recebeu 25 tiros, todos de frente. O seu cadáver apresentava dentes partidos e fractura do nariz. Recebeu dois disparos certos, no coração. É portanto mentira que tivesse havido confronto com a polícia, pois o comandante Rojas ia desarmado».

Internacional

PC da Grécia em Congresso • Mensagem do PCP

O 12.º Congresso do Partido Comunista da Grécia decorreu em Atenas, entre 12 e 16 de Maio. Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Partido Comunista Português, representou o nosso partido no Congresso.

Transcrevemos a mensagem enviada pelo Comité Central do PCP.

Queridos camaradas
Em nome dos comunistas portugueses o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente o 12.º Congresso do Partido Comunista da Grécia e por intermédio dos seus delegados todos os comunistas, a classe operária e o povo trabalhador da Grécia.

O PCP expressa a sua activa solidariedade para com a luta dos comunistas gregos em defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras, em defesa da independência e soberania nacional, por profundas mudanças antimonopolistas, anti-imperialistas e democráticas que abram à Grécia o caminho do progresso social e do socialismo. O PCP acompanha com particular interesse a luta do Partido Comunista da Grécia e do povo grego pela libertação da sua pátria dos laços de submissão ao imperialismo, pela saída da Grécia da CEE, pela retirada das bases estrangeiras, pela transformação dos Balcãs numa zona livre de armas nucleares, em defesa da paz.

Nas grandes lutas travadas pela classe operária e o povo grego contra a política anti-

populare antinacional do capital monopolista, e em particular contra a viragem à direita do governo do PASOK, o PCG tem desempenhado um papel fundamental, ampliando o seu prestígio e influência nacional, afirmando-se como força indispensável para a solução dos graves problemas que afectam o povo grego e a Grécia. O sucesso alcançado pelo PCG nas eleições para as autarquias locais de Outubro de 1986 traduz claramente esta realidade. Desejamos novos e grandes êxitos na vossa luta.

Em Portugal a situação continua a caracterizar-se por uma aguda luta de classes em torno das conquistas da Revolução de Abril e do regime democrático que as consagra.

Há já mais de 11 anos que sucessivos governos de direita, com ou sem o Partido Socialista, prosseguem uma dura ofensiva contra as nacionalizações, a Reforma Agrária, o Poder Local Democrático e os direitos dos trabalhadores procurando por todos os meios reconstituir o poder dos monopólios e dos latifúndios que a revolução liquidou. Contudo, devido à ampla e combativa luta da classe ope-

rária e das massas populares, as conquistas da Revolução, embora feridas e diminuídas, são uma realidade que continua a marcar profundamente a realidade portuguesa.

Nos últimos tempos tiveram lugar grandes lutas da classe operária e das massas trabalhadoras contra a política reaccionária, antipopular e antinacional do Governo minoritário do PSD, política que não só aprofundou a gravíssima crise económica e social do País, como pôs em perigo as liberdades democráticas e a própria independência nacional. O nosso partido sempre combateu firmemente esta política, mobilizou a classe operária e os trabalhadores para a luta em defesa dos seus interesses vitais, denunciou as gravíssimas consequências da entrada de Portugal na CEE e da sujeição de Portugal ao imperialismo, agiu permanentemente no sentido da convergência de todos os partidos e forças democráticas com vista a encontrar uma alternativa democrática para o Governo reaccionário do PSD. A queda do Governo através da aprovação de uma moção de censura na Assembleia da República, constituiu uma grande vitória do movimento popular e democrático. Abriram-se reais possibilidades de formar um Governo com base na maioria democrática existente na AR. Contudo as hesitações da direcção do PS e a cedência do

Presidente da República às exigências dos partidos reaccionários e do grande patronato inviabilizaram esta oportunidade. Foram marcadas eleições legislativas antecipadas para 19 de Julho, mantendo-se entretanto em funções o governo derrubado, o que compromete seriamente a real democraticidade do acto eleitoral. O objectivo da batalha eleitoral que vamos travar é para que os seus resultados confirmem a derrota do PSD e a vontade de uma viragem democrática na vida nacional, no caminho dos ideais de Abril.

Queridos camaradas
A luta contra a política de guerra e agressão do imperialismo e em defesa da paz mundial alcançou nos últimos tempos importantes resultados políticos que confirmam a real possibilidade de obrigar o imperialismo a recuar nos seus propósitos de revanche social e hegemonia mundial e alcançar uma viragem na situação internacional no sentido do desarmamento, do desanuviamento e da coexistência pacífica. As propostas e iniciativas de paz da URSS e dos países socialistas, designadamente as que visam a liquidação das armas nucleares na Europa e no mundo constituíram e constituem contribuições do maior alcance para a defesa da paz mundial.

Entretanto o imperialismo continua sistematicamente a rejeitar, a iludir e a sabotar a

concretização de acordos de desarmamento, a caluniar a política de paz da URSS e outros países socialistas, a intervir militarmente contra a Nicarágua e outros países soberanos, a agudizar a tensão no Médio Oriente e noutras regiões do mundo. Impõe-se por isso o prosseguimento e a intensificação da luta popular em defesa da paz, pelo desarmamento e em primeiro lugar o nuclear, contra a militarização do espaço. Impõe-se intensificar a solidariedade com os povos vítimas da agressão imperialista. Impõe-se fortalecer a amizade, a cooperação e a solidariedade recíproca de todas as forças do progresso social e em primeiro lugar dos países socialistas, da classe operária dos países capitalistas, do movimento de libertação nacional, dos países progressistas. Tudo isto coloca perante os comunistas grandes responsabilidades. Na opinião do PCP o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional é de decisiva importância para assegurar o prosseguimento vitorioso do processo revolucionário mundial e a defesa da paz.

O imperialismo tenta por todos os meios ao seu alcance opor-se ao curso irreversível e irresistível do processo de emancipação nacional e social dos trabalhadores e dos povos, mas as profundas transformações revolucionárias ocorridas nos 70 anos de

corridos sobre a Revolução de Outubro mostram que um tal objectivo está condenado ao fracasso. A luta em defesa da paz é inseparável da luta pelo progresso social. Quanto mais forte e atraente for o socialismo, quanto melhor se defenderem e mais depressa se consolidarem as novas revoluções libertadoras da África, Ásia e América Latina, quanto mais avançar a luta da classe operária nos países capitalistas por profundas transformações anti-imperialistas maiores serão as possibilidades de defender a paz e obrigar o imperialismo a recuar nos seus propósitos de hegemonia mundial.

Queridos camaradas
Desejamos aos trabalhos do vosso 12.º Congresso os melhores sucessos e que as suas decisões contribuam para fortalecer ainda mais o Partido Comunista da Grécia e o seu papel na luta da classe operária e do povo da Grécia. Expressamos a nossa vontade de estreitar ainda mais os laços de amizade, cooperação e solidariedade que unem os nossos dois partidos, com base no marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o 12.º Congresso do Partido Comunista da Grécia!

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Grécia!

Viva o internacionalismo proletário!

VIII Congresso do PSU de Berlim-Oeste

De 15 a 18 de Maio, realizou-se em Berlim Ocidental o VIII Congresso do Partido Socialista Unificado (PSU) de Berlim-Oeste. Como representante do PCP, esteve presente nos trabalhos do Congresso o camarada Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas
Em nome dos comunistas portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o VIII Congresso do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste e, por intermédio dos seus delegados, os comunistas de Berlim-Oeste.

O PCP acompanha com grande interesse a luta dos comunistas de Berlim-Oeste pela defesa dos interesses e direitos da classe operária e dos trabalhadores, contra a política dos monopólios, contra os atentados às liberdades democráticas, contra a discriminação dos trabalhadores oriundos de outros países.

Temos em alto apreço a actividade do PSUB-O em defesa do estatuto quadripartido de Berlim-Oeste, contra as tentativas de integrar Berlim-Oeste na estratégia belicista do imperialismo norte-americano e dos revanchistas da RFA, a fim de sabotar o clima de desanuviamento e criar um novo clima de tensão.

Valorizamos altamente a sua luta pela defesa da paz e a participação dos seus aderentes nas grandiosas manifestações contra a corrida aos armamentos nucleares.

Queridos Camaradas
A situação internacional prevalecente no mundo inspira, por um lado, grandes preocupações mas, por outro lado, inspira profunda confiança quanto à possibilidade de defender a paz e prosseguir a luta pelo progresso social.

O imperialismo norte-americano e os círculos mais reaccionários da NATO tentam a todo o custo, ingloriamente, travar os ponteiros da História e se possível fazê-los recuar para desse modo voltarem a recuperar posições que lhe foram arrancadas pela luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

Tendo perdido a iniciativa histórica, debatendo-se com constantes sobressaltos motivados por crises cíclicas que se repetem em períodos

cada vez mais curtos, o capitalismo teme a competição pacífica com o socialismo. A esta luz se compreendem a corrida às armas nucleares, a militarização do cosmos, as ameaças e agressões a povos e países soberanos perpetradas pelo imperialismo.

Em contraste com esta realidade a URSS e outros países socialistas constroem sociedades liberas da exploração capitalista, realizam uma política de paz. Tendo em conta a especificidade de cada país, estão em curso processos de aprofundamento da democracia socialista e de aceleração do desenvolvimento económico e social que apontam para o reforço do socialismo e da sua influência na vida internacional. Entretanto os trabalhadores e os povos não desarmam e lutam pela defesa da paz, pelo progresso social, pela liberdade e o socialismo.

O PCP valoriza altamente as recentes propostas da URSS no sentido de liquidar todos os mísseis de curto e médio alcance na Europa, as quais abririam possibilidade de livrar o nosso Continente de armas nucleares.

É convicção do PCP que para defender a paz e prosseguir a luta pelo progresso social cabe um lugar de particular relevo ao movimento comunista internacional cujo reforço da unidade e coesão

constituirá um elemento de maior importância para alcançar esse objectivo.

Para o PCP, derrotar os planos sinistros do imperialismo exige o reforço da solidariedade e cooperação entre as grandes forças do pro-

gresso social, os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

Para o PCP, derrotar os planos sinistros do imperialismo exige o reforço da solidariedade e cooperação entre as grandes forças do pro-

gresso social, os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

um grande número de ex-dirigentes do MDP, numerosos independentes. O objectivo central da campanha é derrotar a direita, confirmar e aprofundar a maioria democrática, reforçar a votação no PCP/CDU. Trabalhamos com confiança em que tais objectivos podem ser alcançados e com eles a possibilidade de formação de um governo democrático que ponha finalmente termo à ofensiva contra as conquistas da revolu-

ção portuguesa e assegure o prosseguimento do Portugal de Abril.

Queridos Camaradas
Fazendo votos para que os trabalhos do vosso VIII Congresso sejam coroados de êxito, manifestamos-vos, uma vez mais, a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade, solidariedade e cooperação na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste.

Viva o VIII Congresso do Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste!

Viva a amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste!

Viva o internacionalismo proletário!

• Mensagem do PCP

gresso social, os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

Queridos Camaradas
Pela acção do movimento popular de massas e pela convergência dos partidos democráticos na Assembleia da República foi recentemente demitido o governo minoritário do PSD/Cavaco Silva, o que constitui uma pesada derrota da direita e abriu reais possibilidades para a formação de um novo governo resultante da convergência dos partidos que votaram favoravelmente a moção de censura.

Entretanto, atendendo às exigências do governo derrotado, dos partidos reaccionários e do grande patronato, o Presidente da República decidiu dissolver a Assembleia da República e convocar eleições legislativas antecipadas, destruindo assim a

Revolução de Outubro reunião em Praga

Em representação do Partido Comunista Português encontra-se em Praga Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central do PCP.

Carlos Aboim Inglês participará num simpósio internacional sobre «A Grande Revolução de Outubro e os Problemas Maiores da Época Actual» organizado pela revista «Problemas da Paz e do Socialismo» que tem lugar de 19 a 21 de Maio.

Internacional

Países africanos reforçam cooperação

Está a decorrer desde a passada segunda-feira, no Maputo, a VIII Reunião Ministerial preparatória da Cimeira dos Chefes de Estado dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), cuja ordem de trabalhos inclui a análise da situação que se vive no continente africano e a implementação de medidas tendentes ao reforço da solidariedade e cooperação entre os cinco países.

Como a generalidade dos comentadores políticos não deixou de salientar, é extremamente significativo o facto da reunião se realizar na capital de Moçambique pois testemunha o apoio, solidariedade e confiança dos PALOP àquele país, num momento em que atravessa sérias dificuldades para fazer face às prementes necessidades do povo, agravadas pelos criminosos ataques dos bandidos armados da Renamo.

Significativo também o facto do encontro se realizar

numa altura em que na África Austral se desenvolvem todos os esforços para a recuperação económica dos jovens Estados, designadamente a partir da reactivação das importantes vias de comunicação da Beira e do Caminho de Ferro de Benguela, dois projectos que mobilizam interesses africanos e europeus numa tentativa de criar alternativas à dependência regional da África do Sul.

Testemunho do empenhamento dos novos países africanos em contribuir para a resolução dos problemas do

continente é também a realização em Angola, de 18 a 22 deste mês, da reunião extraordinária do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia. A escolha de Luanda para o evento não foi igualmente ocasional, antes constitui o reconhecimento por parte da ONU da intensa actividade diplomática desenvolvida por Angola desde a sua independência em prol da libertação do povo da Namíbia.

Simultaneamente, trata-se de um inequívoco gesto de solidariedade para com o povo angolano, vítima de constantes agressões do regime de Pretória, que recusando qualquer solução política para a questão namibiana ataca os países vizinhos que apoiam a justa luta de libertação do povo do sudoeste africano.

Em Luanda como em Maputo debatem-se nestes dias

questões que se encontram indissociavelmente ligadas, pois não é possível encarar seriamente a consolidação das independências dos jovens Estados, o desenvolvimento das respectivas economias e a resolução dos principais problemas nacionais sem a regularização pacífica dos problemas do continente africano, a independência da Namíbia e a liquidação do racismo e colonialismo sul-africano. Ter conseguido, ou estar em vias de conseguir, a colaboração de diversos países europeus ocidentais para a concretização de importantes projectos económicos, é um passo que poderá ser decisivo para a liquidação de uma política agressiva que, dirigida e financiada do exterior, tem sido um travão constante ao desenvolvimento e ao progresso dos países africanos.

O financiamento de projectos como o do caminho de ferro de Benguela tem implicações muito vastas. Como afirmou recentemente o presidente angolano José Eduardo dos Santos, o CFB é uma via importante do ponto de vista económico e militar, não só para o nosso país mas também para toda a região central e austral de África. E, claro, para todos os países apostados no desenvolvimento das suas relações com os países daquelas áreas. Pelo que não é crível que esses mesmos países, uma vez envolvidos na concretização de tais projectos, que movimentam verbas significativas, continuem a dar o seu apoio a organizações terroristas que têm como alvos principais esses mesmos interesses económicos.

Numa intrincada teia de motivações políticas e económicas dos países ocidentais em África, o mais natural é o choque de interesses entre as pretensões europeias e norte-americanas; sabendo-se que o imperialismo norte-americano aposta particularmente no fomento das tensões e dos confrontos armados para tentar impor a sua influência, torna-se inevitável o confronto de que, em últimas análise, podem resultar aspectos positivos como o isolamento do imperialismo na cena política africana e o aumento das pressões internacionais para a resolução das questões em aberto através de soluções políticas em vez de militares.

A firmeza de princípios, a cooperação e solidariedade africanas têm, no contexto da diplomacia internacional, um importante papel a desempenhar. Os eventos a decorrer em Maputo e Luanda são mais uma prova de que os principais interessados estão dispostos a não perder nenhuma das oportunidades que se lhes deparam para avançar no caminho do progresso, do desenvolvimento e da paz.

Golpe de Estado nas Fidji

O golpe de Estado militar que na passada quinta-feira derrubou o governo trabalhista das ilhas Fidji, foi duramente criticado por onze dos principais magistrados do país. No início desta semana, em carta dirigida ao governador-geral do arquipélago, os magistrados manifestaram a sua oposição ao regime militar imposto pelo tenente-coronel Sitiveni Rabuka e consideraram ilegal a «pretendida suspensão da constituição das Fidji».

Entretanto, entre as várias medidas já impostas pelo novo regime salienta-se a censura à imprensa, com o encerramento de todos os órgãos de informação da capital, Suva, e a expulsão dos jornalistas estrangeiros do país. Uma medida reveladora das intenções do novo regime.

Greves no Peru

O Peru tem vivido nos últimos dias numa crescente tensão política, de consequências imprevisíveis, com a greve dos polícias iniciada no passado sábado e a greve nacional de 24 horas promovida antecorrem pela Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGTP) em protesto contra a política económica e social do governo de Alan Garcia.

A greve dos polícias, que exigem aumentos salariais, designadamente no que se refere ao subsídio de risco, levou ao encerramento da maior parte das esquadras e provocou o maior caos no trânsito, para além de alguns confrontos com as forças militares, que assumiram a protecção dos edifícios públicos, embaixadas e do aeroporto internacional. Segundo a legislação peruana, a greve dos polícias é ilegal.

Atentados bombistas em Harare

A capital do Zimbabué, Harare, tem vindo a ser nos últimos dias alvo de diversos atentados bombistas que provocaram a morte de uma mulher, vários feridos e inúmeros prejuízos materiais. Os objectivos são pessoas e instalações pretensamente relacionadas com o Congresso Nacional Africano (ANC), tudo apontando para que seja a África do Sul a responsável por estes crimes. Essa é justamente a opinião das autoridades do Zimbabué, que através do ministro de Segurança condenaram «resolutamente o massacre pérfido de cidadãos indefesos pelo regime de Pretória».

Recorde-se que ainda recentemente um porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africano profereu ameaças contra aquele país, reafirmando a «intenção do governo sul-africano de aplicar as mais rigorosas medidas contra o Zimbabué». Este tipo de intervenções costumam preceder os ataques da África do Sul contra os países vizinhos.

Dívida externa latino-americana

Ex-presidentes latino-americanos e outras destacadas figuras políticas e sociais do continente reuniram recentemente em Quito, capital do Equador, para analisar o problema da dívida externa dos países da América Latina.

Na declaração aprovada no final dos debates, aquelas personalidades consideram que o problema da dívida externa só pode ser resolvido através da união dos esforços dos Estados do continente em negociações com os credores. Segundo o referido documento, devem ser estabelecidos limites ao pagamento da dívida externa em função dos ingressos de divisas em cada país e instituído um fundo especial para a solução dos problemas económicos e sociais enfrentados pelos estados latino-americanos.

Os participantes no encontro defenderam ainda a assinatura no âmbito do sistema económico latino-americano, de um acordo sobre as condições de pagamento da dívida externa com a inclusão de um artigo referente a uma moratória ao respectivo pagamento por todos os países da região se os credores tomarem sanções contra qualquer país do continente.

Recorda-se que desde 1981 até à data os países latino-americanos pagaram aos seus credores mais de 130 mil milhões de dólares a título de amortização da dívida externa, que mesmo assim aumentou 100 mil milhões de dólares, em particular devido aos aumentos das taxas de juro e ao proteccionismo praticado no comércio internacional.

Índia em estado de alerta

As forças de segurança de todos os estados setentrionais da Índia têm estado em «estado de alerta» devido ao eventual recrudescimento das acções terroristas na sequência da decisão de colocar o estado fronteiriço do Punjab sob administração presidencial directa. Na sequência desta medida os governos estaduais receberam instruções para reforçar a protecção de instalações e figuras mais importantes, enquanto as unidades militares devem intensificar as operações de patrulha nas regiões mais vulneráveis do Punjab e na fronteira com o Paquistão, utilizadas pelos elementos terroristas e separatistas para lançar as suas acções de desestabilização.

Incidente no Golfo Reagan quer mais armas?

Uma fragata de guerra norte-americana foi atingida, no Golfo, por um míssil «Exocet», de origem iraquiana. 37 marines morreram. Desde o princípio do ano, mais de 30 navios foram atacados. Desde o início da guerra, e de acordo com estatísticas de uma companhia de seguros britânica, 314 navios foram atingidos pela aviação ou marinha do Irão ou do Iraque. Um saldo bem pesado. E que entretanto não traduz senão o quotidiano de incidentes marginais de uma guerra em que dois povos são diariamente massacrados.

Massacre em que a responsabilidade muito directa dos Estados Unidos está bem presente, como tem vindo a ressaltar do esclarecimento dos membros do Irangate — armas canalizadas para o Irão, mapas, verdadeiros ou falsos, de posições adversárias para o Iraque.

A reacção por parte da administração Reagan ao ataque à fragata norte-americana, insere-se bem dentro da lógica da política externa seguida por Washington.

O presidente anunciou que os EUA tencionam fazer «uma revisão completa da situação do Golfo», que implicará o empenhamento na defesa de «amigos» na zona e a «protecção da livre passagem» do petróleo no estreito de Ormuz.

Para essa revisão, Reagan convocou o Conselho de Segurança Nacional.

Em síntese não é difícil discernir, nas palavras do presidente norte-americano, mais uma ameaça de militarização acrescida numa área superlotada de armas, de tensões, de vidas humanas sacrificadas. Em que o problema maior é conseguir a paz, e não estimular a guerra.

O Conselho de Segurança Nacional, agora convocado, é responsável, por exemplo, pelo documento 5401, divulgado a funcionários da CIA em 1958, e que nomeadamente previa a destruição total das fontes petrolíferas árabes, em caso de «intervenção dos russos» ou de surgir uma «ameaça comunista» para os países do Médio Oriente.

Planos que chocam pela irresponsabilidade (e não só...), mas que não surpreendem. Pois esta é a política quotidiana do imperialismo. Que no Médio Oriente se tem mesmo concretizado de forma particularmente insistente — explorando a complexidade da situação que aí se vive.



Basta recordarmos uma vez mais os ataques a cidades líbias o ano passado ou os bombardeamentos do litoral libanês pelo «New Jersey». E ainda as quotidianas provocações contra a Síria. A reforçada aliança com Israel.

Tudo indica que a administração Reagan pretende explorar a morte dos fuzileiros navais para agudizar mais ainda a situação no Golfo em particular e no Médio Oriente, acentuando a sua presença militar. Não se fala da necessidade de pôr cobro à guerra do Golfo ou de iniciar conversações para garantir a liberdade de navegação. Trata-se de «proteger» a passagem do petróleo.

Os factos apontam, de forma crescente, para a urgência de convocação de uma conferência internacional para a paz no Médio Oriente. Como foi aprovado pela ONU, em 1986, tal como na VIII Conferência dos Não-Alinhados, em Harare.

Incidentes como o agora registado tenderão a aumentar — e não a diminuir — com mais armas na zona, com a continuação da guerra. A paz é a única alternativa.

Desarmar, armando?

A filosofia da Casa Branca

São duas filosofias que estão em confronto, sublinhou o embaixador especial soviético, Suslov, em conferência de imprensa realizada de passagem por Lisboa, onde veio expor, ao Governo português, o sentido das propostas soviéticas para uma rápida desnuclearização da Europa. E é bem de duas filosofias que se trata. E da prática correspondente. De um lado, ingorando-se a realidade fundamental de interdependência que marca a nossa época, defendem-se, mesmo explicitamente (!) as armas nucleares. De outro, avançam-se sucessivas propostas de desarmamento. Como afirmou também Suslov, no contacto com a imprensa na Embaixada soviética, as propostas da URSS são claras, óbvias e têm em conta as preocupações da outra parte. Pelo que se torna particularmente difícil levantar objecções. Daí a defesa aberta do nuclear. Mesmo em nome da Paz!

Salvar a arma nuclear, por absurdo e inacreditável que isto seja, é hoje de facto o lema dos sectores mais reaccionários do capital — passando por Portugal —, englobando boa parte da NATO.

Mais ainda — intenta-se utilizar negociações dirigidas ao desarmamento nuclear, mesmo para obter a superioridade militar e abrir caminhos à implantação de novas armas. A teoria e a prática do imperialismo afastam-se de forma bem perigosa das realidades da nossa época, e afundam-se em irracionalidade.

Mas vamos aos factos.

Europa, casa comum

Não é apenas a Europa, é todo o planeta, que quer se queira quer não, é nossa casa comum, que hoje está nas nossas mãos preservar ou destruir. Mas a Europa pode ser a ponta por onde mais facilmente se poderá pegar para iniciar o processo de desarmamento.

Daí a nova iniciativa soviética, de 28 de Fevereiro (mais tarde alargada aos mísseis de curto alcance): nos próximos cinco anos, os mísseis de médio-alcance dos EUA e da União Soviética devem ser eliminados completamente na Europa e, nesse mesmo período, deve ser reduzido para 100, o número das ogivas nucleares em mísseis de médio alcance na parte asiática da União Soviética, mantendo os EUA o mesmo número de ogi-

vas em mísseis de médio alcance instalados no seu território nacional.

Em termos práticos isto significa que iriam ser destruídas mais de 1200 ogivas nucleares de incalculável poder destrutivo e ainda que, pela primeira vez, seria eliminada toda uma categoria de armas nucleares.

E é então que surge o alarme! Para a NATO uma Europa sem armas nucleares é um perigo! Um perigo também, o encetar de um processo em que as armas são destruídas.

E seguem-se contrapropostas inacreditáveis.

Os EUA apresentaram em Genebra propostas prevendo a possibilidade de uma transformação dos mísseis de médio-alcance, em especial os Pershing-2, em mísseis de alcance inferior, o que na prática significaria que ficariam todos os 108 Pershing, conservando as mesmas instalações para o seu manejo, e naturalmente a possibilidade de lhes acrescentar o alcance. Os EUA propuseram ainda a não destruição dos mísseis de Cruzeiro, que seriam instalados em barcos e submarinos. Uma curiosa concepção de desarmamento!

Entretanto a Grã-Bretanha e a França defendem ciosamente o seu direito aos mísseis. E sectores democrata-cristãos do governo de Bona afirmam a necessidade de se dotarem de mísseis adicionais tático-operacionais para

«compensar» a retirada de mísseis de médio-alcance.

Armas estratégicas

É preciso partir de um dado fundamental para compreendermos a proposta de Reagan sobre armas estratégicas: quanto menos mísseis soviéticos, mais eficazes poderiam ser as armas espaciais num ataque contra a URSS (que de facto representaria o fim do planeta, mas esse é um facto que parece ainda não ter direito de cidadania no Pentágono). Assim, fazer coincidir no tempo o período de redução de armas estratégicas em 50%, o lapso necessário ao desenvolvimento dos projectos de armamento cósmico e ainda o período de vigência do tratado DAM, que na prática impede a implantação de armas no Cosmos — assume-se, de facto, como um projecto de conquista da superioridade militar. Ora no fundamental é isto mesmo que os americanos foram propor a Genebra, no que respeita a armas estratégicas.

Na crítica feita ao projecto, o porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros soviético avançou cinco observações prévias ao documento:

Em primeiro lugar, o prazo para a redução em cinquenta por cento dos armamentos estratégicos ofensivos é aumentado pela parte norte-americana dos cinco anos combinados para sete anos.

Em segundo lugar, há a realçar o facto de no projecto serem incluídas cláusulas sobre o estabelecimento de subníveis de armamentos estratégicos ofensivos, o que contradiz o entendimento de Reikjavik. Estes subníveis estão orientados para a destruição da tríada estratégica so-



viética e para a destruição da sua estrutura, o que prejudica a segurança da URSS.

Terceiro, no projecto não se menciona a limitação dos mísseis de cruzeiro de grande alcance de estacionamento naval.

Quarto, continua em aberto a questão das futuras acções das partes com vista à redução dos armamentos estratégicos ofensivos.

E, por último, o projecto norte-americano não leva em consideração a interligação entre a redução dos armamentos estratégicos ofensivos e o fim da corrida aos armamentos, e ainda o reforço do tratado DAM.

Passado em revista este

conjunto de dados, seríamos tentados a concluir que são ilusórias quaisquer esperanças de desarmamento. Mas outra é a realidade. Se a batalha é mesmo muito difícil, não é menos verdade que saltam à vista, já hoje, as suas consequências. Na evolução que se regista no movimento da opinião pela paz e na opinião pública, face ao intenso dinamismo da política soviética. E mesmo nos reflexos políticos no seio dos próprios governos burgueses — particularmente agudos em Bona.

Não há futuro para os defensores das armas nucleares. Porque se impõe que haja um futuro para a humanidade.

«Medo dos russos?»

«Medo dos russos?» — é o tema de um inquérito realizado pelo jornal oeste-alemão «Stern» e de que reproduzimos os resultados.

		Percent. total
O que pensa da proposta do secretário-geral Mikhail Gorbatchov no sentido de retirar os mísseis russos e americanos da Europa?	Ótima	54
	Boa	38
	Não tão boa	4
	Má	1
	Não sei	3
O perigo duma guerra entre o Leste e o Oeste é presentemente...	Maior?	9
	Menor?	42
	Igual?	41
	Não sei	8
Quem é, na sua opinião, que mais se empenha actualmente em garantir a paz e o desarmamento: O presidente Reagan ou o secretário-geral Gorbatchov?	Reagan	9
	Gorbatchov	49
	Os dois igualmente	30
	Não sei	12
Acha que as propostas de Gorbatchov são sinceras ou não?	Sinceras	69
	Falsas	10
	Não sei nenhuma resposta	21

«Os operários agrícolas desta região lançaram-se na luta pelas 8 horas de trabalho a 5\$00 a hora. Como tivessem surgido uns patrões que recusavam e outros que aceitavam as 8 horas mas a 4\$00, centenas de assalariados dirigiram-se à Câmara Municipal e enviaram uma comissão de seus representantes ao presidente informando-o do que se passava e deixando prever acções de protesto.

O presidente na Câmara aceitou negociar com os patrões renitentes e fez-lhes ver qual a disposição dos operários. Tendo ganho as 8 horas a 4\$00 por dia, os operários, em grande regozijo, procuram agora conciliar o novo horário com outras regalias por eles conquistadas há mais tempo: «fumaças», «hora de almoço», etc.»

(«A conquista das 8 horas no Bombaral» — «Avante!», VI série, n.º 355, Maio de 1965)

«Mais uma vez as valentes operárias desta empresa decidiram recorrer à greve, lutando por aumento de salário para as operárias que ganhavam menos de 60\$00 diários e pela reconquista de regalias que lhes haviam sido retiradas pelo actual gerente.

Entretanto, na secção de mecânica, um operário foi arbitrariamente despedido. Os trabalhadores reagiram imediatamente indo protestar junto da gerência e afirmando que se considerariam despedidos se o seu camarada não fosse readmitido.

Este acontecimento precipitou a greve. Antecipando a hora do início da mesma, as operárias solidarizaram-se com os seus camaradas mecânicos e juntaram às suas reivindicações o despedimento do actual gerente.

A combatividade dos trabalhadores fez recuar o patronato, declarando que todos os mecânicos estavam readmitidos e prometendo o aumento reclamado pelas operárias ainda para o mês de Abril.»

(...)

(«Greve na GEFA — exemplo de solidariedade operária» — «Avante!», VI série, n.º 441, Maio de 1972)

«O 1.º de Maio em Alpiarça começou, como manda o relógio, às 0 horas. Da meia-noite às 3 da manhã os foguetes e morteiros sucederam-se, preparando o povo para a comemoração do dia dos trabalhadores.

De manhã verificou-se que nem os operários agrícolas, nem os operários da construção civil tinham ido ao trabalho. A greve mais uma vez estalara em Alpiarça! Depois foi a romagem saudosa à campa da nossa camarada Maria Albertina, flores por toda a parte, um discurso vibrante e um silêncio de profundo recolhimento em homenagem aos que caíram na luta.

Mas o 1.º de Maio não é só dia de luta — é dia de festa. E o povo de Alpiarça foi fazê-la, num piquenique à beira do rio, onde cantou, dançou, se divertiu e não esqueceu de dar vivas à liberdade e morras a Salazar e ao fascismo.

(...)

(«Greve, piquenique, manifestação do heróico povo de Alpiarça» — «Avante!», VI série, n.º 355, Maio de 1965)

A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL NO MUNDO

AS SUAS REPERCUSSÕES NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS, AS SUAS PERSPECTIVAS SOMBRIAS E AS NECESSIDADES DE LUTAR SE QUEREMOS SOBREVIVER



edições Avante!

Fidel Castro



A mentira

A história de como o Governo derrotado de Cavaco Silva não só não deu um passo para melhorar a situação económica portuguesa, como desperdiçou um conjunto de circunstâncias internacionais favoráveis como não se verificava há pelo menos vinte anos. A história de como se perdeu um saldo positivo da balança comercial e ele foi transformado num pesado agravamento da nossa dependência do estrangeiro. A história de como, com Cavaco Silva, gastámos em whisky o que poupámos em petróleo. A história da incompetência de um Governo que nem sequer soube aproveitar a sorte que teve — porque fez a política da direita. A evidência de que depois de dar em 1986 as vacas gordas ao capital, Cavaco se preparava para, em 87 as pagar com as magras dos trabalhadores

CAPÍTULO I

A BALANÇA COMERCIAL A INFLAÇÃO



Um elemento determinante da evolução da economia portuguesa nos últimos anos tem sido — como toda a gente sabe — o agravamento da dívida externa portuguesa.

Os sucessivos governos, independentemente da sua composição partidária, têm seguido uma política semelhante que, no geral, o PCP tem caracterizado como de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

No que se refere aos dois primeiros aspectos (a recuperação capitalista e latifundista), a política oficial tem conduzido ao progressivo estrangulamento da capacidade produtiva nacional mediante o ataque ao sector nacionalizado e à Reforma Agrária, em benefício do capital privado e da posse privada da terra.

Com uma conhecida política de retirar todas as áreas rentáveis às empresas nacionalizadas, privá-las de créditos e reduzir administrativamente o seu investimento, os governos têm impedido que as grandes empresas nacionalizadas — produtoras de bens básicos para a economia — desempenhem o seu papel de dinamizadores da actividade económica global.

Privando as nacionalizadas desta possibilidade, os governos abrem a porta à penetração do capital e dos produtos estrangeiros cuja produção nacional não apenas não fomentam como explicitamente impedem.

A título puramente de exemplo, tome-se o caso da Siderurgia Nacional e do Plano Siderúrgico. A política seguida tem sido a de crescentemente diminuir a capacidade de produção da Siderurgia: diminuição de postos de trabalho, não rejuvenescimento dos equipamentos, estrangulamento financeiro da empresa.

É evidente que tal acção se reflecte na produção. A tal ponto que, para um industrial nacional que tenha necessidade de ferro, acaba a ser mais simples (e eventualmente até, para ele, mais barato) importar ferro ou aço estrangeiro do que adquiri-lo à Siderurgia — que, à última, pode até ter deixado de o fabricar.

É claro que esta política de substituição de produtos nacionais por produtos importados levanta uma questão decisiva: se compramos no estrangeiro — temos de pagar. E com que dinheiro?!

Para obtermos o dinheiro necessário a pagar essas importações digamos, linhas muito gerais, que haverá três processos: o primeiro será através de exportações; o segundo através de capitais que recebamos directamente; o terceiro através de empréstimos.

No que se refere às exportações, o esquema é evidente: Portugal exporta, por exemplo, cortiça que lhe é paga em dólares e quando tiver que importar petróleo — que tem de ser pago em dólares — conta com os dólares entretanto obtidos com a exportação.

Só que toda a gente sabe que **Portugal importa mais do que exporta**. E importa mais não só em quantidade como também em preço: importamos petróleo, cereais, oleaginosas, produtos agrícolas, maquinaria e

tudo o resto — que é caro: exportamos coisas que são baratas porque são apenas matérias-primas ou produtos que têm pouco valor acrescentado através do trabalho para os confeccionar.

Donde, não é através do equilíbrio importações-exportações que, no quadro actual, se podem pagar as importações.

O segundo recurso tem sido determinante no equilíbrio da nossa economia: o recebimento directo de capitais mediante as remessas dos emigrantes portugueses no estrangeiro e as receitas do turismo.

No primeiro caso trata-se de dinheiro em divisas que entra direitinho, e sabe-se a importância que esse contributo do trabalho de portugueses por esse mundo fora tem assumido.

Quanto ao turismo, é evidente que para obterem moeda portuguesa que pague as suas despesas em Portugal os turistas cambiam as suas divisas que constituem assim igualmente uma receita que pode ser utilizada no pagamento de importações.

Finalmente, temos os créditos. Como em muitas outras circunstâncias, pode-se, para adquirir um determinado bem, recorrer a um crédito, isto é, a um empréstimo para fazer a compra. Mas há aqui uma questão básica: este empréstimo só pode ser **economicamente sensato se o fim a que se destina comportar em si próprio a possibilidade de o vir a pagar**. Caso contrário, trata-se apenas de um adiar da dívida, pior, do seu agravamento, uma vez que ao empréstimo inicial se irão acrescentar os juros.

Ou seja: só é economicamente válido tentar obter um crédito/empréstimo desde momento que se tenha a garantia de que se pode pagar: isso pode ser verdade por um diferencial no tempo quanto à obtenção de receitas ou mediante a própria acção reprodutiva daquilo para que se obteve o empréstimo.



Vejamos um exemplo ao nível de um cidadão normal: a compra de uma casa.

Quando alguém faz um pedido de empréstimo para comprar um andar, que contas faz? No geral, as seguintes: mediante o meu ordenado e o da família, eu tenho condições para pagar uma renda de casa de tantos mil escudos nos próximos trinta anos; ora se eu obtiver agora um empréstimo cujo pagamento eu possa fazer ao longo desses trinta anos e por aquela quantia, compro a casa e fico com um valor.

Estamos portanto perante o pedido de um crédito/empréstimo que se baseia na obtenção imediata de um capital contando com a capacidade de o pagar ao longo do tempo e correspondendo à satisfação de uma necessidade (o ter casa) que em qualquer caso iria consumir aquela verba que assim se destina a pagar o empréstimo.

Se as contas estiverem bem feitas, a pessoa que pediu o empréstimo não ficará aflita, assume um compromisso, mas tem a garantia de adquirir um valor.

Outra hipótese é alguém querer comprar uma casa não para habitar, mas para, por exemplo, montar uma oficina.

Nessa altura, que contas faz a pessoa? Pede eventualmente o empréstimo para comprar as instalações, mas naturalmente que introduz aquilo que regularmente vai ter de pagar desse empréstimo e respectivos juros nas despesas da oficina que têm de ser compensadas pelas suas receitas.

Se as contas estiverem bem feitas (ou, noutra linguagem, se o investimento tiver sido bem estudado) a situação é esta: o cidadão pode obter receitas fabricando, por exemplo, camisolas. Mas para isso necessita de máquinas — e instalações. Tem dinheiro para comprar as máquinas, mas não tem para as instalações. Pede um crédito e compra um armazém pelo qual tem de ficar a pagar tantos contos por mês. Começa a fabricar as camisolas, e tem de fixar para elas um preço: este terá então de incluir uma parte do pagamento da matéria-prima utilizada (a lã, as linhas, etc.), do trabalho de quem faz as camisolas, e respectivos encargos sociais, do desgaste das máquinas utilizadas, outras despesas necessárias (electricidade, etc., etc.) — e o pagamento do empréstimo para compra das instalações.

Se o empréstimo obtido pelo cidadão não se basear numa destas condições (contar com uma receita diferida no tempo ou criar receita através da utilização do próprio empréstimo), é evidente que o cidadão fica cada vez mais endividado. Se, por exemplo (e a política dos últimos anos tem criado, infelizmente, milhares e milhares de casos assim), o cidadão tiver de pedir dinheiro para comer e estiver desempregado, acaba a ter de pedir mais dinheiro para ir pagando o que deve e entra num círculo vicioso em que cada vez está mais endividado.

No caso de Portugal, interessa saber como é que se caracterizam as nossas relações económicas com o estrangeiro.

Em primeiro lugar, como já vimos, importamos mais do que exportamos; em segundo lugar, importamos coisas mais caras do que aquelas que exportamos.

Claro que este desequilíbrio comercial (este desequilíbrio da balança comercial) só pode ser compensado mediante ou as receitas obtidas directamente (as remessas de emigrantes e o turismo) ou os empréstimos contraídos internacionalmente junto dos grandes bancos.

A questão fundamental passa então a ser **que empréstimos é que pedimos e para pagar o quê.**

Porque a questão é esta: se fizermos um empréstimo para comprar uma máquina na Alemanha que nos permitirá passar a fabricar um produto que assim deixamos de ter de importar (e portanto diminui as nossas importações) ou que podemos passar a exportar (e portanto compensar algumas importações), esse empréstimo pode ser rentável e pagar-se a si próprio. Mas se pedimos um empréstimo para comprar chocolates à Suíça é evidente que, depois de os comermos, temos pura e simplesmente que os pagar e ir buscar o dinheiro... a outro empréstimo!

Donde, a questão essencial da situação económica portuguesa é — como repetidamente temos dito — a **questão do equilíbrio entre o que consumimos e o que importamos, a necessidade de fazermos um grande esforço para produzirmos aquilo de que necessitamos e reduzirmos aquilo que importamos a fim de não termos de andar sempre a pedir dinheiro emprestado que não se sabe como poderemos pagar.**

É à luz desta questão que a política de direita é inadmissível sob o ponto de vista nacional. Paralisar o sector nacionalizado é paralisar a produção de bens que são essenciais ao desenvolvimento de muitos outros sectores. Paralisando o sector nacionalizado, compromete-se o desenvolvimento

de todos os outros que assim são forçados a recorrer a importação daquilo de que necessitam (matérias-primas, equipamentos, etc). Não havendo dinheiro para importações resulta paralisado o desenvolvimento, não se desenvolve a criação de empregos, as pessoas não têm dinheiro, donde não compram. Não comprando, não há interesse em produzir, pelo que se entra no círculo vicioso da crise económica.

Note-se que este é exactamente um dos pontos essenciais por que o PCP se opôs à integração de Portugal na CEE. Não havendo quaisquer defesas alfandegárias para a importação de mercadorias estrangeiras, pode até acontecer que elas cheguem ao mercado português a preços mais baixos que as fabricadas em Portugal: aparentemente, isto seria bom para o consumidor mas, se passa a haver esta concorrência, a indústria portuguesa pára. Se pára, há desemprego e se há desemprego, onde é que as pessoas vão buscar dinheiro para comprarem as mercadorias estrangeiras, mesmo que mais baratas?

Ficaria assim Portugal reduzido a uma praia onde os estrangeiros vinham fazer turismo e deixar-nos as divisas para nós pagarmos aquilo que importamos da terra deles e limitados a produzir o que eles entendessem que era melhor ser fabricado cá. Como teríamos (já temos!) um grave problema de desemprego, transformar-nos-íamos assim num mercado de mão-de-obra barata que seria aproveitado pelos estrangeiros para fabricarem cá aquilo que na sua terra os trabalhadores já não querem fazer pelo preço que eles querem pagar ou nas condições de trabalho, de poluição etc., que eles pretendem impor.

Chegados a este ponto, interessa então ver se é verdade ou não o que dizem os propagandistas do Governo PSD/Cavaco Silva sobre a genialidade da governação que «melhorou todos os aspectos da situação económica portuguesa».

A primeira coisa que há a verificar é que, **durante o ano de 1986, o Governo Cavaco Silva beneficiou de uma conjugação de circunstâncias internacionais favoráveis para Portugal que não se verificava há mais de vinte anos e seguramente não se verificará tão depressa.**

Ao contrário do que aconteceu com outros países, uma série de factores da vida económica internacional actuaram conjugada e simultaneamente de forma positiva sobre a economia portuguesa.

Como se costuma dizer, Portugal ganhou em vários tabuleiros:

— **ganhou com a queda dos preços internacionais do petróleo, dos cereais, das oleaginosas e do algodão, tudo produtos que constituem uma parte determinante do nosso volume geral**



- de importações (34% do total em 1985);
- **ganhou com a queda da cotação do dólar** também face ao escudo que se reflectiu nos preços daquelas mercadorias. Ou seja: o petróleo, os cereais, as oleaginosas etc., que pagamos em dólares, não só baixaram o preço em dólares, como o próprio dólar passou a custar menos escudos;
- **ganhou porque a queda do dólar não se reflectiu apenas nas importações, mas também na dívida externa.** Sendo os empréstimos que contraímos ao estrangeiro contabilizados em grande parte em dólares, é evidente que continuámos a dever o mesmo em dólares, mas menos em escudos, o que beneficia a economia nacional;
- **ganhou porque internacionalmente baixaram as taxas de juros dos empréstimos internacionais,** o que nos levou a pagar menos de juros pelos empréstimos que devemos;
- **ganhou, finalmente, porque praticamente em todos os países de onde importamos mercadorias a inflação baixou,** o que levou a que, na origem, os preços não subissem mercê da inflação. Não subindo na origem, naturalmente que os preços dos produtos importados deixaram de obrigatoriamente terem de subir no mercado português, atenuando assim os aumentos de preços em Portugal e contribuindo para baixar a inflação nacional.

Como se disse, estes factores foram internacionais e completamente independentes da vontade ou da actuação do Governo Cavaco Silva. Mas o fundamental é que, sem que para tal tenha mexido uma palha, Cavaco Silva beneficiou da acção conjugada, simultânea e benéfica desta situação sobre a economia nacional — **o que é uma pura sorte uma vez que não estamos sequer face a uma evolução globalmente positiva da economia mundial,** favorável para toda a gente. Os efeitos desta situação divergem de país para país.

Por exemplo, os países árabes produtores de petróleo e grandes fornecedores de capitais para os empréstimos no mercado europeu perderam de todas as formas: com a baixa do preço do petróleo, com a quebra do dólar (o preço do petróleo é fixado em dólares) e com a quebra das taxas de juros (que rentabiliza os seus capitais obtidos com a venda do petróleo).

Países produtores de petróleo, mas com uma elevada dívida externa (como é, por exemplo, o caso do México), perdem com a descida dos preços do petróleo, perdem com a quebra do dólar no que ao mercado petrolífero diz respeito, mas ganham com a descida do dólar e das taxas de juro no que diz respeito à sua dívida externa.

Países industrializados como a RFA ou o Japão, ganham com a descida do petróleo, mas perdem com a descida do dólar que torna os produtos americanos mais competitivos no mercado internacional.

Posto isto, poderá dizer-se: sim senhor, está tudo muito bem e é tudo verdade — mas em que é que isso demonstra que o Governo Cavaco governou mal? Teve sorte — e depois? Ora a questão não é bem assim. Porque, sendo verdade que houve uma situação particularmente favorável, **interessa saber se ela foi bem ou mal aproveitada.** E a verdade é que a gestão de Cavaco Silva não só não aproveitou positivamente em nada as circunstâncias que teve como agravou para o futuro toda a situação.

Vejamos.

Em 1985 Portugal importou mercadorias no valor de 1302,7 milhões de contos; em 1986 o valor total subiu para 1412,6 milhões de contos.

Só este aspecto já não seria muito positivo em primeira análise: sabendo-se que temos um défice permanente entre o que importamos e o que exportamos, importar mais seria sempre de evitar.

Contudo, verifica-se que em 1985 exportámos 967,4 milhões de contos e em 1986 subimos para 1076,1 milhões de contos.

Em termos de saldo, portanto, a situação não seria grave, até teria melhorado: em 1985 tínhamos compensado com as nossas exportações 74,3% das importações, em 1986 essa cobertura subiu para 76,2%, o que representa uma ligeira melhoria.

Mas coloca-se agora uma questão fundamental: **se poupámos dinheiro nos preços do petróleo, dos cereais, das oleaginosas, o que é que aconteceu a essa poupança, se afinal acabámos a importar um valor até mais de 8% superior ao de 1985?!**

Consultando os números, verifica-se o seguinte:

— em 1985 importámos 343,7 milhões de contos de **combustíveis;** em 1986 importámos 215 milhões. **Ou seja, poupámos 128,7 milhões de contos!** E,

note-se, que, em termos de quantidade, se importou mais 21,6% em 86 do que em 85, o que permitiu aumentar stocks, etc. Veja-se portanto o que se beneficiou com a simultânea queda do petróleo e do dólar;

— em 1985 importámos 56,4 milhões de contos **ce-reais;** em 1986 descemos para 40,1 milhões, isto é, **uma poupança de 16,3 milhões de contos;**

— em 1985 importámos 47,7 milhões de contos de **oleaginosas;** em 1986 descemos para 33 milhões, **uma poupança de 14,7 milhões de contos.**

Tudo isto sem que se tenha importado menos em quantidade (à excepção dos cereais, onde se beneficiou também de um bom ano agrícola em Portugal que permitiu diminuir ligeiramente as importações).

No total, nestas três fundamentais rubricas das importações, só por efeito das condições externas, Portugal poupou quase 160 milhões de contos (159,7, para sermos exactos).

Ora se o total das importações, longe de diminuir, aumentou 109,9 milhões de contos, **isto significa que não foram só estes 109,9 milhões que importámos a mais: foram eles mais os 159,7 que tínhamos de economia!**

Em resumo: longe de aproveitar a conjuntura favorável para equilibrar a situação, o Governo Cavaco Silva permitiu que num ano Portugal aumentasse as suas importações em **270 milhões de contos,** correspondendo efectivamente a um aumento de **20% nas importações.**

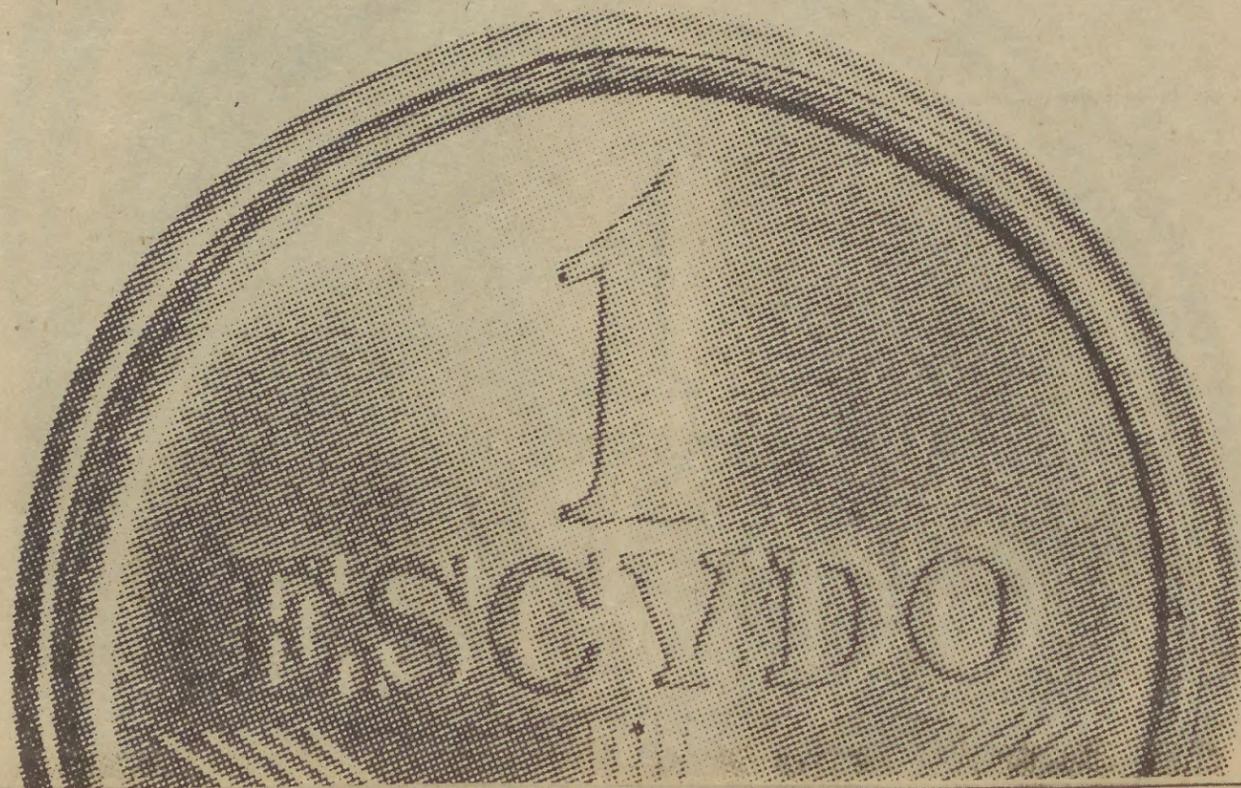
Poder-se-á agora dizer: mas isso ainda não prova nada: o Governo Cavaco Silva pode ter aproveitado essa situação favorável para fazer ou estimular importações de mercadorias que noutras circunstâncias não poderíamos importar, mas que nos fazem falta para o desenvolvimento.

Este é aliás um dos argumentos constantemente brandidos pelos propagandistas do Governo. Para eles, este desbaratar das economias possíveis pelas quedas dos preços e do dólar teria permitido a importação de numerosos bens de equipamento (ou seja, maquinaria, ferramentas, etc.) cuja utilização contribuiria determinantemente para o desenvolvimento nacional, o aumento da produção, do emprego, etc.

A única questão é que isto é inteiramente falso.

O que sucede é que o aumento de importações, de 1985 para 86, de bens de equipamento foi apenas de 26,6% enquanto que o de bens de consumo foi de 33,4% e o de bens intermédios de 17,4%.

Significa isto que não foi em instrumentos de trabalho e outros bens de equipamento



que aquele dinheiro foi gasto, mas sim na importação de produtos de consumo, muitos eventualmente para concorrer com produtos nacionais, outros seguramente de todo dispensáveis.

Os números são implacáveis.

O leitor acha que estão esgotadas em Portugal as possibilidades de produzir couves, alfaces, cenouras, que cheguem para o nosso consumo? Pois fique sabendo que, sob o Governo Cavaco Silva, **importámos 14,5 milhões de contos de produtos hortícolas, mais 6,3 milhões** que em 1985.

O leitor acha que é fundamental gastarmos divisas a importar whisky, gin, champagne francês, etc? Pois fique sabendo que, sob o Governo Cavaco Silva, **importámos 3 milhões e 700 mil contos de bebidas alcoólicas**, mais quase 2 milhões e meio de contos que em 1985, ou seja, **um aumento de 306%**!

O leitor imaginava que Portugal importasse cortiça e trabalhos em cortiça? Pois fique sabendo que não só importa como, sob o Governo Cavaco Silva, importou mais de 2 milhões de contos, **um aumento de 774 mil contos relativamente a 85!**

O leitor já ouviu falar na crise dos tapetes de Arraiolos, da indústria têxtil do Norte, etc., etc? Pois fique sabendo que, sob o Governo Cavaco Silva **importámos quase 4 milhões de contos de tapeçarias, tapetes e veludos — o dobro de 1985!**

Passava pela cabeça do leitor que tenhamos pago ao estrangeiro **mais de 4 milhões de contos** para calçado, chapéus e artefactos semelhantes e que, ainda por cima, isto seja igualmente **o dobro** do que gastámos em 1985?

E que dirá o leitor quando souber que em 1985 gastámos 600 mil contos a **importar mobiliário** e que, sob Governo Cavaco Silva, gastámos **2 milhões e meio de contos?**

E, para acabar, que pensa o leitor do facto de em 1985 se terem mandado para encher os cofres de galerias em Paris ou Londres 119 mil contos de pagamento de «objectos de arte e de colecção» e que, sob o Governo Cavaco Silva, tenham saído de Portugal **dois milhões e cento e vinte e seis mil contos** com idêntico destino?

O que, em resumo, sucedeu foi que, em termos de importações-exportações (de balança comercial) o Governo Cavaco Silva comportou-se como um novo rico que, deslumbrado pela entrada súbita de dinheiros, os esbanjasse em whiskies e bibelots em vez de pagar dívidas ou investir em instrumentos de trabalho.

Mas a questão não é apenas de um desperdiçar de oportunidades — o que já seria criminoso. O problema é que se agravou muitíssimo a situação, acentuando distorções extremamente gravosas. Logo que as circunstâncias favoráveis se começarem a modificar (e já começaram) verificaremos que estas distorções nas importações terão consequências extremamente graves sobre a economia portuguesa.

Quando os preços do petróleo, das cereais e das oleaginosas voltarem a subir, quando o dólar recuperar face ao escudo, das duas uma: ou se mantém a estrutura de importações criada durante o Governo Cavaco Silva e o défice da balança comercial sobe em flecha

ou é necessário fazer cortes drásticos nas importações, contra hábitos sociais entretanto criados e, o que é mais grave, depois de ter liquidado ou não incentivado alternativas nacionais de produção dos produtos cuja importação agora foi consentida e estimulada.

Nefe-se que estas distorções introduzidas pela política de Cavaco Silva durante 1986 têm já consequências negativas de amplitude dificilmente previsível, nomeadamente na dependência entretanto criada face a mercados externos e à política das multinacionais.

Apontem-se apenas dois aspectos mais salientes: de 1985 para 1986 a **Espanha passou de 5.º lugar na nossa lista de fornecedores para 2.º!** A tabela é a seguinte:

	1986	1985
RFA	1.º	1.º
Espanha	2.º	5.º
França	3.º	3.º
Itália	4.º	6.º
Reino Unido	5.º	4.º
EUA	6.º	2.º
Japão	7.º	7.º

Salta imediatamente à vista a quase inversão de posições entre os EUA e a Espanha. Sendo verdade que a liberalização das taxas alfandegárias determinada pela desastrosa entrada na CEE determinou a invasão de Portugal por artigos de consumo provenientes de Espanha, é óbvio que o país vizinho não é um mercado com capacidade para, num ano, desalojar uma potência industrial como os EUA da sua posição de segundo fornecedor do mercado português.

Note-se, por exemplo, que a Espanha passou a ser o principal fornecedor de Portugal no que se refere a veículos automóveis!

A explicação reside essencialmente no facto de, como se sabe, a Espanha ter de há muito no seu território instaladas unidades produtivas ligadas às mais poderosas multinacionais, nomeadamente americanas. Assim que abatidas as barreiras alfandegárias, evidentemente que se torna muito mais lucrativo para uma General Motors ou outra grande empresa americana fazer transportar para Portugal os seus produtos fabricados nas suas filiais espanholas, do que nas de qualquer outro local — **sem que isso corresponda a qualquer vantagem para Portugal.** Bem pelo contrário, verifica-se um efectivo condicionamento do mercado português pela política definida pelas grandes multinacionais.

Um segundo aspecto igualmente significativo é a comparação de duas rubricas das importações: as dos bens de

equipamento (que aumentaram em 86 em 26,6%) e das partes e peças separadas (que aumentaram 79,8%). Verifica-se aqui que foi significativa a parte do investimento nacional que visou simplesmente a substituição de equipamentos e não efectivos investimentos criadores nomeadamente de novos postos de trabalho.

Esta situação internacional favorável é ainda responsável por outra «vitória» que o Governo derrotado de Cavaco Silva se auto-atribui que é a da contenção da inflação (11,7%) a níveis inferiores aos de 1985.

Trata-se de questão que igualmente merece consideração — para facilmente se concluir que nos encontramos face a nova mistificação.

Já se disse que o facto de produtos determinantes das nossas importações terem baixado de preço na origem (e estes ainda terem descido mais mercê da descida do dólar) automaticamente se repercutiria em Portugal: é evidente que se o preço do petróleo não só não subiu, como baixou na origem, não há qualquer razão para que suba em Portugal o preço dos combustíveis, arrastando consigo o aumento de todos os outros preços — portanto o agravamento da inflação.

Mas, como se disse também, não só se verificou isto como, em geral, a taxa de inflação nos países fornecedores de Portugal baixou, repercutindo-se por isso positivamente no nosso país.

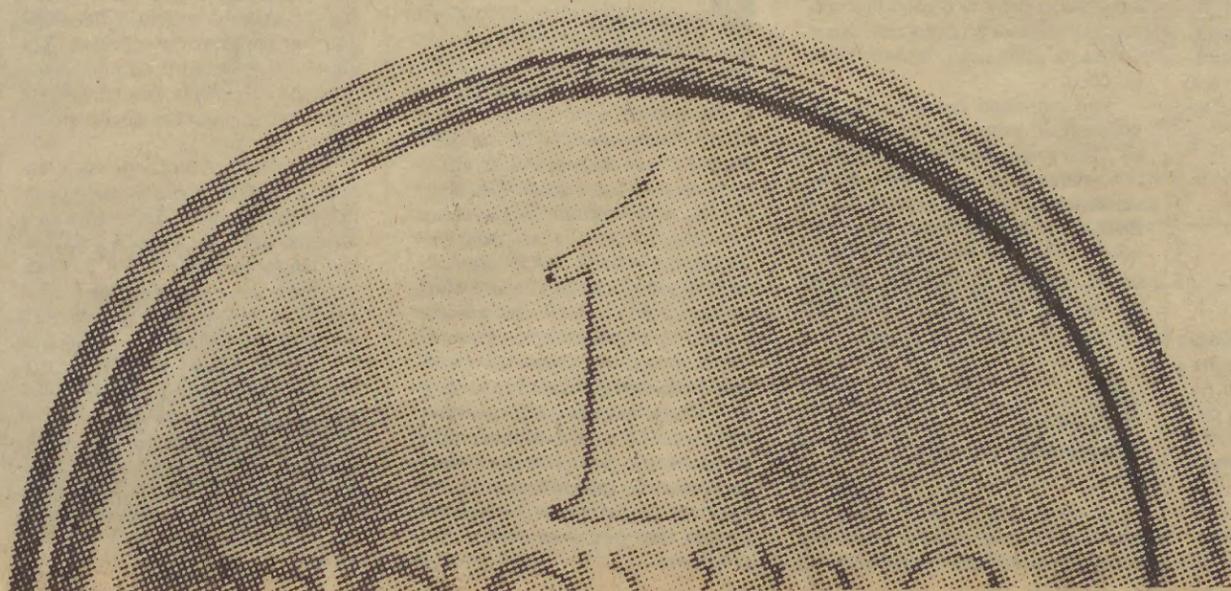
O Governo tem pretendido argumentar que, **tendo-se recusado a fazer reflectir nos preços internos as baixas verificadas nos preços de importação elas apenas conduziram a um aumento das receitas do Estado não sendo portanto devido a isso a contenção da inflação interna.**

A afirmação contém uma dose de verdade e outra de mentira — igualmente desfavoráveis ao Governo!

Efectivamente, o Governo Cavaco Silva recusou-se (inclusivamente em conflito aberto com a Assembleia da República) a beneficiar os consumidores mediante baixas de preços em produtos como os combustíveis embarcados nos mercados internacionais preferindo fazer incidir essa diminuição do preço de custo numa margem maior das taxas que revertem para o Estado no preço nomeadamente dos combustíveis. Mas mesmo não descendo os preços (como podia perfeitamente ter feito, com vantagens para a competitividade dos nossos produtos, interna e externamente), **ao manterem-se os preços dos combustíveis e de outros produtos derivados dos cereais e das oleaginosas (manutenção tornada possível pela sua descida no mercado internacional e não por qualquer medida governamental) contiveram-se por arrastamento os preços de outros produtos para cuja fixação eles directamente contribuem.**

Acrescente-se que, mesmo no restante dos produtos importados não atingidos por descidas de preços, estes beneficiaram pelo menos das baixas taxas de inflação nos países de origem.

(Continua)



IV Legislatura

Acção positiva e útil para o País

«**U**ma das mais positivas e produtivas em termos de actividade parlamentar», eis como o Grupo Parlamentar do PCP classifica a acção da IV Legislatura da Assembleia da República, cujos trabalhos foram interrompidos em finais de Abril último na sequência da comunicação do Presidente da República anunciando a sua dissolução e a convocação de eleições antecipadas. Para esta notável actividade da Assembleia da República contribuiu decisivamente, na opinião dos comunistas, a sua nova composição política, a qual permitiu que este órgão de soberania exercesse quer quantitativa quer qualitativamente, com eficácia, «as suas competências e poderes e produziu um trabalho de inquestionável utilidade para o País».

A nova composição saída das eleições de 6 de Outubro de 1985, dando uma expressiva maioria de deputados aos partidos da oposição democrática (140 deputados distribuídos pelo PCP, PS, PRD, MDP/CDE e Verdes), veio introduzir no hemiciclo com efeito uma dinâmica libertadora graças à qual se ultrapassou a situação de governamentalização vivida em anteriores legislaturas, permitindo simultaneamente que a Assembleia viesse a «exercer plenamente as suas competências de fiscalização da actividade governativa e de produção legislativa».

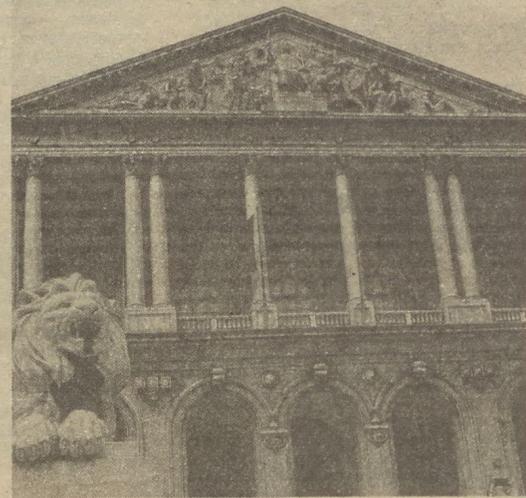
Convergência democrática

Outro dos aspectos mais marcantes desta legislatura — ainda do ponto de vista da bancada comunista dado a conhecer durante uma recente conferência de imprensa destinada a divulgar um balanço das suas actividades — foi a convergência dos partidos democráticos sem a qual não teria sido possível rejeitar várias iniciativas inconstitucionais do Governo e dos partidos de direita ou aprovar iniciativas e propostas de alcance e «incidência positiva» nas condições de vida do nosso povo, na defesa do regime democrático e para a solução de problemas nacionais.

Pese embora o facto desta convergência nem sempre se ter verificado — recorde-se que a manutenção do governo minoritário do PSD e a aprovação de algumas medidas negativas só foi possível devido às posições hesitantes assumidas designadamente pelo PS e pelo PRD — tal circunstância não diminui, no entanto, como salientou o camarada Carlos Brito, o alcance político das «grandes derrotas que os partidos da oposição democrática infligiram ao Governo de Cavaco Silva», a maior das quais foi, como é sabido, a aprovação da moção de censura, acto que acontece pela primeira vez na história da Assembleia da República depois do 25 de Abril.

Trabalho sem paralelo

Mas é no intenso trabalho produzido no decorrer da última Legislatura (alguns aspectos sem paralelo no conjunto das legislaturas) que se podem confirmar impressões anteriores que apontam para uma «acção marcadamente positiva» e de relevante interesse e utilidade para o País que desmente a propaganda governamental insidiosamente propalada ao



tes sobre matérias de grande interesse nacional como é o caso das consequências para o nosso país decorrentes da aprovação do Acto Único Europeu.

Importa ainda destacar as seis sessões de perguntas ao Governo, os 4763 requerimentos apresentados, merecendo ainda uma referência especial, como sublinhou Carlos Brito, o trabalho realizado pelas Comissões Parlamentares cuja actividade na presente Legislatura assumiu crescente importância, tendo-se realizado 1559 reuniões.

Quem obstruiu quem

A afirmação insistentemente repetida por Cavaco Silva de que a sua acção teria sofrido a obstrução da

Assembleia da República foi por sua vez também desmontada por Carlos Brito que, para o efeito, recordou o constante afrontamento do Primeiro-Ministro com a instituição parlamentar, visível por exemplo na recusa sistemática em cumprir e aplicar legislação marcadamente positiva aprovada pela Assembleia da República.

São disso exemplo a Lei contra os salários em atraso, a Lei de Bases do Sistema Educativo e a Lei das Alienações do sector Público, facto que levaria o líder parlamentar comunista a interrogar-se perante os jornalistas presentes sobre «quem obstruiu quem?».

A baixa do preço do leite, a baixa do preço dos combustíveis, o aumento das pensões mínimas, o reforço das verbas para o ensino especial (CERCIs), as dotações orçamentais para empresas públicas, a indemnização às vítimas do Tarrafal, a proibição de publicidade governamental na comunicação social, o dever de prestação de informações à Assembleia da República, constituem, por outro lado, outras tantas medidas positivas consagradas pela Assembleia da República na Lei do Orçamento do Estado que o Governo se recusou a cumprir.

Quatro interpelações ao Governo em áreas fundamentais da actividade governativa foram ainda realizadas bem como importantes deba-

Enumerando algumas dessas diligências do Governo PSD tendentes a subverter e violar a ordem constitucional, o Grupo Parlamentar do PCP recorda o que se passou nomeadamente na área da agricultura e da economia, no sector da educação, no campo da saúde, na comunicação social e no domínio laboral.

Relativamente a este último aspecto registou-se a derrota integral do Governo no chamado «pacote laboral», tendo a maioria democrática rejeitado por outro lado a autorização legislativa que compreendia a Lei dos Despedimentos, o regime dos contratos a prazo e o regime de trabalho temporário.

No que diz respeito à agricultura foram rejeitadas as medidas do Governo contra a Reforma Agrária tendo ainda sido impedidas várias iniciativas prejudiciais que incidiam em matérias de grande importância para os agricultores como sejam o emparcelamento dos prédios rústicos, os baldios e o arrendamento rural.

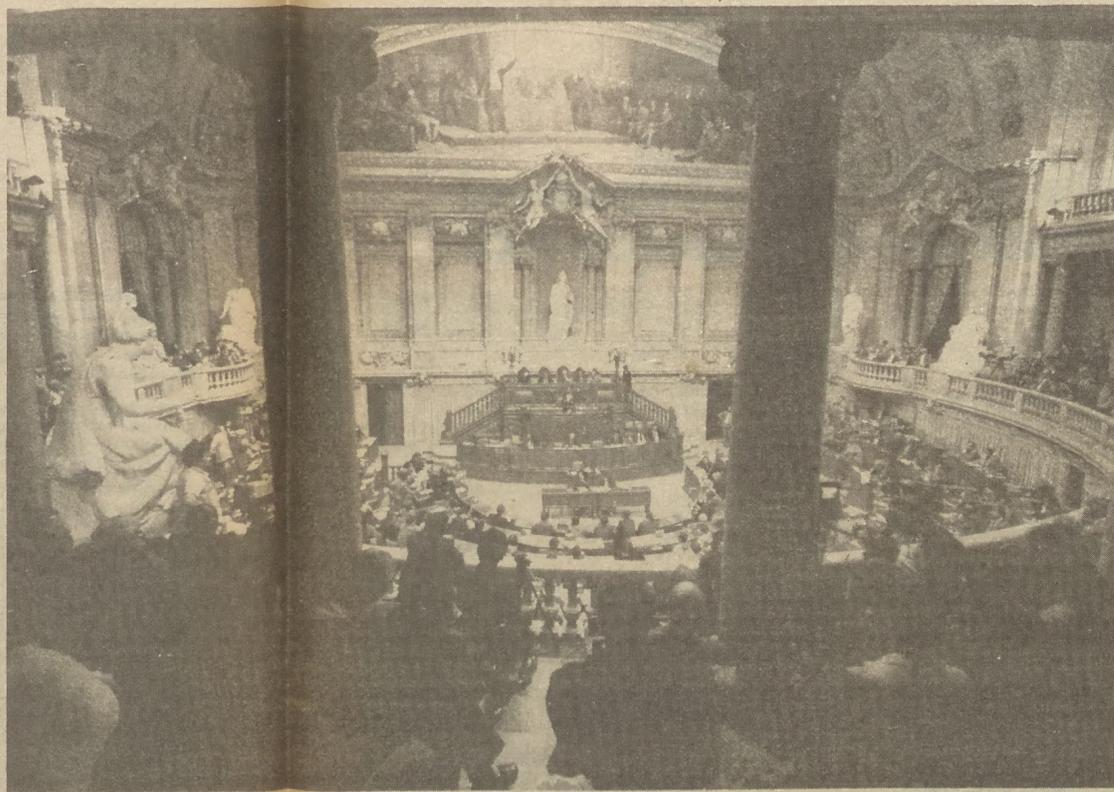
O Governo viu rejeitada a sua proposta de Grandes Opções do Plano para 1987, sofrendo ainda na área económica várias derrotas designadamente nas suas iniciativas que visavam a destruição de empresas públicas e sua entrega ao capital privado (CNP, EPPI, EP's de Comunicação Social).

De referir também as medidas governamentais de carácter negativo revogadas no sector da educação (novo regime de manuais escolares, compadrio e corrupção na criação de universidades privadas, despacho que determinava a perda de ano por não aproveitamento na disciplina de Português, etc.) enquanto que no campo de saúde eram também revogadas as taxas moderadoras e os decretos de lei das carreiras médicas e da gestão hospitalar.

Governo mantém atropelos

Seguindo o documento distribuído aos jornalistas na conferência de imprensa realizada faz hoje uma semana, uma palavra final para a aprovação do Estatuto de Alta Autoridade Contra a Corrupção e a sua consequente desgovernamentalização, para a suspensão da aplicação do novo Código do Processo Penal, para a rejeição do Regulamento Disciplinar da PSP, para a revogação do Estatuto dos Trabalhadores Consulares e para a fiscalização parlamentar da actividade governativa no quadro da integração europeia, iniciativas que constituem significativas derrotas governamentais.

Já no período de perguntas e respostas, instado a pronunciar-se sobre a forma como o Governo tem exercido a sua acção após a dissolução da Assembleia, Carlos Brito esclareceu que na opinião do PCP o Executivo tem violado o seu estatuto de Governo de gestão, levando a cabo variadíssimos «abusos e atropelos», pelo que, sublinhou, os deputados comunistas têm intercedido na Comissão Permanente da Assembleia da República no sentido de denunciar estas situações de modo a que este órgão de soberania actue e exerça a sua competência fiscalizadora. ■



Comunistas na AR

— um contributo imprescindível

Um contributo imprescindível em tudo o que de positivo foi feito pela Assembleia da República neste cerca de ano e meio de funcionamento, designadamente para a obtenção de resultados de alcance positivo para a resolução dos problemas do País, constitui sem dúvida, o aspecto mais significativo que ressalta da intensa actividade desenvolvida pelo Grupo Parlamentar do PCP no decorrer da IV Legislatura.

Testemunho dessa actividade é, por exemplo, o número de projectos de lei apresentado pelo PCP no âmbito da competência legislativa da Assembleia da República — 105 projectos de lei — abrangendo praticamente a totalidade das gran-

des áreas e sectores de actividade, desde o trabalho, agricultura e economia até ao poder local, educação ou saúde, passando pela juventude, habitação e ambiente, cultura e defesa do património.

Dos 105 projectos de lei apresentados — importa recordar que o PCP foi o partido que apresentou o maior número — 21 mereceram a aprovação na generalidade do Plenário, tendo 18 dado origem a novas leis da República de que se destacam a lei contra os salários em atraso, o subsídio de desemprego ao jovens candidatos ao primeiro emprego e a lei que contempla medidas de emergência para o ensino e aprendizagem do

português e que revoga o contestado despacho governamental que fazia depender a passagem de ano dos alunos do preparatório e secundário da obtenção de nível positivo na disciplina de português.

No âmbito das medidas de Política Orçamental propostas pelo PCP ou por iniciativas conjuntas com outros partidos de oposição democrática, segundo informou Carlos Brito, foram introduzidos nos Orçamentos de Estado para 1986 e 1987 «posiitvas e significativas alterações em benefício do povo e do País», de que destacamos a diminuição da carga fiscal em matéria de impostos profissional e complementar; a baixa do preço do leite; a baixa

do preço dos combustíveis e gás da cidade; o aumento das pensões mínimas; o reforço das dotações orçamentais para as empresas públicas, autarquias, salários em atraso, subsídio de desemprego, acção social escolar, CERCIs, rede hospitalar e Universidades, e ainda a revogação das taxas moderadoras.

Inseridas na actividade de fiscalização, devem-se ainda à iniciativa exclusiva do PCP ou em conjunto com outros Grupos Parlamentares de 103 ratificações (96 da exclusiva responsabilidade da bancada comunista), das quais foram apreciadas 19 de que resultaram 13 em leis de alteração e 5 em revogação dos Decretos Leis.

Para ter uma ideia mais rigorosa da dimensão da actividade desenvolvida pelos deputados comunistas registou-se ainda que o PCP propôs a constituição de três comissões parlamentares de inquérito (ilegalidades do MAP, adjudicação de centrais digitais e participação portuguesa no escândalo Irangate), apresentou uma moção de rejeição do programa do Governo, realizou duas interpelações sobre situação económica e social e política laboral, formulou 1407 requerimentos (dos quais apenas 511 obtiveram resposta governamental) e solicitou a apreciação e declaração de inconstitucionalidade de 10 diplomas.

De acordo com as informações prestadas aos jornalistas no decorrer da conferência de imprensa, os deputados comunistas produziram 116 intervenções no Período Antes da Ordem do Dia, participaram em centenas de visitas, colóquios, debates e sessões de esclarecimento, concederam centenas de entrevistas e mantiveram uma intensa correspondência com os cidadãos, quer a título individual quer colectivamente. ■



O líder parlamentar comunista Carlos Brito falando aos jornalistas, ladeado da esquerda para a direita, na foto, por Octávio Teixeira, José Magalhães, Jorge Lemos, Jerónimo de Sousa, Alvaro Brasileiro, António Mota, João Amaral e Maia de Almeida

105 projectos de lei

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou no decorrer dos trabalhos que preencheram as duas sessões da IV Legislatura 105 projectos de lei abrangendo diferentes áreas e sectores de actividade, número só por si revelador da intensa actividade da bancada comunista e do seu contributo para a resolução dos problemas do País.

Ao cuidado do leitor, deixamos um breve resumo de algumas das iniciativas mais significativas:

• **Trabalho** — Salários em atraso; — Defesa da estabilidade do emprego e revogação da legislação em vigor sobre contratos a prazo; — Combate à exploração do trabalho infantil;

• **Agricultura** — Extracção e comercialização da cortiça; — Condiçãoamento da plantação de eucalipto; — Rede nacional de abate;

• **Economia** — Defesa das empresas públicas e nacionalizadas; — Baixa do preço dos combustíveis; — revisão da Lei do Enquadramento do Orçamento do Estado;

• **Poder Local** — Lei Quadro das regiões Administrativas; — Finanças Locais; — Tutela Administrativa sobre as autarquias locais;

• **Direitos, Liberdades e Garantias** — Acesso ao direito; Protecção Legal às vítimas de crimes; — Garantia aos cidadãos do acesso aos documentos da Administração;

• **Educação** — Lei de Bases do Sistema Educativo; — Reforço dos subsídios de Acção Social Escolar e do número de beneficiados; — Medidas de emergência sobre o ensino-aprendizagem do Português;

• **Saúde e Segurança Social** — Baixa do preço dos medicamentos;

— Aumento das pensões e reformas; — Garantia do direito de participação dos trabalhadores no sistema de segurança social;

• **Defesa dos direitos das mulheres** — Protecção jurídica às pessoas em união de facto; — Subsídio especial às mães e pais só com filhos a cargo; — Alimentos devidos a menores;

• **Juventude** — Subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao 1.º emprego; — Associações de estudantes; — Proibição da discriminação salarial dos jovens; — Formação de Jovens Advogados;

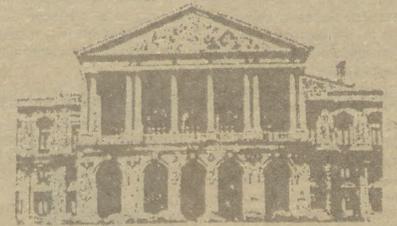
• **Habitação e Ambiente** — Revogação da Lei das rendas; — Recuperação das zonas de interesse patrimonial histórico; — Associações de Defesa do Ambiente;

• **Pescas** — Reforma dos pescadores; — Regime jurídico de contrato de trabalho a bordo das embarcações; — Criação da Escola de Pescas do Norte;

• **Comunicação Social** — Independência do sector público de comunicação social; — Lei da Radiodifusão; — Direito de réplica política dos partidos de oposição;

• **Cultura e Defesa do Património** — Uso obrigatório da língua portuguesa em documentos oficiais; — Museu do Trabalho do Porto e Museu Mineiro de S. Pedro da Cova;

• **Política externa e integração europeia** — Medidas contra as acções anti-africanas e contra os países de expressão portuguesa; — Intervenção da Assembleia da República na fiscalização da actividade do Governo junto da CEE. ■



Projectos de Lei do PCP

Apresentados	Aprovados na generalidade	Resultaram em leis	Rejeitados
105	21	18	6

Ratificações de iniciativa do PCP e em conjunto com outros Grupos Parlamentares

Apresentadas	Apreciadas	Resultaram em leis de alteração	Resultaram em revogação dos DL's
PCP 96	Conjuntas 7	19	13
			5

■ José Paulo Oliveira

RIO MAIOR

Batalha eleitoral não é incompatível com as obras do novo Centro do PCP

As eleições de 19 de Julho, a campanha da CDU e a acção dos comunistas no concelho serão temas em foco na reunião de militantes agendada para 5 de Junho próximo, às 21 horas, no Centro de Trabalho do PCP em Rio Maior, distrito de Santarém. À primeira vista, seria «apenas» mais uma das muitas iniciativas que os comunistas promovem em todo o País. Mas esta tem algumas diferenças. E a primeira é que o local da reunião ainda está em obras: é o novo Centro do PCP na cidade, propriedade do Partido, casa modesta mas com um especial alcance e significado para a dinamização da actividade política e da vida democrática numa terra que as forças reaccionárias quiseram usar como símbolo anticomunista e antidemocrático. No último fim-de-semana a nossa reportagem teve oportunidade de visitar o novo CT e de conviver com três dos camaradas da organização empenhados nas jornadas de trabalho voluntário: **Jorge Garcia**, do executivo da Direcção Regional (DORSA), **João Narciso** e **João Aurélio**, ambos da Comissão Concelhia do Partido.

sias mais isoladas. Os preconceitos, a influência reaccionária dos caciques, a propaganda da direita, a própria caracterização social das localidades dificultam este trabalho político, que, mesmo assim, vai recolhendo alguns aspectos positivos.

O Jorge Garcia, o João Narciso e o Aurélio salientam a acção positiva desenvolvida pelo Partido junto da juventude. Enfrentando por vezes graves pressões, nomeadamente familiares, muitos jovens estão com o Partido, mostram vontade de participar e de dinamizar as iniciativas. «As últimas Festas do "Avante!", por exemplo, tiveram aqui em Rio Maior grandes repercussões entre a juventude», lembram os nossos camaradas.



Uma casa aberta à população



Jorge Garcia



João Narciso



João Aurélio

Por essa rua acima

Geralmente o sábado é um dia calmo nas ruas de Rio Maior. Arranja-se mesa para tomar uma bica nos cafés da cidade. Só na zona do mercado, um tanto acanhado, se agita uma pequena multidão nas compras. Há quem não saiba onde fica o Centro de Trabalho do PCP. A bandeira rubra ainda não está hasteada. Mas, como em todos os meios pequenos, as notícias correm depressa e não foi difícil encontrar quem nos apontasse o caminho: «Siga por aí. Vá por essa rua acima. Lá ao fundo há uma casa em obras. Pergunte aí».

No ambiente que nos rodeia, nos rostos das pessoas que encontramos, nas palavras e nos diálogos que estabelecemos ficámos com uma sensação nítida de amabilidade e hospitalidade. A violência fascista, as provocações, as intimidações cometidas em 75 contra os comunistas e os outros democratas não foi obra do povo de Rio Maior.

«Águas passadas não movem moinhos», diz o provérbio e por isso os comunistas de Rio Maior não insistem muito nessa recordação. Obviamente que não se esquecem os sacrifícios e os maus momentos passados. Mas o futuro está aí. Não foram os arruaceiros de 75 que o conseguiram impedir. Dez anos depois, o PCP tinha um Centro de Trabalho. E hoje até há quem diga em Rio Maior com alguma ironia: «Depois de tanto barulho, o CDS arrumou as botas (não tem sede nem credibilidade no concelho), e os comunistas é que se aguentaram!»

Mesmo assim as manobras anti-

comunistas ainda sobreviveram até há dois, três anos a esta parte. Prova disso foram as ameaças telefónicas e os apedrejamentos, forma raiosa de mostrar que os reaccionários estavam incomodados com o aluguer de uma casa ao Partido em 1984.

Optimismo

Hoje as coisas são diferentes. fruto da sua persistência e coragem, os comunistas prosseguem o trabalho político no concelho, procurando reforçar a sua ligação às massas. Não é fácil levar a mensagem do Partido, nomeadamente nas fregue-

Optimismo é a palavra de ordem entre os comunistas. Optimismo com a CDU, com a batalha eleitoral, com «as boas perspectivas que temos para 19 de Julho». A ideia é que «é possível, como nas últimas legislativas, reforçar a votação na democracia».

Solidariedade a caminho de Rio Maior

Abrangendo uma área total de cerca de 90 metros quadrados, o novo CT, localizado perto do largo do Rossio, terá um gabinete de tra-

balho, uma sala de convívio, uma dispensa e um sótão para arrumações, além de instalações sanitárias. A organização já iniciou os contactos necessários para equipar devidamente as novas instalações.

O imóvel foi adquirido no Verão de 1985 por 350 mil escudos. Desde logo se pensou em obras de grande envergadura, cuja primeira fase decorreu nos meses de Março e Abril do ano passado. A solidariedade de um amigo do PCP esteve na origem do orçamento «muito especial» com que se avançou para a completa renovação do telhado, da

placa e também para o arranjo exterior da casa.

E já que se fala de solidariedade são de destacar as ofertas vindas de outros concelhos do distrito de Santarém para este novo CT, como as de **Coruche** e mesmo da região de **Leiria**, onde ainda este mês haverá na **Marinha Grande** um «porta-a-porta» para recolha de donativos e ajudas para o Centro de Rio Maior.

Jornadas de trabalho

A segunda fase das obras já começou e compreende as jornadas de trabalho que se vão prolongar no próximo fim-de-semana e depois em Junho. As canalizações, a instalação eléctrica e o reboco das paredes são trabalhos em curso nesta fase. Lá para o fim do ano (Novembro) será a inauguração, com um programa festivo onde não faltarão um espectáculo musical e um almoço-convívio com a presença não só de camaradas e amigos do concelho de Rio Maior como de delegações do Partido no distrito e mesmo de outras regiões do país. Estão a ser preparadas — como nos disseram — algumas surpresas para o dia da inauguração.

Recordamos entretanto que há uma conta bancária aberta para as obras do CT, com o número 6346430, Caixa Geral de Depósitos, de Rio Maior, em nome da Comissão Concelhia do Partido. As contribuições de camaradas e amigos pode ser para aí encaminhada directamente. ■



Brevemente mais um acolhedor Centro de Trabalho do PCP no distrito de Santarém

ALMADA

Laranjeiro

5, 6 e 7 de Junho

Mil e uma razões para ir à Festa da Amizade

Hoje, em apenas 4 horas de trabalho, a panorâmica deste vasto terreno transformou-se por completo. Um tom de viva satisfação sobressai nas palavras dos organizadores da Festa da Amizade, em Almada. E têm razões para isso: na manhã do último domingo estiveram a trabalhar no recinto 73 camaradas, que, aproveitando a temperatura amena, por vezes fresca, que se fazia sentir, deram um grande avanço aos trabalhos de implantação daquele que é justamente considerado o maior convívio político-cultural do concelho de Almada.

A festa deste ano, marcada para o fim-de-semana de 5, 6 e 7 de Junho próximo, insere-se na batalha eleitoral e no esforço de mobilização e esclarecimento da CDU, salientando-se desde já no seu vasto programa um comício com a participação do secretário-geral do PCP, camarada **Álvaro Cunhal**. Está também previsto um painel gigante de 28 metros alusivo ao acto eleitoral de 19 de Julho.

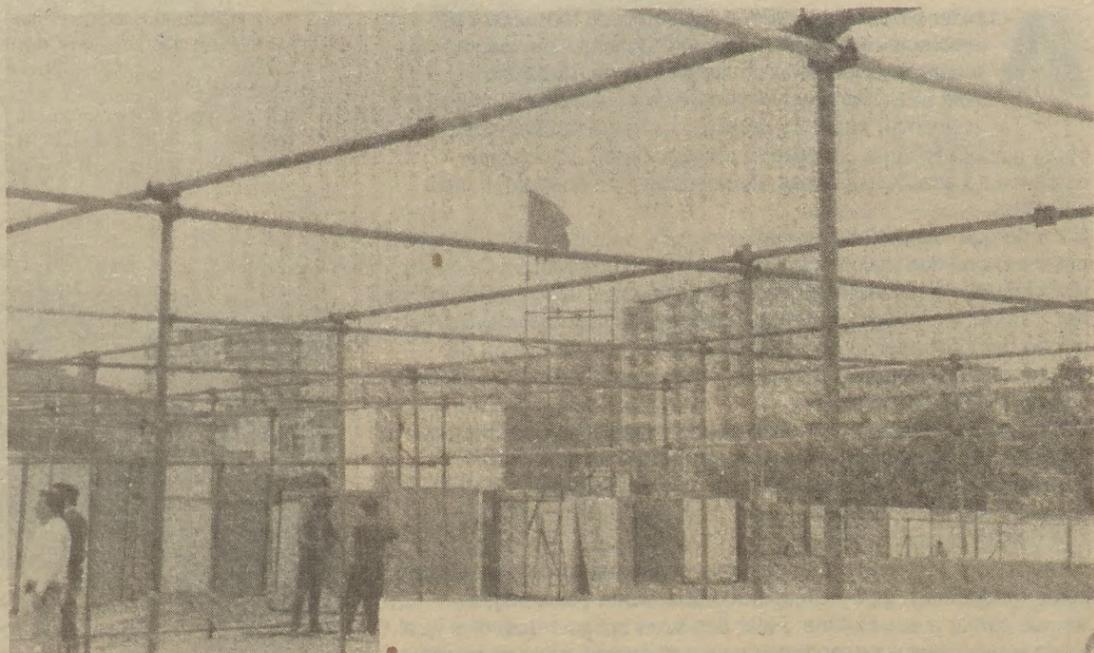
ção infantil, as iniciativas próprias da juventude, etc.

Juventude que, a par do Poder Local democrático e das realizações das autarquias locais, da luta pela Paz e da organização do Partido, será tema em foco na exposição central da Festa da Amizade/87. Como nos revelaram os camaradas com responsabilidades no terreno, o visitante também terá oportunidade de apreciar outras exposições, como as de **arqueologia** e de **artesanato**. «Nos pavilhões das organizações teremos artesãos a trabalhar ao vivo, nomeadamente em vergas, rendas, piro-gravura, redes e miniaturas de barcos.»

Do palco principal ao café-concerto

Num palco principal alargado, com 40 000 watts de luz e 12 000 de som, actuarão no Laranjeiro entre 5 e 7 de Junho conhecidos artistas da música portuguesa. Que não ficará por esse espaço, pois o café-concerto, a adegas Fado de Abril, o Monte Alentejano e a Juventude/Pioneiros também terão os seus palcos próprios.

E já que se fala de juventude — presença bem saliente nas jornadas de trabalho voluntário para erguer a Festa — aqui fica um destaque para o **Palco Jovem**, aberto, como nos referiu um camarada da JCP, a quem



O recinto no último fim-de-semana

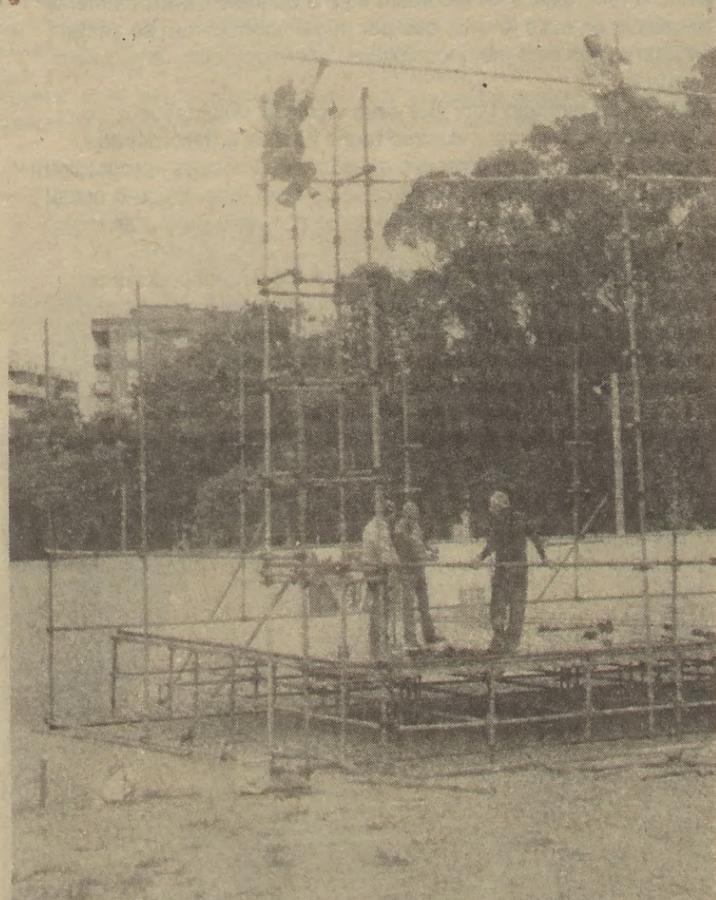
quiser tocar e cantar (não é assim que muitas vezes se descobrem os valores e os talentos?) Uma exposição sobre a temática da paz, vários divertimentos e um bar com novidades também farão parte da zona da juventude.

Espalhados um pouco por todo o recinto, não faltarão os balcões dos «comes-e-bebes». Para os mais «exigentes» aconselhamos os petiscos da cervejaria (com vinho verde da origem) e dos restaurantes do Monte Alentejano e da Adega do Fado de Abril, isto sem esquecer o café-concerto.

Atenção ao PA Jovem

No total a Festa da Amizade terá mais de 60 «stands» das organizações do partido no concelho. Aí o visitante poderá encontrar de tudo um pouco: desde um abraço a uma qualquer lembrança para levar para casa. Os comunistas de Setúbal e de Beja já confirmaram a sua participação, enquanto se aguardam respostas definitivas de outras organizações, especialmente do Norte.

Os ingressos permanentes para os três dias da Festa — a conhecida Porta Aberta PA), custa apenas 300 **amizades**. Para os jovens dos 13 aos 20 anos, ainda é mais acessível: 200 **amizades**. Até aos 12 anos, a entrada é livre, mediante a apresen-



O trabalho voluntário na base da construção da Festa da Amizade

tação de ingressos/convite que já começaram a ser distribuídos nas escolas. O bilhete do dia custa 200 **amizades**.

Delimitada com mais de 500 painéis e usufruindo de uma localização excepcional (na estrada do Laranjeiro, no desvio para o Feijó), a Festa da Amizade costuma apresentar-se com uma imagem cuidada, tanto na decoração como nos espaços verdes e ajardinados, e até na agradável esplanada. Todos estes «requintes» serão notados na edição deste ano, proporcionando assim um acolhimento ainda mais simpático aos milhares de visitantes, que logo na primeira noite poderão assistir à chegada da Estafeta da Amizade, uma das várias iniciativas de carácter desportivo da Festa. Já no próximo domingo a partir das 9 horas terá lugar uma prova de ciclismo denominada **Volta da Amizade** ao concelho de Almada. Nos dias da festa decorrerão as finais de um torneio de futebol de salão.



À conversa com o repórter do «Avante!»



Construída pelo dinamismo dos comunistas almadenses, — Concelhias do PCP e da JCP — a Festa da Amizade pretende ser, como aliás tem acontecido desde a sua primeira edição, um espaço aberto a todos, reunindo em três dias de convívio e de amizade a presença cultural, desportiva e recreativa, os espectáculos musicais, o debate político, a anima-



A alegria do espectáculo, uma constante nas sucessivas edições da Festa da Amizade

Artistas e grupos

Carlos Paredes, Jorge Lomba, lo Apolloni, Paulo de Carvalho, Fernando Tordo, Sérgio Godinho, Brigada Vitor Jara, Luísa Basto, João Fernando, José Jorge Letria, Naná Sousa Dias e Amélia Muge são nomes confirmados para os espectáculos da Festa da Amizade.

Vários grupos folclóricos e de música tradicional, como o Etnográfico de Montemor-o-Novo e dos trabalhadores da CM do Seixal, e uma significativa representação da música coral do Alentejo, serão outros factores de animação desta Festa, que contará com a presença de grupos alentejanos de Aljustrel (mineiros), Odemira, Ourique, Serpa, Pias, Messejana e ainda da Amadora e de várias localidades da Margem Sul do Tejo: Paivas, Feijó, Seixal, Barreiro, etc. ■

■ Carlos Almeida

Pelo Trancão não passou o Pimenta!

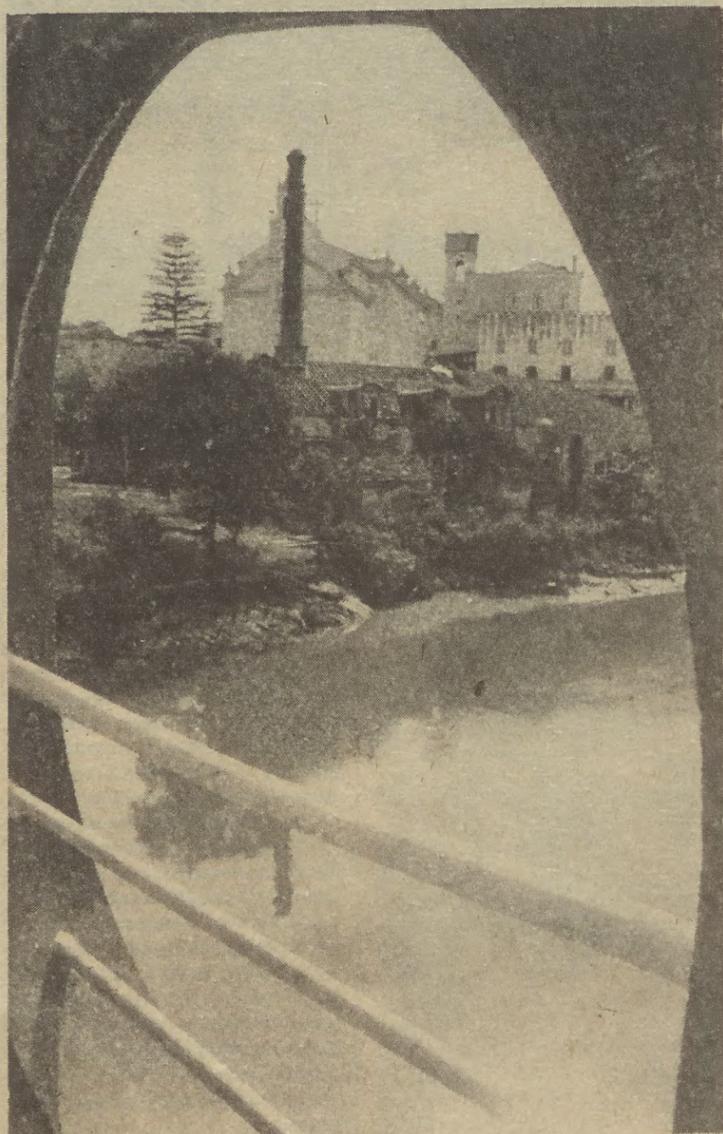
Aqui se vai contar a história de um rio. Torrente de vida, emblema de natureza, um rio é também, na sua correria louca, uma memória do tempo que por lá passou. Nas suas margens, vivendo e sofrendo com os seus caprichos, foram os homens, ao longo dos tempos, construindo a História, semeando pão e cultura nos objectos deixados ao acaso, nas casas abandonadas, reconstruídas mais adiante.

O rio de que vamos falar alimentou durante séculos Lisboa. Por ali passava uma das mais importantes vias de comunicação da Ibéria muçulmana. Ali começou a conquista de Lisboa. Nas margens deste rio, Camões e Bocage suspiraram por amores impossíveis. Este é um rio das brincadeiras ao domingo à tarde de uma Lisboa de outros tempos não muito recuados, onde alguns terão aprendido as suas primeiras braçadas.

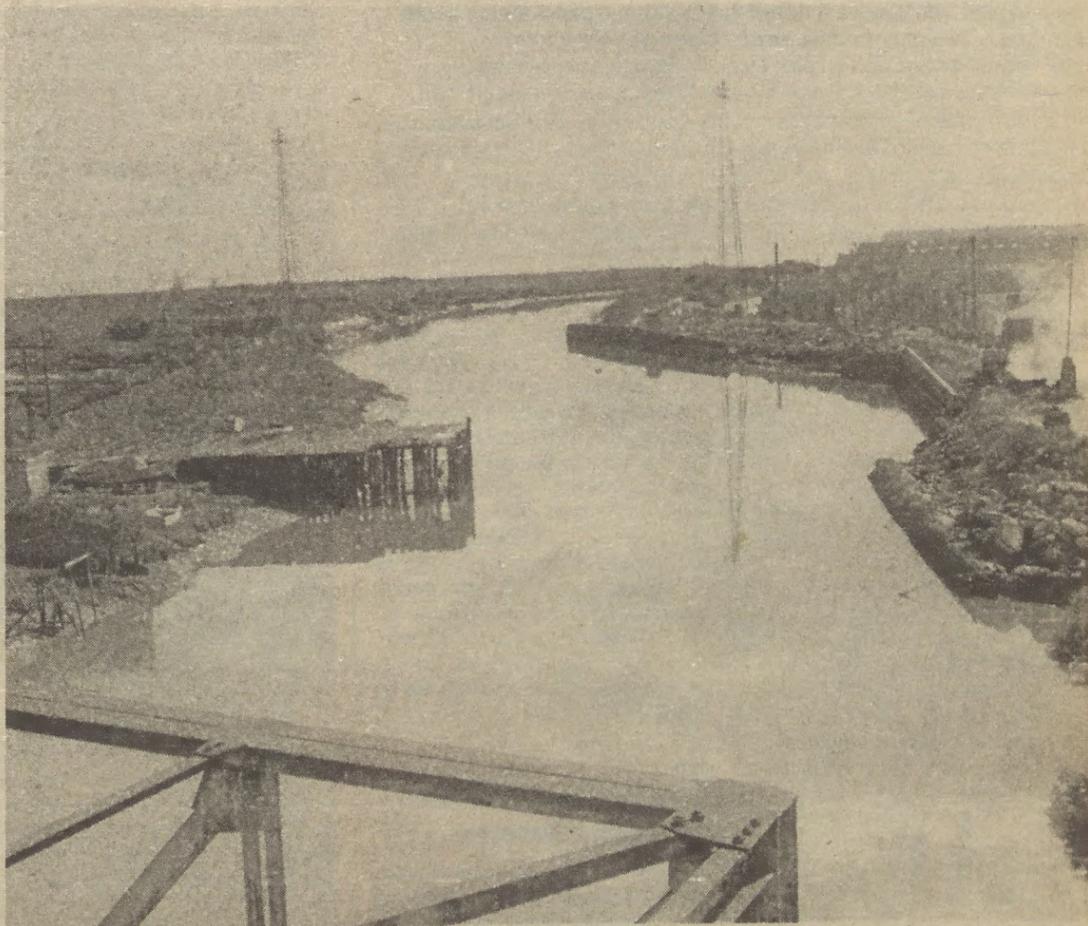
Um rio hoje moribundo. Por onde já não passam barcos, onde os lisboetas já não descansam ao sol nas tardes de domingo, dormitando cana de pesca em riste, deixando passar o tempo e correndo as ideias, porque o peixe já ali não vive. Rio barrento de que hoje já ninguém recorda o vivo e límpido azul. Rio de que os homens hoje conhecem apenas o cheiro nauseabundo que espalha pelas redondezas, grito desesperado que clama por atenção. Vamos contar a sua história. Falar dos seus amigos, daqueles que ainda o recordam e se recordam nele e daqueles, principalmente daqueles, os mais jovens, que por não o conhecerem se sentem empobrecidos sem ele, incompletos, naufragos num tempo sem margens.

Mas vamos também falar dos seus inimigos, voluntários e involuntários. De uma industrialização caótica e desordenada, erigida em progresso colectivo quando afinal poucos «progrediram» com ele. De governos e ministros, pois claro, que, como o actual demitido, dele se esquecem, em nome por certo de outras mais europeias preocupações.

Estamos em Sacavém, nas margens do rio Trancão, o maior afluente do Tejo na região de Lisboa, o personagem central da história que vamos contar. Um lugar por onde não passou o governo PSD/Cavaco Silva, nem o seu secretário de Estado do Ambiente. ■



O património cultural e natural em adiantada degradação. Quem lhe acode?



Ao fundo o Tejo, e este grande «esgoto a céu aberto» vertendo sobre as suas sacrificadas águas detritos e dejectos de toda a região de Lisboa

Quantos mais anos à espera?

«**J**á não se ouve o murmúrio vivo do Trancão, mas apenas o seu lamento. Lamenta-se, sobretudo, dos homens e mulheres a quem deu de comer, das povoações a que deu vida e prosperidade. Prosperidade que acabou por o transformar em esgoto de céu aberto. Para as gerações de hoje, esta é uma prosperidade que não serve. Queremos assegurar o nosso futuro e o das gerações vindouras, fim para o qual a defesa e protecção dos recursos hídricos é absolutamente indispensável (...). Nada de compaixão e lamentos que nada modificam. É preciso tomar posição, assumir atitudes, fazer o problema do Trancão um problema nosso, de cada um de nós...»

Assim se escrevia num vulgar papel verde que num qualquer dia de 1986 chegava à mão de quantos vivem em Sacavém ou de uma forma geral no concelho de Loures. «Tome o futuro na mão, ajude a salvar o Trancão» era o título do comunicado. Assinado, «Comissão de Juventude de Sacavém».

«A população tem-nos recebido muito bem, com carinho e incentivo, ganhámos até já um certo estatuto de seriedade.» (Rui Pinheiro, da Comissão de Juventude de Sacavém). Tudo tinha começado com uma peça de teatro, escrita e levada à cena por uma das estruturas que integram a Comissão, o Centro Cultural da Cooperativa Sacavenense. «Trancão com todos» era o título e falava da história do rio e da passagem por aqui do poeta Bocage.

«Desde então a Comissão de Juventude de Sacavém agarrou o problema, dedicou-se a ele e deu-lhe dimensão pública.» (De novo Rui Pinheiro). Em Abril passado chegava a

todas as redacções dos jornais uma insólita embalagem contendo uma garrafa com água recolhida no rio. Advertência importante: «De preferência, não consumir, alto risco para a saúde.» No rótulo uma pormenorizada análise química da amostra, «impureza bacteriológica verificada por observação directa».

Mas até aquelas amostras já muita água turva tinha corrido no leito da luta da população de Sacavém e da juventude pela despoluição rápida do rio Trancão.

De novo o Rui Pinheiro: «Depois do comunicado lançámos um abaixo-assinado acompanhado por um

telegrama distribuído à população. Fizemos uma subida do rio a pé e durante uma semana desenvolvemos diversas actividades com vista a alertar as populações para a grave situação. Esta «Semana» concluiu-se com uma sessão pública de esclarecimento para o qual foram convidados os presidentes dos sete municípios que vertem esgotos no Trancão (Loures, Mafra, Amadora, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, Lisboa, Sintra), o secretário de Estado do Ambiente, e o subdelegado de Saúde de Sacavém dr. Flávio Rodrigues; destes, apenas estiveram presentes o presidente dos Serviços Municipalizados de Loures, vereador Duarte Nuno, o subdelegado de Saúde. O secretário de Estado Carlos Pimenta, alegou ausência no estrangeiro «a representar Portugal no Conselho de Ministros da CEE.»

«Além disto, relata-nos Carlos Rui da Comissão, realizou-se um encontro com o Grupo Parlamentar do PCP a pedido deste onde foi feita a exposição da situação e dos planos para a nossa actividade.»

Pergunta inevitável: qual, em todo este processo, o papel da Secretaria de Estado do Ambiente, tão propagandeada que foi a sua acção por este governo? A resposta foi simples: «Nada. Não recebemos até agora qualquer resposta positiva às nossas solicitações para a resolução rápida do problema. Mas tencionamos»



Barcos de pescarias antigas. Outros tempos outras gentes enterrados no lodo e na lama de um rio que outrora foi fértil

mos continuar a luta e desenvolver acções que mobilizem cada vez mais as populações para o problema. Agora em Maio vamos realizar um ciclo de cinema ligado aos problemas do ambiente e o nosso 2.º Acampamento de Jovens vai também dedicar-se a este assunto. Não vamos baixar os braços.»

«Um fétido cano de esgoto»

De facto, já há muito tempo que se arrasta todo este processo sobre a poluição do rio Trancão. Neste momento são sete os municípios da Grande Lisboa que vertem os seus esgotos sem qualquer tratamento no rio. Juntam-se a estes detritos as descargas industriais feitas sem qualquer controlo por parte das autoridades responsáveis. Já em 1974 e 1975 estudos, na altura efectuados, constatavam que «muitos troços do rio Trancão e alguns dos seus afluentes (especialmente os de juvante) estão altamente poluídos».

A situação que se criou, em primeiro lugar para os habitantes das zonas ribeirinhas e de uma forma geral para Sacavém, é facilmente imaginável. Um cidadão da freguesia, enviava ao secretário de Estado do Ambiente em 30/10/85 uma carta onde afirmava: «O rio Trancão (...) é hoje praticamente um fétido cano de esgoto a céu aberto e junto a Sacavém está completamente assoreado. O cheiro pestilento que emana do seu cinzento líquido gorduroso atinge todos os aglomerados populacionais circundantes ou que lhe estão próximos, com especial destaque para Sacavém, tornando-se particularmente insuportável quando a maré está baixa. Até as suas margens estão cinzentas de lama, nas quais crescem ratazanas do tamanho de coelhos.»

Mas não são só os maus cheiros que incomodam a população. Como está bom de ver tal situação cria sérios problemas sanitários. O dr. Flávio Rodrigues, subdelegado de Saúde, afirmava, no colóquio acima referido, que para além das crianças que brincam junto das margens deste, por si só, perigoso esgoto a céu aberto, que no bairro de S. Francisco e no Bairro de St. António, como na povoação de Campo do Rio, tudo isto em Camarate, «os habitantes locais utilizam as águas residuais dos esgotos que servem aquelas povoações para regar as suas hortas, havendo até sistemas de drenagem para a rega das alfaces, feijoleiros, couves e outros vegetais, tudo isto com água contaminada».

O rio por onde em tempos idos corriam as barcas que abasteciam a capital de produtos hortícolas e frutícolas, onde os habitantes de Lisboa se deleitavam ao sol nas praias de Sacavém, é hoje um motivo de preocupação para todos os sacavenenses. Longe vai o tempo que se via «um deleitoso e útil rio, navegável em todo este espaço, que regando de uma parte férteis montes, da outra faz copiosas marinhas e pela terra da parte de Sacavém há tantos lugares, quintas, vinhas pomares e outras férteis e deleitosas propriedades que excedem não só a capacidade deste pequeno distrito mas a de outro muito maior». (Luís Mendes de Vasconcelos - 1608).

Esperar 17 anos?

Contrastando com a passividade e a incuria deste como de outros anteriores governos, a Câmara Municipal de Loures não tem parado na busca de soluções para este ingente problema. Como nos afirmou o vereador comunista Duarte Nuno, presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, «só desde 1984 o município já investiu cerca de 550 mil contos».

Está neste momento em execução um programa de construção de infra-estruturas no valor global de 3 milhões e 330 mil contos com vista à despoluição da bacia hidrográfica do rio Trancão.

Segundo nos informou o vereador Duarte Nuno este programa será executado (está a sê-lo) em três fases: «a construção de redes de saneamento dentro das povoações — neste momento já executado em 94 por cento — depois a construção de grandes emissários para encaminhamento dos esgotos — 50 por cento já construídos — e finalmente a construção de uma rede de estações de tratamento de esgotos, dos quais se encontra concluído o correspondente a 15 por cento, com a estação de tratamento de Frielas».

Desta forma a Câmara de Loures, na medida das suas disponibilidades, vai investir este ano mais cerca de 200 mil contos.»

Contudo e ainda que esteja a caminho de solução — apenas e só devido ao empenhamento reconhecido da Câmara de Loures — a questão está longe de estar encerrada. «Com a nossa capacidade de investimento estas obras estarão concluídas apenas daqui a 17 anos,

quando pensamos que, tendo em conta a gravidade da situação criada, ela não deveria ultrapassar os sete. Pensamos portanto, e já tomámos iniciativas nesse sentido, que, quer os municípios que vertem esgotos no rio, quer a administração central devem participar financeiramente nesta obra. O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados aprovou já, e irá ser levado proximamente a sessão de Câmara, uma proposta que visa obter a participação daquelas autarquias e do governo na execução do projecto.»

E o que é a Comissão de Juventude de Sacavém?

Tudo começou em 1985 com o Ano Internacional da Juventude. Nessa altura formou-se por iniciativa da Junta de Freguesia uma Comissão de Jovens de Sacavém, composta por diversas estruturas juvenis da freguesia entre organizações políticas, culturais, religiosas, desportivas. Como nos disse Rui Pinheiro, da Comissão de Juventude de Sacavém, «desde então os contactos desenvolvidos frutificaram. Considerámos que por haver Ano Internacional da Juventude, não acabava ali a necessidade de os jovens participarem e unirem esforços por aquilo que consideram justo.»

Carlos Rui, outro elemento da Comissão adianta, que «em 1986 desenvolvemos actividade em torno do Ano Internacional da Paz. Assinalámos o Dia da Árvore, desenvolvemos actividades sobre o Dia Nacional do Estudante e o Dia Nacional da Juventude (que este ano repetimos) promovemos um acampamento da juventude de Sacavém no Parque Municipal de Montachique e realizámos a Semana da Juventude que envolveu entre 8 e 13 de Abril cerca de 1200 jovens da freguesia.» Frisa o Rui Pinheiro que «foi desta forma, abrindo novos caminhos e ganhando novas perspectivas, que chegámos à questão do rio Trancão».

Como se juntam pessoas de opiniões políticas, de credos religiosos tão diferentes, numa actividade intensa e empenhada? É o Carlos Rui que diz, «em primeiro lugar somos todos jovens e depois achamos que aqui em Sacavém, independentemente das opiniões políticas ou religiosas, existem problemas que nos afectam a todos e que todos queremos ver resolvidos.»

De novo o Rui Pinheiro adianta que «temos discutido internamente na comissão muitos problemas e procuramos o entendimento sobre eles. Neste momento estamos todos igualmente empenhados nesta questão do Trancão e é nisso que estamos a trabalhar com muita força.»



À beira rio a falar do futuro necessário, Filipe Melo, Carlos Rui, Mário Rui Assis e Rui Pinheiro, da Comissão de Juventude de Sacavém

Que ilações, que significado atribuem estes jovens à sua actividade, era a pergunta a seguir e foi o Rui Pinheiro que aproveitou a embalagem para dizer: «tem sido muito importante, temos ganho com isto uma capacidade grande de relacionamento com os outros, de respeito e tolerância, só assim tem sido possível que todas as decisões até agora tomadas o tenham sido por consenso. Entretanto com o tempo vão-se estabelecendo novos laços de amizade e às tantas isto é tudo um grande, grande grupo de amigos.»

Pára para acender o cigarro e prossegue: «podemos até dizer que em muitos aspectos o trabalho na comissão contribuiu para alargar os horizontes das próprias organizações individualmente consideradas.»

Questão bastas vezes discutida (e às vezes das piores formas) na imprensa é o alheamento e passividade dos jovens. Sobre isso, o Rui Pinheiro fez questão de dizer que «há de facto uma certa passividade em alguma juventude mas tal facto tem razões, é provocada por condicionalismos vários. Acho além do mais que esta experiência aqui em Sacavém prova que quando se dinamizam espaços de participação e se motivam os jovens para coisas que lhes interessam, eles aparecem. Nem sempre é fácil fazer a ponte entre as organizações tradicionais e os jovens. É necessário, penso eu, criar a iniciativa, dar oportunidade aos jovens de, por si próprios, desenvolverem actividades em torno do que lhes interessa. Temos exemplos recentes aqui e lá fora.»

De referir que em todo este processo, apenas da parte da Amadora, Vila Franca de Xira e, para um dos troços, de Sintra, houve disponibilidade para o fazer, como nos referiu Duarte Nuno. «A Câmara de Lisboa, por exemplo, tem sistematicamente rejeitado a sua participação e da parte da Secretaria de Estado até agora não houve qualquer iniciativa nesse sentido. Tivemos recentemente uma reunião com o sr. secretário de Estado, foi-lhe entregue toda a documentação e aguardamos resposta. Qualquer que ela seja, conforme então nos foi dito, não abrangerá as obras já feitas.»

Fica no ar, em toda esta história, uma interrogação. Para um governo que tanto falou na defesa do Ambiente não terá havido tempo para dar atenção a tão grave problema mesmo aqui às portas de Lisboa? Será que agora, nestes tempos eleitorais afeitos a «boas-vontades», o rio Trancão se salvará? Ou será que temos que esperar durante dezassete anos? ■

Eduardo saltador

Eduardo, o conhecido analista, negou. Que não tinha sido convidado, não senhor, para apoiar o PSD, como o «Semanário» se atrevera a insinuar. Não seguira, pois, o exemplo dos seus parceiros liberais, mais apressados que ele. O PSD deve lamentar-se. E o CDS também, que já esfregava as mãos para a próxima. E o PDC, ainda, com esperanças de que a sua vez se aproximava. E o MIRN, provavelmente. Já que, com segurança mas sem pressas, a carreira do analista é imparável. Saltitante, sim, mas sempre no mesmo sentido — a descer e para a direita...

Eduardo explica

Eduardo, o conhecido analista, explicou: «A esquerda democrática», disse ao «24 Horas» de 13 de Maio, «distingue-se da direita porque é de esquerda; distingue-se da esquerda não

democrática porque é democrática». Seguindo a brilhante análise, diríamos: Eduardo distingue-se do Prado porque é Coelho; distingue-se de Coelho porque é Prado... Eduardo Prado Coelho é, afinal, uma síntese perfeita — entre o roedor e aquilo que roi.

A deontologia

No noticiário das nove exibido no segundo canal no passado dia 18, o jornalista de serviço, Mário Crespo, anunciou com grande entusiasmo aquilo que em gíria jornalística se chama um furo: uma entrevista exclusiva feita em Joanesburgo a Roelof «Pik» Botha. Não disse o citado jornalista mas nós facilmente podemos depreendê-lo, que a dita entrevista terá sido feita aquando da estada, no país do *apartheid*, do próprio Mário Crespo, cobrindo as pseudo-eleições ali recentemente encenadas. Para além do conteúdo da entrevista, que de tão descaradamente racista nos

escusamos de comentar, duas notas não podem, entretanto, passar sem uma curta referência.

A primeira delas vai para uma pergunta de Mário Crespo ao representante do racismo: qual, em sua opinião, deveria ser a política do novo governo português a sair das próximas eleições relativamente à África do Sul. Ao que Botha, de imediato, aproveitando a deixa retorquiu que **o governo português deve fazer isto e aquilo...**, e foi por aí fora com os «conselhos» e advertências, numa inadmissível intromissão nos assuntos internos de Portugal.

A segunda nota vai para as justificações deontológicas do

jornalista Mário Crespo, depois da entrevista a despropósito a «Pik» Botha. Disse ele que tinha a RTP tentado entrevistar o bispo Desmond Tutu aquando da sua passagem por Lisboa em trânsito para o Brasil que visita a convite do presidente Sarney como um representante do movimento anti-*apartheid*. Como nas cinco horas que esteve em Lisboa, desde as 5.30 da madrugada, o bispo Tuto não tinha dado a entrevista considerava Mário Crespo que estavam salvaguardados por parte da RTP os princípios da isenção e do pluralismo. Perguntamos: durante a sua estada na África do Sul não teve o jornalista da RTP tempo para entrevistar um qualquer representante do movimento anti-*apartheid*, um sindicalista ou um representante do ANC ou mesmo o próprio bispo Desmond Tutu? A resposta está à vista assim como a manobra.

A perspectiva pessoal

O filho do «mayor» da Câmara da Cidade do Cabo, Leon Markovitz, Steven, de 21 anos, foi detido na passada sexta-feira de acordo com as leis do estado de emergência em vigor na África do Sul que permitem a prisão de qualquer pessoa sem acusação. «Parece-me muito errado que alguém possa ser detido sem que as autoridades notifiquem a família dessa pessoa», afirmou aquele dignatário do regime do *apartheid* quando só no domingo foi informado da prisão do seu filho. «Abomino a detenção sem julgamento e este caso dá-me uma perspectiva pessoal do sofrimento pessoal sentido por milhares de famílias na África do Sul», afirmou Leon Markovitz. De acordo com as leis do estado de emergência foram já presas sem acusação milhares de pessoas entre as quais se contam milhares de crianças. Sem comentários.

Toma que é democrático!

O colunista do «Expresso» João Carlos Espada, na última edição do «Semanário», filosofando sobre o escândalo que arredou da campanha para a presidência dos EUA Gary Hart, retira, entre outras, esta brilhante conclusão: «mostra (o escândalo) que a América é realmente uma das mais sólidas democracias do mundo, aquela em que os procedimentos democráticos estão mais entranhados na opinião pública — a ponto de gerarem abusos — e onde é mais difícil aos políticos escaparem a esses procedimentos». Pouco importam as ideias, os projectos, aquilo que cada candidato defende. Mas é democrático!

Pontos Cardeais

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

A mentira da CEE

Da CEE nos prometeram glórias Europa de má rez! E não passaram afinal de histórias de «era uma vez...»

Pior ainda, com franqueza! Nas tais histórias de encantada léria o príncipe casava com a princesa e o povo agora casa... com a miséria. Invadem-nos as frutas espanholas. Vem de fora o comer e o beber. Querem fazer-nos dançar ao som das castanholas e uma pessoas nem já tomates pode ter.

Para esta gente vale só a ciência de Portugal à trela ter bem posto. Depois disto, falar em independência só por graça, ou desgraça, de mau gosto...

Gestão... em congestão

Estava-se mesmo a ver que este governo de gestão a esmo principalmente e friamente ia fazer a gestão... de si mesmo.

E são benesses para os seus interesses. E são abraços para os amigalhões. Lugares vários para correligionários Almoços e jantares para os seus pares. Ecrans sinistros para os ministros. «Massa» e favores para os seus gestores. TV apenas para as almas pequenas

E assim vai, tão-ba-la-lão este governo de «gestão»...

Quadras para cantar

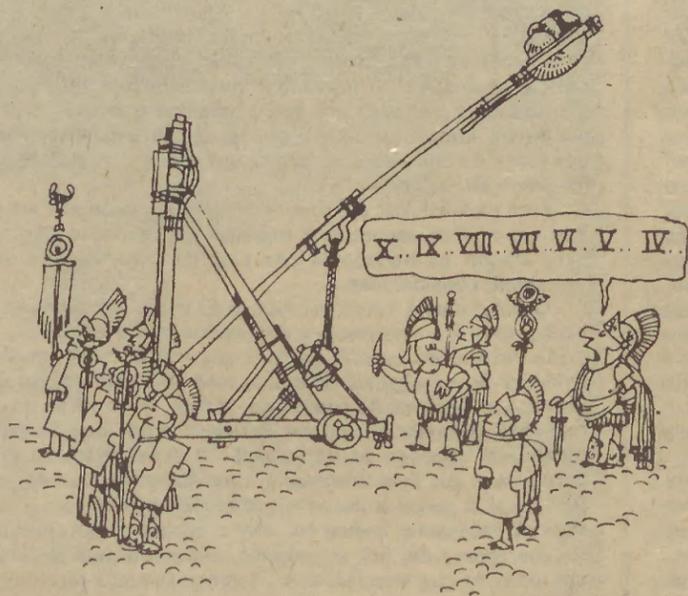
Não mandar nem ser mandado a unidade regressa. Irmos todos lado a lado é a solução, e só essa.

Se alguém a vitória espreita sem nada poder ganhar tarde ou nunca se endireita pois à direita vai dar

Quem só nos quer defender em todo o sitio onde valha? — Esta a pergunta quer resposta de quem trabalha.

Grita que ao povo se deve na sua acção deputada. Mas tantos anos já teve para provar isso — e nada...

Se quem trabalha supõe ser quem tudo há-de ordenar vá, tu que trabalhas, põe o teu voto a trabalhar!



Agenda

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 699

21 de Maio de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

Quinta 21

• **S. João da Madeira**
Às 21.30, plenário da freguesia de Arrifana.

• **Amadora**

Às 18.00 plenário da célula da Cometa, no CT da Amadora.

• **Pombal**

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho concelhho.

Sexta 22

• **Almada**

Plenário, às 15.30, para análise da situação política no Centro de Trabalho.

• **S. João da Madeira**

Reunião da Comissão Concelhia, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• **Torres Novas**

Reunião às 21.00 no Centro de Trabalho com a participação do camarada Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• **Armamar**

Reunião da organização concelhia, às 21.00, na casa do camarada António Lareiro.

• **Falagueira (Venda Nova)**

Plenário de militantes, às 21.30, na Junta de Freguesia.

• **Paio Pires**

Plenário, às 21.30, no Centro de Trabalho concelhho.

• **Santiago do Cacém**

Diálogos com o PCP: hoje em Ermidas sobre Regionalização, às 21.00.

Sábado 23

• **Alcabideche**

Plenário de militantes da freguesia para discussão do trabalho eleitoral. Às 21.00 no salão do Montepio.

• **Almeirim**

Visita de Álvaro Cunhal à freguesia de Fazendas de Almeirim: encontros com a população de Maria-

de problemas locais e do trabalho eleitoral, na Casa do Povo, a partir das 14.30.

• **Algés**

No Centro de Trabalho do PCP, a partir das 15.00, convívio musical dos jovens da CDU.

• **Benavente**

Comício com Álvaro Cunhal, no Centro Cultural de Benavente, a partir das 21.00, pro-

os democratas. Na Casa do Alentejo a partir das 15.00.

Os Trabalhadores Portugueses e a CEE - debate promovido pela Comissão do PCP para as questões da CEE, grupo comunista e afins do Parlamento Europeu. A partir das 10.00, no salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

• **Loures**

Pic-nic dos jovens CDU de Odivelas, Pontinha, Canaças e Póvoa de Santo Adrião no Pinhal da Paiã a partir das 10.00.

• **Oeiras**

Jornada de esclarecimento e propaganda da CDU em todo o concelho.

• **Palmela**

Reuniões preparatórias da Assembleia da Organização concelhia, marcada para a próxima semana: no Centro de Trabalho de Palmela, às 21.00; no Centro de Trabalho de Pinhal Novo, com a participação do camarada Américo Leal, às 21.30.

Almoço-convívio na Quinta de S. Paulo, organizado pela célula dos trabalhadores da Cometa.

Assembleia da Célula dos Trabalhadores da CM de Palmela, com a participação do camarada João Bernardino, no Centro de Trabalho de Pinhal Novo.

• **Porto**

Espectáculo promovido pela CDU Jovem com a Orquestra de Jazz do Porto, às 21.30.

• **S. João da Madeira**

Plenário da célula da CDU, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• **S. João da Pesqueira**

Plenário da organização concelhia, no Centro de Trabalho, às 21.00.

• **Seixal**

Plenário de freguesia da CDU, no Centro de Trabalho do PCP, às 15.00. Participamos camaradas Eufrásio Filipe, presidente da CM do Seixal, Jorge Silva e Evaristo Beneges.

• **Valongo**

Com início às 10.00, visita de estudo à Serra de Santa Justa con-

duzida pelo Núcleo de Acção Cultural de Valongo/NACVAL, com a participação de vereadores do PCP nas Câmaras de Valongo e Gondomar e activistas locais da CDU.

• **Vendas Novas**

Às 15.30, encontro de Álvaro Cunhal com a população.

• **Vila Franca de Xira**

Acções de propaganda da CDU nos mercados do concelho.

Domingo 24

• **Amadora**

Almoço-convívio da CDU, com a participação do camarada Álvaro Cunhal. Com início às 12.30, no refeitório da Câmara Municipal. Inscrições no Centro de Trabalho.

• **Brandoa**

Comício com Álvaro Cunhal, às 11.00, no Lg. 1.º de Maio, promovido pela Comissão Concelhia da Amadora do PCP.

• **Castelo de Palva**

Plenário de militantes, a partir das 10.00, no Salão de Pedrido.

• **Corroios**

Plenário de freguesia da CDU, na Casa do Povo, às 15.00.

• **Gaia**

Caravana CDU, com concentração às 9.00

no Centro de Trabalho do PCP (Av. da República).

• **Loures**

IV Assembleia da Organização concelhia do PCP, a partir das 10.00 no Pavilhão do Sport Grupo Sacavenense. Participação do camarada Álvaro Cunhal, que fará uma intervenção cerca das 16.30.

• **Nelas**

Festa da CDU em Fantar, na Junta de Freguesia.

• **Oeiras**

Comício a partir das 15.00, no Centro de Trabalho do Partido.

• **Trevões (S. João da Pesqueira)**

Reunião da organização de freguesia, a partir das 21.00, em casa do dr. Luis.

• **Setúbal**

II Assembleia da Organização de Freguesia de S. Sebastião.

• **Vila Maior (S. Pedro do Sul)**

Convívio, com sardinhada, às 17.00.

Terça 26

• **Santiago do Cacém**

Da série de Diálogos com o PCP organizados pela Comissão Concelhia, debate sobre Ensino. A partir das 21.00.



Visitas, Encontros e Comícios com ÁLVARO CUNHAL

- Sexta, 22 — MARINHA GRANDE Teatro Stephens, 18.30 h
— LEIRIA, Programa em directo na RC Leiria, 21 às 23 h
- Sábado, 23 — CONCELHO DE ALMEIRIM Encontros com a população em Marianos, 10 h; Paços Negros, 11 h; Almoço em Fazendas de Almeirim
— VENDAS NOVAS, Encontro com a população, 15.30 h
— ÉVORA, Comício às 17 h
— BENAVENTE, Comício no Centro Cultural, 21 h
- Domingo, 24 — BRANDOA, Comício no Largo 1.º de Maio, 11 h
— AMADORA, Almoço-comício CDU no Refeitório da Câmara Municipal, 12.30 h
— SACAVÉM, Comício no Ginásio do Sport Grupo de Sacavém, 16.30

tempo de antena do PCP
2.ª feira • 25 de maio

RTP 1
a seguir ao telejornal

RDP antena Um
13.30 horas

nos, às 10.00, e de Paços Negros, às 11.00. Às 12.00, almoço-convívio no Salão de Cantarilha.

• **Amora**

Plenário de freguesia da CDU, às 15.00, no Centro de Trabalho do PCP, com a participação dos camaradas Sousa Marques, Carlos Mateus e Odete Gonçalves.

Encontro de quadros para discussão

movido pela Comissão Concelhia do PCP no âmbito da pré-campanha eleitoral da CDU.

• **Entroncamento**

Reunião distrital de quadros, a partir das 15.00.

• **Évora**

Festa Terra de Abril no recinto das Piscinas Municipais. Às 17.00, comício com Álvaro Cunhal.

• **Gala**

Pré-campanha eleitoral: porta a porta em Santa Marinha e Mafamude durante todo o dia.

• **Gondomar**

Sessão-festa da CDU, a partir das 21.30, na Esc. Preparatória de Rio Tinto (Monte da Burra), com a participação de candidatos pelo círculo do Porto.

• **Lisboa**

Encontro Distrital da CDU aberto a todos

OS TRABALHADORES PORTUGUESES E A CEE

A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA O DESEMPREGO EM DEFESA DAS CONQUISTAS DO 25 DE ABRIL E DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

DEBATE

23 DE MAIO DE 1987
SALÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA



O Nascimento da CDU
Coligação Democrática Unitária
As Grandes Jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio
Internacional
Propostas de Paz da URSS
Teledisco
«Amar o Tejo, Viver a Paz»

PATROCINADO PELA COMISSÃO DO PCP PARA AS QUESTÕES DA URE GRUPO COMUNISTA E AFINS DO PARLAMENTO EUROPEU



LUNARI, Enzo - Itália, in, «Tango», suplemento do jornal L'Unità, de 28 de Julho de 1986

TV **O Programa**

Quinta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 - Série: «ALF — Uma Coisa do Outro Mundo»
21.20 - Face a Face
21.50 - Série: Primeiro Entre Iguais
22.50 - 24 Horas
23.25 - Remate.

RTP2

13.00 - Estádio: Campeonato da Europa de Ginástica
18.30 - Trinta Minutos Com...
19.00 - Simon Show
20.05 - Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - O Tempo e o Vento
22.10 - Série: «África»

Sexta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: Cambalacho
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca, Brincando
18.50 - Concurso «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela Palavras Cruzadas
20.45 - A Arte de Bem Cozinhar
21.05 - Noites de Gala
22.40 - O Programa das Festas
23.15 - 24 Horas
23.45 - Remate
23.55 - Pela Noite Dentro: «A Aldeia dos Malditos», real. Wolf Rilla (Grã-Bretanha/1960 77m).

RTP2

14.00 - Estádio «Campeonato da Europa de Ginástica»
18.00 - Countdown
18.45 - Trinta Minutos Com...
19.05 - Simon Show
20.00 - Série: Hitchcock Apresenta...
20.30 - Série: Uma Família às Direitas

21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Clube de Jornalistas
22.00 - Troféu
22.30 - Série Private Schulz, 1.º epis..

Sábado

RTP1

09.00 - Juventude e Família
10.05 - He Man
10.25 - David e o Gnomo
10.50 - Os Amigos do Tejo
11.20 - Outros Mundos
11.50 - O Tempo e o Vento
12.30 - Vamos Dançar
13.00 - Jornal de Sábado
13.10 - As Vagas do Tempo
13.40 - Parlamento
14.10 - Videopolis
14.55 - Vinte Anos
15.45 - O Mar e a Terra
16.15 - Concurso «A Quinta do Dois»
18.40 - V — A Batalha Final
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
20.55 - Boletim Meteorológico
21.00 - Sete Folhas
21.40 - Já Está
23.20 - Série Hill Street
00.10 - Cinema da Meia-Noite: «Máscaras de Cera», real. André de Toth (EUA/1953).

RTP2

09.00 - Compacto Countdown
13.00 - Compacto Cambalacho
16.00 - Troféu
20.00 - Série Benson
20.25 - O Desafio Mundial
21.15 - RTP/Ano 30
22.45 - Troféu.

Domingo

RTP1

09.00 - Juventude e Família
10.00 - TV Mulher
10.45 - Terra Santa Maria
11.15 - Missa
12.30 - TV Rural
13.00 - Jornal de Domingo
13.10 - Série Portugal de Faca e Garfo
13.35 - Série: Os Roberts
14.00 - Arco Íris
15.00 - Primeira Matinée: «Os Heróis de Telemark», real. Anthony Mann (Grã-Bretanha/1965)
17.25 - Clube Amigos Disney
19.00 - Série O Justiciero
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Série Portugal, Passado e Presente
21.10 - Série A Orquestra
21.40 - Série: Dailias
22.35 - Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 - Music Box
10.00 - Troféu
12.30 - Caminhos
12.55 - Novos Horizontes
13.15 - Fantasia e Realidade
13.40 - Documentário
14.05 - Série: Destino Aventura
14.55 - Série: Festas e Romarias de Portugal
15.25 - Entre Barreiras
16.00 - Troféu
18.00 - Série: Miss Marple Investiga
18.55 - Concorde ou Talvez Não
20.40 - Arte e Letras
21.30 - Cine-Clube — Ciclo Alexandre Doujenko/Julia Sointseva «O Arsenal»
23.10 - Top Video.

Segunda

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Direito de Antena: PRD, PCP
20.50 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
21.20 - Alter Ego 86
23.00 - 24 Horas
23.30 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Simon Show
20.05 - Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Música e...: Simone de Oliveira
22.30 - Bailado.

Terça

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Palavras Cruzadas»
20.50 - Primeira Página
21.50 - Série: «Dempsey e Makepeace»
22.50 - 24 Horas
23.20 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Simon Show
20.05 - Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Cinemadols: «Corrida Sem Fim».

Quarta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.45 - Vamos Jogar no Totobola
19.00 - Futebol: FC Porto-Bayern de Munich (Final da Taça dos Clubes Europeus)
21.15 - Concurso: «Show Bis»
21.45 - Telejornal
22.20 - Boletim Meteorológico
22.25 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
23.00 - Lotação Esgotada: «Ladrão Roubado»
01.05 - 24 Horas
01.35 - Remate.

RTP2

14.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio
18.55 - Simon Show
20.05 - Série: «Hitchcock Apresenta...»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Série: «Paródia»
22.00 - Música na América.

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Mobilizar todas as forças para a luta eleitoral



CDU — herdeira de um património inestimável e com capacidade de atracção renovada

Intensificar a acção política aproveitando e incentivando o reforço orgânico

A IV legislatura e a actividade dos deputados comunistas

Portugal na CEE — Alguns aspectos económicos de um ano de integração

Teatro **O Cartaz**

• LISBOA

1.º Acto, R. Eduardo Augusto Pedrosa, 16-A, Algés. **Alzira Power**, de António Bivar, pelo Grupo Teatro Espaço, enc. de Agueda Sena.

A Barraca, rua Alexandre Herculano, 70. De 3.ª a dom. às 21.30. **O Diabinho da Mão Furada**, de António José da Silva, enc. de Helder Costa.

Casa da Comédia, rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom. às 21.30. **Electra ou a Queda das Máscaras**, de Marguerite Yourcenar, enc. de Filipe La Féria.

Centro de Arte Moderna rua Dr. Nicolau Bettencourt. 3.ª e 4.ª, às 18.30, 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.00, dom. às 15.00. **Hamlet**, de William Shakespeare, enc. de Carlos Avilez, música original de António Pinho Vargas.

Companhia de Teatro de Almada/Geupo de Campolide. Almada. O Fim da Enfermeira João, de Franck Marcus, enc. de Artur Ramos. Es-

treia dia 30.

Grupo de Teatro da Sociedade de Instrução **Guilherme Cossoul** — Av. D. Carlos I, 61-1.º. **Morte no Bairro**, de Alfonso Sastre, enc. de Hermínio Fernandes. Sábado, às 21.30 e domingo às 16.00.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb., 20.30 e 22.45; dom., 16.00, 20.30 e 22.45. **Escrita em Dia**, nova versão de Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracilha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, pelo Grupo Teatro Hoje, junto à Voz do Operário. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O País do Dragão**, de Tenesse Williams, enc. de Carlos Fernando. Estreia dia 25/4 às 21.00.

Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. Todos os dias às 11.00. **Quem Tem Farellos e O Pranto de Maria Parda**, de Gil Vicente, criação colec-

tiva com coordenação cénica de Blanco-Gil.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom. às 16.00. **Cá Estão Eles!**, de César de Oliveira e Varela Silva.

Teatro do Triângulo, rua da Cintura do Porto de Lisboa. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 17.00. **O Físico Prodigioso** de Jorge de Sena, enc. André Nuno.

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 21.30; dom., às 16.00. **Aqui Há Fantasmas**. Texto e enc. de Henrique Santana.

• PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. 5.ª e 6.ª às 21.30; sáb. e dom. às 16.30 e 21.30. **Merope — Liberdade ou Mortel**, baseado em textos de Almeida Garrett, pelo TEAR. Recolha de textos e enc. de Castro Guedes.

Teatro Campo Alegre, R. do Campo Ale-

gre, 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00 e 21.45. **O Motim**, de Miguel Franco, enc. de Norberto Barroca, mús. de Paulino Garcia, intérp. António Reis, Estrela Novais, Alfredo Correia, Luís Cunha.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, pelo Teatro de Animação de Setúbal, de 5.ª a dom. às 21.30. **Até Amanhã**, sobre textos de Jaime Salazar Sampaio.

Auto da Barca do Inferno, de Gil Vicente, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª, às 10.30 e 15.30, enc. de Carlos César.

Para Crianças

• LISBOA

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb., dom. e feriados, às 15.30. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. Às 17.30, sáb., dom. e feriados **O Avestruz Mecânico**, histórias de José Lemos.

Cinema A selecção Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Balada da Praia dos Cães	—	★★★	★★	★★★	★★★
B	A Cor do Dinheiro	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
C	Duma Vez por Todas	★	—	★★	—	—
D	O Local do Crime	★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★
E	A Manhã Seguinte	—	—	★★★	—	—
F	Matador	★★	★★★	★★	—	★★
G	O Meu Caso	★	—	—	★★	—
H	Platoon - Os Bravos do Pelotão	★★★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★★★
I	Salvador	★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★★
J	Sem Perdão	★★	—	★★★	—	—

A — Real. José Fonseca e Costa — *Citycine* (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
B — Real. Martin Scorsese — *Amoreiras/5* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
C — Real. Joaquim Leitão — *Star* (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
D — Real. André Techiné — *Quarteto/3* (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
E — Real. Sidney Lumet — *Mundial/2* (14.00, 16.30, 19.00, 21.15) Lisboa.
F — Real. Pedro Almodovar — *Quarteto/2* (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
G — Real. Manoel de Oliveira — *Quarteto/1* 15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
H — Real. Oliver Stone — *Hollywood/1* (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45), Lisboa.
I — Real. Oliver Stone — *Alfa/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Amoreiras/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Apolo 70* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Mundial/1* (13.45, 16.15, 18.45, 21.30), *Quarteto/4* (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), *S. Jorge/1* (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
J — Real. Richard Pearce — *Sétima Arte* (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 23.45) — Lisboa.

Classificação de ...

• LISBOA

Aida Nobre, Madalena Coelho e Pedro Tutela — Pintura. Galeria Bertrand do Chiado, Rua Garrett.

Amaral da Cunha — Escultura. Galeria Quadrum, Coruchéus. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (excepto domingos).

Ana Vidigal — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 30/5).

António Palolo — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 3/6).

António Quina — Escultura. Cisterna da Escola Superior de Belas Artes (até 27/5).

Arpad Szenes — «Luz Portugal». Centro de Arte Moderna. Galeria Superior.

Barco Grego — «Kyriaia». Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00, sáb. e dom. das 12.00 às 24.00 (até 21/5).

Ben Nicholson — Pintura. Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das



Pintura de Marília Viegas

10.00 às 17.00 (até 23/5).

Colectiva — Pintura. Escada, Rua da Bela Vista à Graça 81. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 17.00, sáb. das 14.00 às 20.00 (até 3/6).

Colectiva — Pintura de João Hogan, Rogério Amaral, Alvaro Perdigão. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a sáb. (até 23/5).

Colectiva — Serigrafias de Vieira da Silva, Maluda, Cargaleiro, Cutilheiro e Tom. Graffiti, Amoreiras Shopping Center, loja 2029.

Dominguez Alvarez — Pintura. Galeria Almada Negreiros. Secretaria de Estado da Cultura, Av. da República, 16.

Dorita Castel-Branto — Esculturas. Galeria de S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 175 (até 24/5).

Estrada Marginal — Tecidos de Artistas e Designers. Museu Nacional do Traje.

Espiga Pinto — Pintura. Triângulo 48. Av. Vasco da Gama, 48-A (ao Restelo).

Exposição da Primavera — Multiface, CC Gemini, loja 65, Rua Sousa Lopes (até meados de Junho).

IV Exposição Nacional de Gravura — Galeria das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Francisco Rocha — Escultura. Central Tejo, Av. Brasília. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 18.30 (até 26/5).

Gabriela Tomé — Vestuário como adereço. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor (ao Lumiar). De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Helena Lousinha — Pintura. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.30 às 20.30, sáb., das 15.00 às 20.00 (até 30/5).

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses — Museu de Etnologia.

Teresa Segurado Pavão — «Objectos Têxteis». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor (ao Lumiar).

Victor Fortes — Pintura. Galeria Quadrum, Rua Alberto Oliveira, 52, Coruchéus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 23/5).

• PORTO

Colectiva de 3.º Aniversário. Galeria EG, Rua Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb., das 15.00 às 20.00.

Colectiva — «Arquitectura Nova em Trás-os-Montes». Cooperativa Avore, Rua Azevedo de Albuquerque, T.

Fernando Cruz — Desenho. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777 loja 8 (até 10/6).

Pedro Rocha — Pintura. Galeria Nasoni, rua Galeria de Paris, 80. Inaugura a 28/5.

Zulmira de Carvalho — Escultura. Galeria Nasoni, rua Galeria de Paris, 80 e Jardins da delegação Norte da SEC (até 31/5).

• OUTRAS LOCALIDADES

Colectiva — Pintura. Loja de Arte, Largo Comandante Augusto Madureira, lote 89, loja dt.ª Terça, sáb. e dom., das 15.00 às 20.00 — ALGÉS.

Paz e Artesanato — Oficina da Cultura da Câmara Municipal. Exposição e comunicações promovidas pelo MDM — ALMADA.

Blek — Graffiti. Centro Cultural São Lourenço (até 24/5) — ALMANCIL.

Carlos Marques — Escultura; Joana Rosa, desenho; Maria José Tomás, pintura — Círculo de Artes Plásticas, Rua Castro Matoso, 18 (até 31/5) — COIMBRA.

II Exposição da Primavera — Museu de Évora — ÉVORA.

Francisco José Simões — Desenho. Sala de exposições temporárias do Museu Municipal de Loures (até 8/6) — LOURES.

Guilherme Correia — Pintura. Galeria Roca, Rua Prof. Dr. Virgílio de Moraes, 7. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00, das 15.00 às 19.30 e das 21.30 às 23.00 (até 30/5) — MARINHA GRANDE.

1.ª Exposição Venda do livro sobre a Resistência Antifascista antes e depois do 25 de Abril. PENICHE.

Maurício Abreu — Fotografia. «Arrábida de Sebastião da Gama na poesia» — Casa do Bocado, Galeria Municipal — SETUBAL.

Ouroveresaria — Coleção do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena — SINTRA.

Município do Seixal em Exposição permanente, no núcleo sede do Ecomuseu Municipal do Seixal. TORRE DA MARINHA.

Carla Marcelino — Aguardel. Salão do Arquivo Municipal, Rua Reynaldo dos Santos, 18 — VILA FRANCA DE XIRA.

Fotografia Contemporânea Mundial — Centro Cultural Regional, Rua Tenente Manuel Maria Bessa Monteiro, 3 — VILA REAL.

Colectiva. Requite Galeria de Arte. Rua 21 de Agosto, 203. Diariamente até às 22.00 — VISEU.

...e ainda

Música, debates, etc.

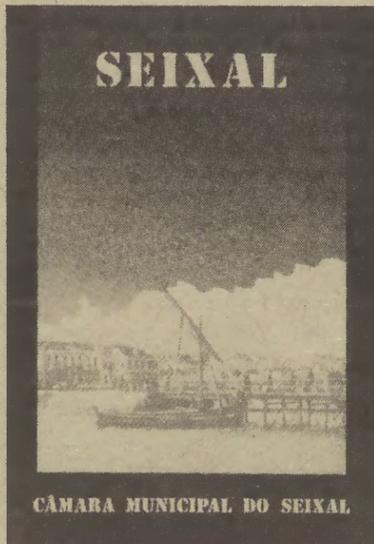
Cinema

Cinemateca Portuguesa. R. Barata Salgueiro, 39, telef. 54 62 79. Preço dos bilhetes: 125\$00, à venda uma hora antes da sessão. Classificação: maiores de 12 anos.
Ciclo Humberto Mauro: Alberto Nepomuceno (*curta metragem/1949*) e Argila (1940), (dia 21, às 21.30); Caete (c.m./1958); Engenheiros e Usinas (c.m./1955); João de Barro (c.m./1956) e Preparo e Conservação dos Alimentos (c.m./1955), dia 26, às 18.30; Meus Oito Anos (c.m./1956); A Velha a Fiar (c.m./1964); Carro de Bois (c.m./1975) e O Canto da Saudade (1952), (dia 26, às 21.30); Hamlet no Cinema: Um Amleto Di Meno (1974), de Carmelo Bene (dia 21, às 18.30).
Francis Ford Coppola em Contexto: The Perfumed Nighthare (1980), de Kidlat Tahinik (dia 22, às 18.30); Passion (Paixão/1982), de Jean-Luc Godard (dia 22, às 21.30); The Brotherhood (Dois Irmãos Sicilianos/1968), de Martin Ritt, (dia 25, às 18.30); Il Conformista (O Conformista/1969), de Bernardo Bertolucci (dia 25, às 21.30).
Estúdio 444. Av. Defensores de Chaves, 83-B. Telef. 76 80 78. Às 18.45, dia 22.
Mestres do Cinema Clássico Americano: Os Pássaros (1963), de Alfred Hitchcock.
 Em substituição do anunciado e suspenso Ciclo «Tesouros da RKO», o ABC Cine-Clube de Lisboa organiza uma pequena mostra de filmes com incidência na mesma área cinematográfica. Trata-se de proporcionar a visão de quatro dos mais inquestionáveis exemplos do esplendor do Cinema Americano, actualmente, fora de circulação comercial.
Forum Picoas
 Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C, telef. 54 10 37, às 19 e 22; sáb. dom. e fer., às 16, 19 e 22. Preço: 200\$00 (150\$00 com cartão jovem). Cópias legendadas em português.
O Meu Tio (comédia/1958), de Jacques Tati, (dias 21 e 22).
Viridiana (drama/1961), de Luis Buñuel, (dias 23 e 24).
A Árvore dos Tamancos (drama/1977), de Ermano Olmi (dia 25).
História de uma Traição (drama/1984), de Marek Kaniévski, (dia 26).
Fundação Gulbenkian. Av. de Berna, 45,

plendor do Cinema Americano, actualmente, fora de circulação comercial.
Forum Picoas
 Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C, telef. 54 10 37, às 19 e 22; sáb. dom. e fer., às 16, 19 e 22. Preço: 200\$00 (150\$00 com cartão jovem). Cópias legendadas em português.
O Meu Tio (comédia/1958), de Jacques Tati, (dias 21 e 22).
Viridiana (drama/1961), de Luis Buñuel, (dias 23 e 24).
A Árvore dos Tamancos (drama/1977), de Ermano Olmi (dia 25).
História de uma Traição (drama/1984), de Marek Kaniévski, (dia 26).
Fundação Gulbenkian. Av. de Berna, 45,

telef. 73 51 31. Bilhetes à venda das 13 às 20 (nos dias do espectáculo uma hora antes da sessão). Classificação: maiores 12 anos. Preço: 125\$00.
Francis Ford Coppola em Contexto: Little Caesar (1930), de Mervin LeRoy e Scarface (1932), de Howard Hawks (dia 23, às 15.30); Underworld USA (Marcados para a Morte/1980), de Samuel Fuller (dia 23, às 21.30); Force of Devil (1948), de Abraham Polonsky e Point Blank (A Queima Roubada/1967), de John Boorman (dia 24 às 15.30); Once Upon a Time in America (Era Uma Vez na América/1983), de Sergio Leone (dia 24, às 21.30).

com o tenor Stuart Burrows acompanhado ao piano por John Constable. Obras de Händel, Beethoven, Quilter e Strauss.
Relatoria da Universidade de Lisboa
 Salão Nobre: dia 22, às 21.30, «Música na Universidade 87». Noite de Jazz com o *Moreiras Jazztet* formado por Pedro, Miguel, Bernardo, João Centeno Moreira e José Saugueiro que interpretam temas de Herbie Hancock, Marsalis, Coltrane e Miles Davis, entre outros. Na segunda parte actua o grupo *Shish* — José Martins, Paulo Curado e José Peixoto — com a colaboração do grupo de audiovisuais *Neon*. Interpretam obras de José Peixoto e Paulo Curado; dias 26, às 21.30, o *Ensemble Português de Clarinetes* (Jaime Carrico, Jorge Trindade, Francisco Ribeiro, Luis Silva e António Salote) com a pianista *Madalena Soveral* executam obras de Yanáček, Haydn e Emanuel Nunes.
Teatro S. Carlos. Largo de S. Carlos, 11, telef. 36 84 08. Dia 21, às 21.30, o grupo de música antiga *Hesperion XX* dirigido por Jordi Savali interpreta a obra «Madrigali Guerrieri et Amoris», de Claudio Monteverdi.
Teatro S. Luiz. R. António Maria Cardoso, 40, telef. 32 71 72.



SEIXAL
 CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

Entrada livre. **Ciclo Romântico**: dia 24, às 11.00 concerto com o *Coro de Câmara de Lisboa* dirigido por *Teresita Gutierrez Marques*; dia 24, às 16.00 concerto pela *Banda da Guarda Nacional Republicana*; dia 26, às 18.30, *Elisabeth Allen* (piano), *António Anjos* (violino), *Barbara Freidohef* (viola), *João Murcho* (violoncelo) e *Leonardo de Barros* (contrabaixo) interpretam «A Truta», de Schubert. Direcção artística e comentários do maestro *José Atalaya*.



Música

Aula Magna, dia 21 às 21.30, concerto comemorativo do centenário de nascimento de Villa-Lobos e do 1.º aniversário da morte de Ruy Coelho com a participação da *Orquestra Sinfónica do Teatro de S. Carlos* e da soprano *Elsa Saque* sob a direcção de *John Neschling*. Entrada Livre.
Centro de Arte Moderna. R. Dr. Nicolau Bettencourt, telef. 73 43 09.

Sala Polivalente: dia 26, às 13.00 «4.ª série de Concertos à Hora do Almoço» com a participação do *Ensemble Português de Clarinetes*. Entrada livre.
Fundação Gulbenkian. Av. de Berna, 45, telef. 73 51 31. **Grande Auditório**: dias 21, às 21.30 e 22, às 18.30, a *Orquestra Gulbenkian* dirigida pelo maestro *Muhai Tang* com *Andrei Gavrilov* ao piano interpreta temas de Tchaikovsky e Dvorák; dia 25, às 18.30, recital

Tempo Fim de Semana



No sábado, céu pouco nublado, temporariamente muito nublado. Vento geralmente fraco, neblina matinal no litoral oeste.
 Domingo, períodos de céu muito nublado, vento geralmente fraco, aguaceiros e possibilidades de trovoadas, especialmente no interior durante a tarde. Pequena descida de temperatura.

a TV

O correspondente da RTP

Savimbi, o fantoche fascista amigo de Botha e de Reagan, deu conferência de imprensa largamente difundida pela Eurovisão e pela RTP.

Aliás, a televisão portuguesa não perde uma oportunidade para espalhar os feitos e as palavras do seu amigo Savimbi: mais, achou que devia estar representada na dita conferência. E lá esteve o seu correspondente Ricardo Branco.

O seu correspondente na África do Sul, esclareça-se...

Respeito pelas tradições...

Chirac, chefe do governo francês, esteve em Moscovo, numa visita que ele próprio classificou de grande utilidade.

Pois o **Telejornal**, sem esconder a realidade, o que seria muito difícil, colocou porém a tónica em pormenores de nítido recorte anti-soviético.

Certas coisas que ali se ouvem, estariam bem situadas num órgão de extrema-direita. Aliás, dentro das tradições do próprio **Telejornal**.

Ao menos seja limpo!

Ultimamente temos assistido à inclusão de um anúncio no coração do **Telejornal**. Ou muito nos enganamos ou anda mistério por esclarecer.

O anúncio refere um produto contra a caspa. Enfim, a crítica, no seu conjunto já denunciara a sujidade daquela cabeça... por dentro. Pois agora é a própria televisão que, ao incluir o anúncio naquele local, avança com a possibilidade de a sujidade ser também exterior.

Pois tome o **Telejornal** o tal produto, tome. Ao menos para evitar que o meu televisor fique, todas as noites, com aquele aspecto desgraçado. Ao menos seja limpo, caramba!

Ridícula gente!

Quando esteve por aí o enviado especial de Reagan, a televisão aproveitou para o entrevistar longamente.

Para uma informação correcta e desapassionada esperava-se que de igual forma procedesse em relação a Vladimir Suslov. Tal não aconteceu. Temos aqui forte motivo de reflexão do comportamento faccioso da RTP.

Isto, por um lado. Por outro, é notório o cuidado que a RTP coloca na maneira de noticiar.

Assim, uma entrevista mais acrescentada com Vladimir Suslov passou no **Jornal das Nove**, enquanto para o **Telejornal** houve apenas uma notícia reduzida...

Anote-se que o repórter glosava jocosamente o facto de Suslov fumar cigarros americanos. Querem lá ver que os políticos americanos nunca bebem Vodka nem se deliciam com caviar...

Ridícula, certa gatinha...

E lá vai a propaganda...

Desde que passou a governo demitido, passámos a vê-lo cada vez mais na televisão. Todos os pretextos servem. E nesse aspecto a imaginação deles tem-se mostrado inesgotável.

Pasmamos com aquele discurso de Marques Mendes, em reunião não sei com quem, nem sei onde. Ele dizia que o governo queria uma imprensa forte e independente, bém-bém, que a função do Estado não era possuir jornais, etc. etc.

Ou seja: os jornais privados é que são «independentes» — porque aí é que se podem mais facilmente gerar apoios e segura fidelidade. Este é o verdadeiro significado da tal «independência». O actual governo quer imprensas e televisões privadas para retirar à opinião pública o direito a protestar...

Noutras ocasiões a presença de cavaquistas mostra uma preocupação eleitoralista dominante. Recordemos aquele discurso longo e chato em que Alberto João Jardim declarava à Nação os motivos por que se candidataria como deputado...

A discriminação não é apenas de todos os dias, mas de todas as horas. Há inúmeras emissões informativas em que a CDU nem sequer é mencionada, havendo no entanto referência a todas as outras forças.

Um só exemplo porventura nem o mais ilustrativo. No «**Jornal das 13**» do passado domingo, falou-se do CDS — e houve entrevista com Anacoreta Correia. Falou-se do PSD, e houve entrevista com Dias Loureiro, falou-se do PCP — e este partido não teve mais direito que à fotografia de Álvaro Cunhal...

Vejamos outro exemplo, este tirado do **Jornal de Domingo**.

Um longo tempo de antena é dedicado ao CDS, com larga auditoria de Anacoreta Correia e do dirigente da Juventude Centrista, aproveitando-se todo o impacto, toda a força persuasiva da declaração em discurso directo.

Mostram depois aspectos da sessão de esclarecimento do PCP em Queluz, larga e interessada audiência. Apenas 1 minuto e 14 segundos. Nem uma palavra de Álvaro Cunhal se ouviu em directo...

Assim se «informa» na RTP.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

As listas

Destaque da semana para a divulgação das listas de candidatos às próximas eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.

O «caso» Pintasilgo fez correr alguma tinta e acabou por ter conclusão clarificadora. Não acha, leitor?

Maioria e Governo

• «Num conjunto de 11 anos, os partidos democráticos dispuseram durante cerca de 7 anos e meio de maioria parlamentar, enquanto que a direita a teve durante cerca de 3 anos e meio.

Recordemos, concretamente que: 1) a direita (PSD+CDS ou AD) nunca teve maioria de votos e só teve maioria parlamentar, nas eleições de 1979 e de 1980; 2) que em 1976, em 1983 e em 1985, os partidos democráticos obtiveram folgadas maiorias parlamentares e eleitorais (respectivamente com cerca de 50%, 55% e novamente 55% do total dos votos).

Recordamos que, apesar disso e como resultado exactamente das reservas e preconceitos contra a unidade, o entendimento e a convergência das forças democráticas, nunca se formou um governo democrático correspondente a essas maiorias democráticas e, no essencial, os governos que se formaram resumiram-se a um governo minoritário do PS, apoiado de facto pela direita, dois governos do PS de coligação com a direita, um com o CDS e outro com o PSD e vários governos da direita (governos AD e governo PSD/Cavaco Silva).

Recordamos, por exemplo, que nos momentos de mais altas votações do PS (em 1976 com 35% e em 1983 com 36,4%), essa circunstância foi aproveitada não como alavanca e garantia de uma política e uma alternativa democrática mas para assegurar a formação de governos com a direita (PS-CDS, PS-PSD) e para sustentar a liderança e a hegemonia do PS (e a relativa subalternização do CDS e PSD) na execução da política de direita.»

(V.P. Morais, «Fim de Semana», 16. Maio)

Pintasilgo e os «troféus de caça»

• «Lourdes Pintasilgo que, em 85, colocou o PRD e o PCP perante o facto consumado da sua candidatura presidencial, parece ressurgiu num papel idêntico. Porém, tal como em 85 a convergência democrática não se pode fazer contra os partidos, também em 87 não poderá ser feita contra certos partidos. Não pode ser realizada em torno do PS, à custa do esmagamento do PRD e a fragilização do PCP.

Para além de eleitoralmente falsa, uma tal teoria ignora que a diversidade ideológica e política do campo democrático resulta, globalmente, da re-

presentação partidária de interesses específicos que cada uma das forças garante.

Para a esquerda, para os democratas, o PS não é, em si mesmo, garantia de uma revisão constitucional que não desfigure o regime saído do 25 de Abril. Como não o é em outras questões-chave: sistema eleitoral, leis laborais, direitos sociais, equilíbrio institucional entre os diferentes órgãos de soberania...

A utilidade de concentrar votos no PS por medo do PSD é uma mistificação política no quadro das condições para assegurar a convergência e a alterantiva das forças democráticas.

A consciência dessa mistificação, numa área politicamente alertada como é a pintasilguista, existe. Alberto Andrade, ex-dirigente do PS e ex-apoiante de Lourdes Pintasilgo, expressou-a claramente no recente encontro distrital da CDU, no Porto. A própria UDP que, em 85, fez parte do movimento pintasilguista, escolheu, agora, uma estratégia diversa, a qual chegou a ser de nítida aproximação ao PCP. Isto para não falar de certos independentes que, como Virgílio Moreira (candidato do MDP), abandonaram a sua ex-candidata presidencial no intervalo desta ópera wagneriana.

É verdade que, com Lourdes Pintasilgo, outros pintasilguistas são apresentados como espécie de «troféus de caça» do PS. Para alguns deles trata-se, tão só, de formalizar uma colaboração íntima e antiga. Alberto Martins, por exemplo, participa, há anos, na Associação de Desenvolvimento Regional, criada pelo PS/Porto e directamente gerida por um destacado dirigente socialista, Carlos Lage.

Na ADR, em cujo interior diversos sectores se desentenderam por variadíssimas ocasiões a ponto de ter sido ponderada a falência da iniciativa, o caso Pintasilgo será, certamente, novo pomo de discórdia. Em situação só aparentemente diferente, os incondicionais do bloco central idealizado por Mário Soares, irão levantar a sua voz no interior da ADR, tal como o fizeram na Esquerda Liberal antes mesmo de Pacheco Pereira e Villaverde Cabral terem formalizado o seu cavaquismo militante. O director da Biblioteca Nacional, que ainda recentemente impediu a Associação 25 de Abril de ali efectuar simples colóquios, formalizou essa militância com declarações que valem pela sua clareza. A «**haver uma maioria possível para governar, a da direita**», porque «**a outra, de esquerda, seria só para des-governar**». Ou ainda: «**desde 85 para cá os socialistas tudo**

fizeram para desfazer aquilo porque Mário Soares lutou».

(Manuel Tavares, «Fim de Semana», 16. Maio)

• «Logo no dia a seguir à conversa Martinho-Pintasilgo, Maria de Lourdes recebia José Manuel Galvão Teles, com quem estava já a combinar a sua participação na próxima Convenção da Esquerda Democrática, promovida pelo PS. Com um documento igual ao entregue a Martinho na mão, Galvão Teles promove rapidamente um encontro entre Vitor Constâncio e Pintasilgo. E é assim que os socialistas consideram ter estabelecido um entendimento com os pintasilguistas logo na semana passada — embora mantendo-o em segredo a pedido destes. O anúncio formal só seria feito esta quarta-feira, a seguir a um outro encontro de Constâncio e José Manuel Galvão Teles com Maria de Lourdes Pintasilgo.

Deste modo, quando Hermínio Martinho se encontrou esta segunda-feira com figuras pintasilguistas (sendo fotografado pelo «Diário de Notícias» à saída da sua sede, na Luciano Cordeiro), já de facto estava feito o acordo com o PS — sem os renovadores o saberem.

De resto, uma fonte do PRD assegurou-nos estar marcado um prazo até à quarta-feira para levar a cabo as negociações. E os renovadores tinham-se mostrado prontos a ceder aos pintasilguistas até mais do que o PS: enquanto os socialistas, para além de um lugar no Parlamento Europeu a Maria de Lourdes, dão mais dois lugares na Assembleia a apoiantes seus (Teresa Santa-Clara Gomes em Lisboa e Alberto Martins no Porto), o PRD estava disposto a ceder o mesmo lugar na Europa e mais quatro em São Bento.

Admite-se que na opção de Pintasilgo tenha pesado a possibilidade de se integrar no grupo socialista da Europa (que abre maiores horizontes para uma acção no plano internacional), e um melhor entendimento com os socialistas. Como nos frisava um membro do Secretariado Nacional do PS, já nas últimas presidenciais houve uma franca cooperação entre a candidatura de Pintasilgo e o MASP.

Por seu turno, um dirigente renovador dizia-nos entender que «**a engenheira se serviu da proposta do PRD para fazer negócio com o PS e subir a respectiva parada**». Mas os renovadores garantem que não está ainda excluída a inclusão de figuras da campanha presidencial pintasilguista nas suas listas.

De qualquer modo, o acordo celebrado com o PS não foi completamente pacífico entre os pintasilguistas, havendo sectores que manifestaram já o seu descontentamento. A Associação Abril, de Lisboa decidiu não participar na campanha e apelar apenas ao voto «**nos partidos da esquerda**». As divergências ficam a dever-se aquilo que as nossas fontes classificam como um «**acordo pessoal**» entre Lourdes Pintasilgo e o PS, segundo o qual ela terá aceite meter nas listas socialistas dois quadros da sua confiança política em lugares elegíveis, «**sem se preocupar com a representatividade da área através das associações**».

(«Expresso», 16. Maio)

Damas

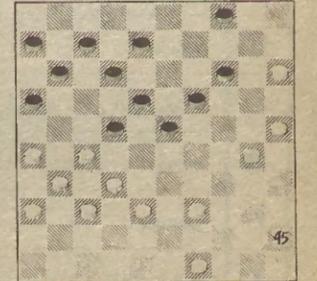
CIII - 21 de Maio de 1987
Golpe N.º 4

1.º Prémio «A melhor combinação do Ano»/1985
Por: A. Gantwarg (URSS)
Partida: Clerc (NL) - Gantwarg (1.ª partida do match)

Pr.: [12]: 4-6-7-8-11-14-16-18-19-22-23

Br.: [12]: 15-25-26-27-30-31-32-36-37-38-39-49

As brancas acabaram de jogar: 36, 42-37? e Anatoli Gantwarg, com as pretas, executa uma bonita combinação!!



Jogam as pretas e +1

Proposição N.º 103
Por: W.B. Monsma (NL)
«1001 Miniaturen» (G.L. Gortmans), 1938
Pr.: [5]: 8-9-10-26-37
Br.: [5]: 22-27-32-36-41
Jogam as brancas e ganham

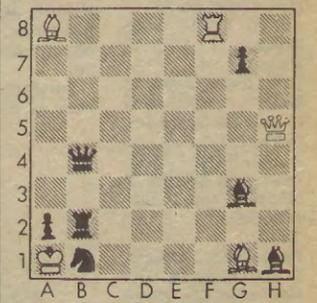
Soluções do CIII

Golpe N.º 4 (A.G.) 36. ... (4-10); 37. 15x4, (14-20); 38. 25x14, (19x10); 39. 4x15, (23-28); 40. 32x23, (18x29); 41. 15x17, (12x25) N+1!
N.º 103 (W.B.M.): 36-31, (37x17); 27-21, (26x46); 21x5+.

■ A. de M.M.

Xadrez

CIII - 21 de Maio de 1987
Proposição N.º 103
Por: Evgenij Ivanovic Ivanov «Sharkmaty», 1945
Pr.: (7) Ps. a2, g7-Cb1-Bh1-Tb2-Bd4-Rg3



Br.: (5): Bs.a8, g1-Tf8-Dh5-Ra1
Mate em dois lances

Jogo N.º 103
Bruxelas, 1987
Br.: G. Kasparov Pr.: M. Tal

1. d4, Cf6; 2. c4, éb; 3. Cc3, Bb4; 4. é3, 0-0; 5. Bd3, d5; 6. c:d5, é:d5; 7. Cg6, c5; 8. 0-0, Cc6; 9. a3, c:d4; 10. é:d4, B:c3; 11. b:c3, C67; 12. Dc2, Bd7; 13. Bg5, Cg6; 14. f4, h6; 15. B:f6; 16. f5, C67; 17. Cg3, Cc8; 18. Tf4, Cd6; 19. Df2, Tf8; 20. Ch5, Dd8; 21. C:g7, C64; 22. B:é4; 23. f6, Rh7; 24. T:é4, d:é4; 25. Df4, Bc6; 26. T61, Df8; 27. c4, D:a3; 28. Cf5, Df8; 29. Te3, Bd7; 30. Tg3, B:f5; 31. D:f5 e as pretas abandonam.

Solução do N.º 103

Chave: 1. Bg2!
1. ... T:g2; 2. Tf3++
1. ... B:g2; 2. Bh2++
1. ... Dh4; 2. Df3++
1. ... Dg4; 2. Dh2++
1. ... R:g2; 2. Dh2++

■ A. de M.M.